



O DESENHO UNIVERSAL E OS MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL:
O CASO DO MUSEU NACIONAL

Patrícia Lameirão Campos Carreira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientadores: Francisco José de Castro
Moura Duarte
Carla Martins Cipolla

Rio de Janeiro
Setembro de 2015

O DESENHO UNIVERSAL E OS MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL:
O CASO DO MUSEU NACIONAL

Patrícia Lameirão Campos Carreira

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, D.Sc.

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Junior, Dr.

Pesquisadora Associada Regina Cohen, Dra.

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL
SETEMBRO DE 2015

Carreira, Patrícia Lameirão Campos

O Desenho Universal e os museus de história natural: O caso do Museu Nacional / Patrícia Lameirão Campos Carreira - Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2015.

XVI, 116 p.: il.; 29,7 cm.

Orientadores: Francisco José de Castro Moura Duarte

Carla Martins Cipolla

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2015.

Referências Bibliográficas: p. 101-108.

1. Desenho Universal. 2. Inclusão Social. 3. Acessibilidade museal. I. Duarte, Francisco José de Castro Moura *et al.* II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa aos pais, responsáveis e professores de pessoas com deficiência que, apesar de todas as deficiências dos ambientes no Brasil, não desistem de proporcionar-lhes novas experiências nos museus e centros culturais.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, aos meus pais, meu marido, minha filha, e meus amigos por me ajudarem a superar dificuldades inesperadas e chegar nesse momento com tranquilidade para finalizar mais um caminho.

Aos meus orientadores, Francisco Duarte e Carla Cipolla por aceitarem embarcar comigo numa pesquisa cujo tema me proporcionou muita satisfação.

À Regina Cohen, pela indicação do caminho pelo Desenho Universal em minha pesquisa sobre acessibilidade e por ter sido sempre uma inspiração.

Às amigas: Cris Ângela e Adriana Paiva, minhas primeiras incentivadoras; Iris Guardatti e Márcia Ehmann, minhas primeiras leitoras.

Aos meus chefes, Ivan Carmo, Paulo Mário Ripper e Vera do Carmo Rodrigues, por me apoiarem na decisão de entrar em licença para que, com tranquilidade, pudesse concluir minha pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, e amigos de vida, que me apoiaram e supriram minha ausência: Vera, Luiz Claudio, Fernando Victor e Elaine.

Aos funcionários Maria de Fátima, Zuí e Diego do programa PEP/GI pela recepção e pelo apoio técnico e administrativo durante todo o curso. À Maria Alice pelo carinho e pelo cafezinho sempre delicioso.

Aos professores que dividiram seus conhecimentos conosco, em especial a professora Vera Cristina Rodrigues que, com leveza e criatividade me fez entender a lógica de um texto acadêmico.

Aos colegas de turma, grupo muito especial e parceiro, que dividiram certezas e incertezas durante todo o primeiro ano.

Aos amigos que fiz na turma, Julie, Carol Mesa e Robson, que me foram importantes em todo o período do mestrado, apoiando-me de várias formas.

Aos colegas Wagner Willian, Guilhermina, Andrea e Sheila, do Museu Nacional, que me receberam de braços abertos em seu ambiente de trabalho e me permitiram conhecer a instituição por dentro, contribuindo de forma impagável para que eu pudesse atingir meu objetivo de pesquisa.

A todos os entrevistados que concederam um pouco de seu tempo, e que muito contribuíram para essa pesquisa.

À Eduarda, Caroline e Vitor, jovens estagiários com deficiência, da Seção de Assistência ao Ensino, com quem tive o privilégio de conviver. Eles muito me ensinaram a respeito das necessidades das pessoas com deficiência e o quanto num ambiente acolhedor, sem barreiras atitudinais, as capacidades individuais afloram e se desenvolvem.

“Nossos administradores de museu têm esquecido frequentemente que o museu é o cenário da relação profunda entre Homem e Objeto. Se alguns raros se lembram do Objeto, a grande maioria se esquece do Homem.”

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri - 1982

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

O DESENHO UNIVERSAL E OS MUSEUS DE HISTÓRIA NATURAL:
O CASO DO MUSEU NACIONAL

Patrícia Lameirão Campos Carreira

Setembro/ 2015

Orientadores: Francisco José de Castro Moura Duarte

Carla Martins Cipolla

Programa: Engenharia de Produção

Este trabalho teve como objetivo investigar de que forma as questões de acessibilidade e inclusão da diversidade do público são tratadas no Museu Nacional, e se as exposições estudadas de fato ofereceram acessibilidade e contribuíram para a inclusão, principalmente, das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Para tal foram selecionados os projetos de exposições de curta duração, por serem de concepção mais recente. Esse museu atua na interface memória e produção científica, sendo a mais antiga instituição científica do Brasil, instalada numa edificação tombada pelo Patrimônio, e com o maior acervo do país. A coleta de dados foi realizada através da análise de documentos, entrevistas com visitantes e com atores envolvidos direta ou indiretamente com as exposições estudadas, observação em situação real e avaliação das exposições pelo conceito do Desenho Universal. Os resultados apontaram a ausência de uma orientação institucional para os projetos expositivos - não há um plano museológico em vigor, nem uma diretriz para a promoção da acessibilidade de todos. A pesquisa identificou apenas duas exposições de curta duração que pretenderam promover a acessibilidade no ambiente museal, pois ambas tiveram uma proposta inclusiva por iniciativa de seus curadores. Entretanto, após as análises através das ferramentas utilizadas, concluiu-se que sob o conceito do Desenho Universal nenhuma de fato conseguiu atingir todo o público de forma igualitária.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

THE UNIVERSAL DESIGN AND MUSEUMS OF NATURAL HISTORY:
THE NATIONAL MUSEUM CASE

Patrícia Lameirão Campos Carreira

September/ 2015

Advisors: Francisco José de Castro Moura Duarte

Carla Martins Cipolla

Department: Production Engineering

This study aimed to investigate how accessibility issues and inclusion of public diversity issues are been dealing at the National Museum, and if the exhibitions studied offered accessibility and contributed to the inclusion mainly for people with disabilities and reduced mobility. To this the short-term exhibition projects were selected because they are of more recent conception. This museum operates in memory and scientific production interface, being the oldest scientific institution in Brazil, installed in a building under governmental trust, and the country's largest collection. Data collection was performed through the analysis of documents, interviews with visitors and stakeholders directly or indirectly involved with the exhibits studied, observation in real situation and evaluation of the exhibits at the Universal Design concept. The results showed the absence of an institutional guidance for exhibition projects - there is a museum plan in place, not a guideline for the promotion of accessibility for all. The search identified only two exhibitions of short-term intended to promote accessibility in the museum environment because both had a comprehensive proposal on the initiative of its curators. However, after analysis by the tools used, it was concluded that under the concept of universal design any actually managed to achieve all the public equally.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. O MUSEU E A MUSEOLOGIA.....	9
1.1. A EVOLUÇÃO DO MUSEU.....	9
1.1.1 OS PRIMEIROS MUSEUS NO BRASIL.....	12
1.2. A EVOLUÇÃO DA MUSEOLOGIA.....	14
1.3 A COMUNICAÇÃO NO MUSEU.....	16
2. ACESSIBILIDADE DE TODOS E O DESENHO UNIVERSAL.....	21
2.1. HISTÓRIA DO MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O SURGIMENTO DO CONCEITO DO DESENHO UNIVERSAL.....	21
2.2. A ACESSIBILIDADE E O DESENHO UNIVERSAL NOS MUSEUS.....	30
3. METODOLOGIA.....	34
3.1. ANÁLISE DOCUMENTAL.....	34
3.2. ENTREVISTAS.....	35
3.3. OBSERVAÇÃO EM SITUAÇÃO REAL.....	41
3.4. ORGANIZAÇÃO DOS DADOS.....	42
4. O MUSEU NACIONAL.....	43
4.1. OS VISITANTES DO MUSEU NACIONAL.....	45
4.2. AS EXPOSIÇÕES DE LONGA E CURTA DURAÇÃO E SUA ACESSIBILIDADE.....	52
4.3. AS EXPOSIÇÕES ESTUDADAS.....	58
4.3.1. A exposição de curta duração “O mar brasileiro da ponta dos dedos”......	58
4.3.2. A exposição de curta duração “A revolução das plantas”......	61
5. AS EXPOSIÇÕES ESTUDADAS E O DESENHO UNIVERSAL.....	64
5.1. APRESENTAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES ESTUDADAS.....	64
5.1.1 – OS ACESSOS ÀS EXPOSIÇÕES.....	64
5.1.2. AS EXPOSIÇÕES.....	67
5.2. AS ENTREVISTAS.....	70
5.2.1– VISITANTES.....	70
5.2.2 – ATORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE COM AS EXPOSIÇÕES.....	76

5.2.3 – ATORES ENVOLVIDOS INDIRETAMENTE COM AS EXPOSIÇÕES.....	78
5.3. OBSERVAÇÃO EM SITUAÇÃO REAL.....	79
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	90
6.1 UM MUSEU UNIVERSITÁRIO E SUA COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO	90
6.2 A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL	91
7. CONCLUSÃO.....	97
7.1. LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	99
7.2 PROPOSTA PARA TRABALHOS FUTUROS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM VISITANTES DAS EXPOSIÇÕES DO MUSEU NACIONAL	109
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATORES DIRETAMENTE ENVOLVIDOS COM AS EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS ESTUDADAS.....	112
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATORES ENVOLVIDOS INDIRETAMENTE COM AS EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS ESTUDADAS.....	114
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	115
ANEXO A - RELATÓRIO SOBRE VISITA DE GRUPO DE ABRIGADOS SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAGUAÍ.....	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Postura comunicacional funcionalista e condutivista nas exposições	18
Figura 2: Postura comunicacional interacionista nas exposições (a).....	19
Figura 3: Postura comunicacional interacionista nas exposições (b).....	20
Figura 4 - Mudança, ao longo do tempo, no tratamento da	23
Figura 5 – Modelo Social da Deficiência	25
Figura 6: Resumo da trajetória dos termos utilizados.....	26
Figura 7 - Organograma do Museu Nacional	43
Figura 8 - Escadaria de acesso ao segundo andar do Museu Nacional.....	53
Figura 9: Acesso à sala à direita do hall de entrada do Museu Nacional.....	54
Figura 10: Caminho até a área administrativa.....	54
Figura 11: Exemplo de texto com pouco contraste (visão geral e visão aproximada)..	55
Figura 12: Exemplo de utilização de fonte não apropriada.....	56
Figura 13: Exemplo de inacessibilidade instrumental e comunicacional	56
Figura 14: Exemplo de texto com letra minúscula (aproximadamente corpo 12) para uma exposição.....	56
Figura 15: Exemplo de texto extenso com corpo pequeno e pouco contraste e localização indevida (visão geral e visão aproximada).....	57
Figura 16: Exemplos de texto e etiquetas fora do alcance dos olhos.....	57
Figura 17: Exemplo de texto e etiquetas fora do alcance do olhos.....	57
Figura 18: Exemplo de texto científico	58
Figura 19: Planta baixa da exposição conforme foi apresentado à FAPERJ.....	62
Figura 20 - Acesso à exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos-.....	64
Figura 21 - Acesso à exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos –	65
Figura 22 - Acesso à exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos –	65
Figura 23 - Acesso à exposição A (R)evolução das plantas.....	66
Figura 24 - Acesso à exposição A (R)evolução das plantas.....	66
Figura 25 - Exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos	67
Figura 26 - Visitantes com deficiência na exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos.....	68
Figura 27 - Visitantes com deficiência na exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos. À esquerda, grupo de jovens usuários de cadeira de rodas,	68
Figura 28 - Etiqueta em Braille afixado na prancheta e vídeo em LIBRAS	68
Figura 29 - Exposição A (R)evolução das plantas.....	69
Figura 30 - Peças disponíveis ao toque.	70

Figura 31 - Visitante com deficiência múltipla tocando réplicas e peças disponibilizadas.	70
Figura 32 - Atividades realizadas no evento de aniversário do Museu Nacional	80
Figura 33 - Senhor, pescador, visitando o stand da SAE no evento O museu vai à praia.	81
Figura 34 - Idosa e crianças pequenas no evento SNCT	82
Figura 35 - Diálogo entre educadores.....	83
Figura 36 - Visitantes cegos experimentando as pranchas táteis.....	86
Figura 37 - Grupo de surdos sendo mediados na sala dos dinossauros	88
Figura 38 - Integrantes do grupo de pessoas com deficiência intelectual e física nas dependências do MN.	89
Figura 39: Equipamento de acoplagem de cadeira de rodas para ascender escadas.	95
Figura 40 - Planetário inflável montado na antessala da exposição A (R)evolução das Plantas	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição anual do número total de visitantes do Museu Nacional	46
Tabela 2: Museus, por estado, participantes da pesquisa de Perfil socioeconômico dos visitantes.....	48
Tabela 3 - Resumo do perfil-opinião do público de visitação espontânea do Museu Nacional.....	49
Tabela 4: Público de visitação programada em 2013.....	50
Tabela 5: Público de visitação programada em 2014.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Pessoas com pelo menos uma das deficiências, por idade.....	4
Gráfico 2 - Número de pessoas com pelo menos uma das deficiências.....	4
Gráfico 3 - Porcentagem (%) de museus que possuem instalações	6
Gráfico 4 - Porcentagem de museus por tipos de instalações.....	6
Gráfico 5: Percentual de visitas programadas de acordo com o tipo de instituição	50
Gráfico 6: Grupos de visitação programada que em 2014 levaram ao Museu Nacional pessoas com deficiência.....	51
Gráfico 7: Pessoas com deficiência que visitaram o Museu Nacional em 2014 com grupos de visitação agendada	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Referências teóricas da pesquisa	7
Quadro 2: As sete áreas de acessibilidade e estratégias para eliminar as barreiras... ..	28
Quadro 3: Resumo das entrevistas.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACENI	Associação de Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu
AIPD	Ano Internacional da Pessoa com Deficiência
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CEJA-IBC	Centro de Estudos de Jovens e Adultos do Instituto Benjamin Constant
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUD	Center of Universal Design
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
FCC	Forum de Ciência e Cultura
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	International Council of Museums
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IPP	Instituto Pereira Passos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PIC Jr	Programa de Iniciação Científica Junior
PRODICC	Programa de Divulgação Científica e Cultural
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MinC	Ministério da Cultura
MN	Museu Nacional
NPA	Núcleo Pró-acesso da UFRJ
OMCC	Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia
OMCC&T	Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
SAE	Seção de Assistência ao Ensino
SMPD	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SNCT	Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

O mundo em que vivemos nas cidades é artificial: são ambientes, produtos e serviços pensados, projetados e construídos por nós, humanos. Artificial é também o chamado 'homem médio' - termo conhecido por projetistas nas áreas de *design* e arquitetura como sendo um padrão de homem para quem se projeta na intenção de se alcançar a maioria da população – pois ele é “jovem, saudável, de estatura média, que consegue sempre entender como funcionam os novos produtos, que não se cansa, que não se engana [...]” (SIMÕES; BISPO, 2003, p. 8), ou seja, um padrão que não existe na vida real.

Na ergonomia da atividade profissional, Wisner (1987) há quase 30 anos já criticava o mito do 'homem médio', fruto da análise das relações entre o homem e seu trabalho, porém construído sob o equívoco de uma amostra que não representava a população real de operários. E concluiu que:

O operário *médio*, supondo-se que ele tenha sido corretamente escolhido, é por definição mais dotado 50% da população operária. Em particular, ele é muito superior ao operário um pouco deficiente que ocupará o posto de trabalho. A deficiência de que se fala aqui não é importante, o operário não é nem surdo, nem cego, nem paralisado, mas não faz parte dos mais fortes ou dos mais destros. De qualquer maneira, as qualidades biológicas estão dispersas, e a média não é suficiente para descrever um conjunto. (WISNER, 1987, p. 53)

Sendo assim, Cambiaghi (2012) reflete que se o projetista não levar em consideração a diversidade de usuários quanto ao gênero, idade, cultura, destreza, força e demais características desde a concepção do produto, serviço ou ambiente, é possível que apenas uma pequena parcela da população possa utilizá-los de forma confortável.

E por isso,

Uma primeira conclusão que podemos tirar é de que o design não é socialmente neutro. Que através da actividade de projecto [sic] podemos excluir pessoas da utilização de produtos, serviços e ambientes, praticando, consciente ou inconscientemente, formas de discriminação através do desconforto que provocamos a todos os utilizadores ou mesmo a criação de uma impossibilidade de uso por parte de grupos sociais importantes que pelas suas características não correspondem ao conceito de homem médio referido (SIMÕES, *in* Experiências de Ensino do Design Inclusivo em Portugal, 2006, p. 10)

De forma a minimizar as diferenças e potencializar as capacidades individuais foi criado pelo arquiteto Ron Mace o conceito do Desenho Universal. Esse conceito possibilita a orientação de projetistas de produtos, ambientes e serviços a planejarem para aquele que tem deficiências, envelhece, tem dificuldades diversas, ou seja, o

'homem real'. Esse conceito está intimamente ligado à garantia de acessibilidade e inclusão social quando considerado na atividade projetual.

Dessa forma, essa pesquisa pretende estudar sob o ponto de vista do Desenho Universal o ambiente museal. Para tal foi escolhido o Museu Nacional, o primeiro museu do Brasil e que atualmente faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se ainda do maior museu de história natural e antropológica da América Latina, que atua na interface memória e produção científica, sendo a mais antiga instituição científica do Brasil, instalada numa edificação tombada, e com o maior acervo do país. (Museu Nacional, 2014).

O objetivo é investigar como as questões de acessibilidade e inclusão social são consideradas nos projetos das exposições de curta duração. Essas exposições foram consideradas estratégicas para a pesquisa, uma vez que com projetos recentes é possível ter acesso ao seu planejamento e aos seus responsáveis.

Justificativa

Uma vida com mais qualidade passa pela questão da saúde, que num conceito ampliado - bem diferente da restrita prevenção primária – vislumbra o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude através dos aspectos: sociais, educacionais, profissionais, culturais, políticos, etc. Esse conceito vincula a percepção do contexto comunitário e solidário, compartilhado entre os atores de um contexto social, com a ideia de qualidade de vida. (SILVA, *et al*, 2011)

Essa busca por condições dignas de vida almejada por todos pode também ser alcançada através do lazer, transformando-o num “espaço para a luta contra a exploração e alienação dos sujeitos” que enfatize a igualdade, mas não elimine as diferenças. (Idem)

As pessoas com deficiência (PcDs) ao saírem de casa buscando seu direito ao lazer, recreação e turismo depararam-se com os ambientes inacessíveis. Só os que fossem capazes de se adaptar ao meio ou reabilitados por profissionais tinham esse direito - era o paradigma da integração - baseado no modelo médico da deficiência. No atual paradigma social, o da inclusão, quem deve se adaptar é o meio, de tal forma que todos usufruam do mesmo espaço, serviço, equipamento, etc., sem separação entre pessoas com e sem deficiência (Sasaki, 2010).

E as pessoas com deficiência, antes excluídas do convívio social (Sasaki, 2010), têm hoje um papel social ativo. Lutam pelos seus direitos de igualdade, seja no âmbito profissional, social ou pessoal, tornando-se mais “visíveis” para a sociedade. Essa nova maneira de agir vem contribuindo para a necessidade de desenvolvimento

de novos ambientes, produtos e serviços que equiparem oportunidades, tragam a melhoria da qualidade de vida e a acessibilidade de um modo geral.

Casos exemplares de garantia do direito de acesso dos públicos não usuais (como é o caso das PcD) aos espaços culturais têm se baseado nos conceitos de acessibilidade e Desenho Universal¹, que “oferecem informações objetivas de características, adequações e adaptações necessárias para a garantia na concepção de ambientes inclusivos.” (Sarraf, 2013 p. 58). O conceito do Desenho Universal é tão bem reconhecido como um desenho para todos que também é considerado para os fins de acessibilidade na legislação brasileira, especificamente no Decreto nº 5.296/2004, Art. 8º, inciso IX².

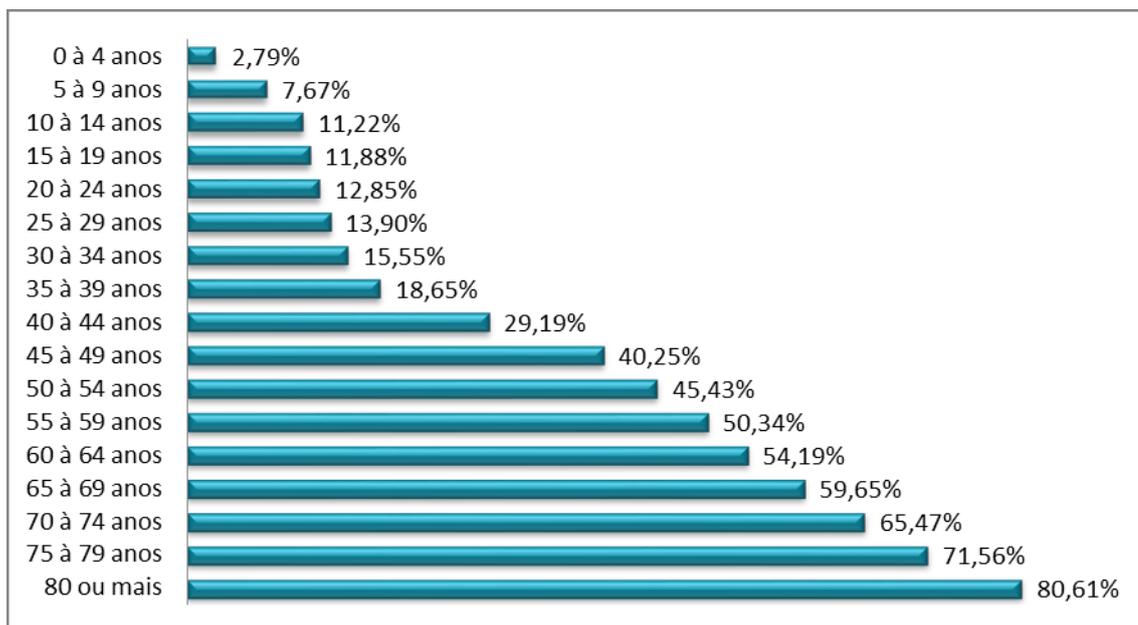
Simões (2006), apesar de reconhecer que é difícil de estabelecer uniformidade a um grupo social, identifica dois como os que possuem maior dificuldade de interação com o meio: o das pessoas com deficiência e o dos idosos.

E segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo 2010 contabilizou 23,9% de pessoas no Brasil com pelo menos uma das deficiências investigadas (deficiência visual, auditiva, motora, e intelectual), um aumento de aproximadamente 64% em 10 anos, desde a divulgação do Censo anterior, do ano de 2000. Ainda segundo o Censo há no Brasil 7,3% de pessoas acima dos 65 anos e entre elas 67,7% apresentam alguma deficiência. Observa-se ainda no gráfico abaixo (Gráfico 1) que conforme a idade avança, aumenta o percentual de pessoa com deficiência. Outro dado importante apresentado pelo Censo diz respeito a faixa etária que mais apresenta pessoas com deficiência: entre 15 e 64 anos (Gráfico 2), ou seja, a idade produtiva do ser humano, e que significa 71,5 % das pessoas com deficiência no Brasil.

¹ Na norma NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Desenho Universal é definido como: “Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”.

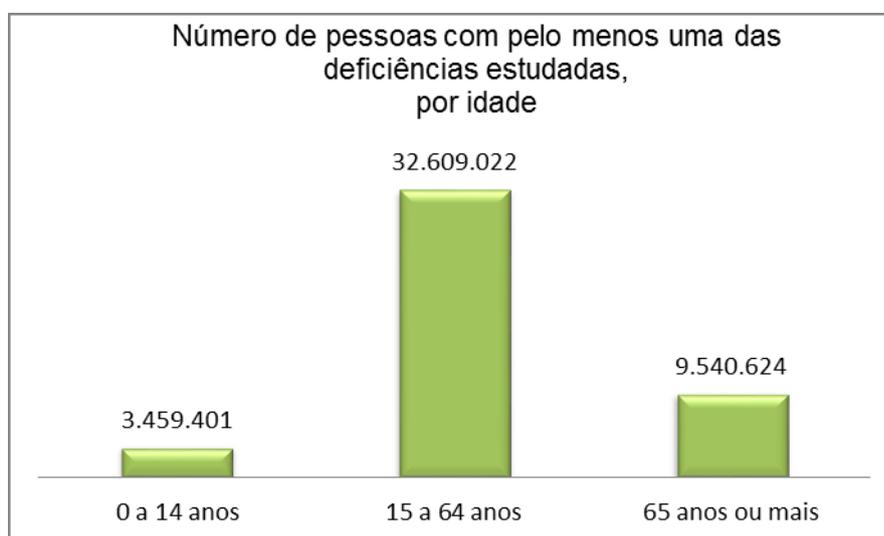
² Decreto nº 5.296/2004, Artigo 8º, inciso IX: Desenho Universal - concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

Gráfico 1- Pessoas com pelo menos uma das deficiências, por idade.



Fonte: Cartilha do CENSO 2010 (2012, p. 9)

Gráfico 2 - Número de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, por grupos de idade.



Fonte: Fonte: Cartilha do CENSO 2010 (2012, p. 8)

Em termos mundiais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu relatório de 2011³, coloca que 15% da população apresenta algum tipo de deficiência, cerca de

³ OMS - Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo : SEDPCD, 2012. 334 p.

um bilhão de pessoas. E esses números tendem a crescer principalmente devido à constatação de que a expectativa de vida vem aumentando, envelhecendo as populações mundialmente. Os idosos são os que mais correm o risco de se tornarem pessoas com deficiência, uma vez que lesões e problemas crônicos de saúde que normalmente os acometem (ex. diabetes, doenças cardiovasculares, transtornos mentais e doenças respiratórias) estão diretamente ligados às causas de deficiências.

Ainda segundo esse relatório a expectativa de vida é de 70 anos e que, em média, essas pessoas passarão oito anos com algum tipo de incapacidade, ou seja, 11,5% de toda a sua existência. Dados que reforçam a importância de decretos⁴, leis, normas, diretrizes e ações que promovam a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência (PcD) ou com mobilidade reduzida (permanente ou temporária).

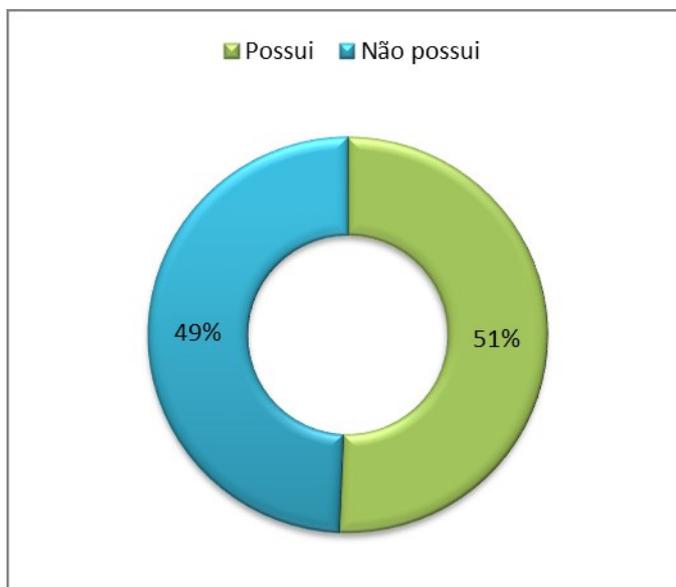
[...] Em nações como o Brasil, lamentavelmente a expansão quantitativa da população idosa não vem sendo acompanhada das necessárias condições que poderiam proporcionar uma vida com mais qualidade na velhice. Assim, essa parcela da população se encontra vulnerável a exclusões e discriminações de toda ordem – não por falta de legislação, mas de ações efetivas e de uma mudança de mentalidade da população em geral, que normalmente classifica o idoso como um fardo para a sociedade e tem uma imagem deturpada da velhice. (SILVA, *et al*, 2011, p. 43)

O tema escolhido se mostra relevante uma vez que pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida ainda são excluídas de muitos ambientes museais no Brasil, pois menos de 1% dos museus são acessíveis (IBRAM, 2011) o que as impede de terem um desenvolvimento social semelhante às pessoas sem deficiência, impossibilitando-as, assim, de alcançar a cidadania plena. Desconfia-se que as instituições transmissoras dos bens culturais não estejam permitindo a apropriação desses bens de forma igualitária devido à sua organização e/ou à falta de sensibilização dos profissionais envolvidos com as exposições.

Em pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Museus em 2010, junto aos museus cadastrados, metade (Gráfico 3) disse ter instalações adequadas para o público de pessoas com deficiência. Indagados, porém, sobre a diversidade de recursos disponibilizados a esse público em especial, percebe-se uma visão distorcida do que seja acessibilidade em sua plenitude, pois em sua maioria (78%) a rampa de acesso (Gráfico 5) era o recurso mais oferecido.

⁴ Como o Decreto 5.296/2004, que regulamenta as Leis n^{os} 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Gráfico 3 - Porcentagem (%) de museus que possuem instalações destinadas a Pessoas com Deficiência



Fonte: Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/ MinC - 2010

Gráfico 4 - Porcentagem de museus por tipos de instalações para Pessoas com deficiência



Fonte: Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/ MinC - 2010

E o protagonista desse estudo de caso claramente não é acessível aos seus visitantes com deficiência em suas principais exposições. Como exemplos, podemos citar a falta de: rampas adequadas; elevador na área social para acesso ao segundo piso; pisos táteis; mapas táteis; informações sonoras; em Braille e letras ampliadas;

intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) em tempo integral; e etc. Não se reconhece um padrão de comunicação entre as exposições atualmente abertas ao público, e, em algumas, o que prevalece é a comunicação para seus pares.

Porém, parece haver iniciativas de promoção de acessibilidade em exposições de curta duração localizadas no primeiro piso da edificação.

Confia-se que estudos como esse possam levar os atores responsáveis por exposições a pensar em acessibilidade de forma ampliada, para além das normas técnicas de acessibilidade física, tendo como resultado a inclusão social.

A discussão teórica dessa pesquisa terá o caráter interdisciplinar sob as seguintes perspectivas:

Quadro 1: Referências teóricas da pesquisa

Referências teóricas	
Desenho Universal	Ron Mace, Regina Cohen e Silvana Cambiaghi
Inclusão social	Romeu Sasaki
Inclusão cultural	Teixeira Coelho e Amanda Tojal
Museologia	Waldisa Russio Camargo Guarnieri, Cristina Bruno e Marília Xavier Cury

Fonte: A autora

Sendo assim, tem-se:

A QUESTÃO DA PESQUISA

Como as questões de acessibilidade e inclusão da diversidade do público são tratadas em projetos de exposição de curta duração do museu?

OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1-Identificar exposições de curta duração que em seu projeto buscaram a acessibilidade e inclusão de todos os públicos; e

2- Investigar se essas exposições contribuíram de fato para a acessibilidade e inclusão, principalmente em relação aos públicos de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

ESTRUTURA DA PESQUISA

Essa dissertação está estruturada em oito partes. Na introdução aborda-se o tema sob as perspectivas que serão estudadas, com a exposição do problema, do objetivo geral e específicos, e a relevância e justificativa pela escolha do tema.

O CAPÍTULO 1- O museu e a museologia – resgata-se a origem do museu e o desenvolvimento de seu conceito através da história da humanidade. Retoma-se ainda

o surgimento da Museologia, enquanto ciência do Museu, e a Nova Museologia, uma perspectiva que se tornou um instrumento de desenvolvimento social e cultural.

O CAPÍTULO 2 – Acessibilidade de todos e o Desenho Universal – expõe-se definições e conceitos expandidos sobre a acessibilidade, suas barreiras, e sobre a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. Busca-se resgatar o surgimento do Desenho Universal e conceituá-lo, trazendo seus princípios que dão prioridade à todos, norteando projetistas de todas as áreas na concretização de projetos inclusivistas que proporcionem igualdade de oportunidade. Os conceitos que moldaram e dão força ao novo paradigma - a inclusão social, estão também presentes nesse capítulo: autonomia, independência, empoderamento e equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Levanta-se ainda como historicamente o Movimento Internacional de Inclusão Social influenciou leis e decretos que buscaram a democratização da cultura para todos os públicos em todo o mundo, principalmente levando-se em consideração os conceitos de acessibilidade e Desenho Universal.

O CAPÍTULO 3 – Metodologia - apresentam-se os instrumentos e métodos que serão utilizados na pesquisa para se chegar aos resultados esperados. Detalha-se cada método e que resultados espera-se obter com cada um.

O CAPÍTULO 4 - Nesse capítulo caracteriza-se o objeto de estudo – o Museu Nacional - através da história da sua criação, e da sua consolidação na esfera nacional e internacional. Além disso, descreve-se sua estrutura organizacional, seus acervos e salas de exposição. Identifica-se as exposições temporárias que têm em sua proposta de projeto a acessibilidade de todo o público ao ambiente museal e ao bem cultural, principalmente às pessoas com deficiência e as com mobilidade reduzida. Serão apresentadas suas conceituações, planejamentos, execuções e mecanismos institucionais de apoio a realização da exposição.

O CAPÍTULO 5 – As exposições estudadas, o Desenho Universal e o ponto de vista observado. – Essas exposições serão avaliadas através da opinião do público visitante, tanto pessoas com deficiência ou não e da observação em situação real.

O CAPÍTULO 6 – Discussão dos Resultados – apresenta-se a análise dos resultados alcançados com as aplicações dos métodos e ferramentas descritos no capítulo 4, buscando-se alcançar os objetivos específicos da pesquisa, sempre se apoiando na fundamentação teórica.

O CAPÍTULO 7 - Conclusão - busca-se responder ao objetivo geral através da reflexão sobre a base teórica e da análise dos resultados da pesquisa de campo.

1. O MUSEU E A MUSEOLOGIA

Para Guarnieri (1979 in BRUNO, 2010, vol.1, p.78) “A evolução da Museologia como ciência que se constrói está intimamente ligada à do museu e de seu conceito: sacrário, coleta de curiosidades, tesouro, depósito, arquivo, laboratório, escola, centro de convívio”. Por isso há que se conhecer e entender o surgimento do Museu para que se possa compreender a evolução da Museologia como ‘a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade’ (GUARNIERI, *ibdem*)

1.1. A EVOLUÇÃO DO MUSEU

Os Gabinetes de Curiosidades são considerados os embriões do Museu e, segundo Daston e Park (1998, *apud* GONÇALVES E AMORIM, 2011), o primeiro modelo fabricado por artesãos ao longo de seis anos foi oferecido como um presente ao rei sueco Gustavus Adolphus pelos luteranos da cidade de Augsburg no ano de 1632. Era uma mobília construída em carvalho e ébano, ricamente decorada, e que escondia em compartimentos secretos manufaturados tanto artificiais quanto naturais, que incluíam: “uma pintura anamórfica; uma espineta italiana, que tocava três músicas por um mecanismo automático; um jarro feito de uma concha trabalhada com prata dourada; instrumentos matemáticos; e uma pata de macaco mumificada”.

Esses gabinetes tiveram seu apogeu nos séculos XVI e XVII, época das grandes incursões pelos mares e grandes descobrimentos, que os ‘alimentaram’ de objetos ‘curiosos’ trazidos pelos navegadores e exploradores. E, segundo Sarraf (2013), o ato de colecionar tais objetos passou a ser uma prática de indivíduos abastados e eclesiásticos, como forma de demonstração de seu estatuto social e religioso de dominação cultural.

Ao longo do tempo, porém, com o aumento das coleções o material não cabia mais num mobiliário único, e o Gabinete de Curiosidades passou a denominar uma sala ou câmara (era também chamada de Gabinete de Maravilhas ou Sala de Maravilhas) com a coleção completa à mostra, exibida por todos os lados: vitrines, paredes, mesas, teto e chão.

[...] essas coleções particulares continham um pouco de tudo: objetos científicos, animais e plantas exóticos vindos de outros continentes ou que apresentavam aberrações genéticas, obras de arte, livros raros, objetos pertencentes a figuras importantes ou misteriosas. Progressivamente, esses gabinetes foram se configurando de acordo com o gosto desenvolvido por seus donos: gabinetes de pintura, gabinetes de escultura, gabinetes botânicos e outras variações. (SARRAF, 2013)

É então que,

A partir do final do século XVIII, algumas das coleções, religiosas e particulares começaram a ganhar espaços de exposição públicos, abertos a toda população. Mas é claro que no período em questão, mais precisamente em 1790, estar aberto ao público tinha uma conotação muito diferente do que entendemos atualmente. (SARRAF, 2013)

Para Guarnieri (1974 in BRUNO, 2010, vol. 1, p.47-50), porém, existem quatro momentos mais significativos na evolução do Museu, no mundo ocidental, que ocorreram em sociedades e momentos históricos diversos.

O primeiro momento é retratado pelo Museu de Alexandria cuja filosofia museológica, por assim dizer, buscava a “cosmovisão e formulação de verdades universais”. Uma visão universalista provavelmente resultante da filosofia de Pitágoras, Platão e Aristóteles. A reunião de poetas e cientistas, que pesquisavam, davam aulas e viviam nesse local trouxe “a primeira caracterização, de que se tem notícia, do Museu como centro de convívio intelectual, restrito, todavia, à *intelligentsia* da época”. É provavelmente o embrião da universidade e do *campus* universitário.

O segundo momento, apontado pela autora, aconteceu no início da Renascença em Florença - Itália, quando do surgimento da Galeria Uffizi. Ocorreu nesse momento uma preocupação cultural, promovendo o diálogo entre o Homem e a Arte através da abertura de suas galerias ao povo, o que queria dizer mais especificamente, aberta aos jovens artistas da época, uma evolução considerando-se o modelo social aristocrático vigente. O nome ‘galeria’ é usado em substituição ao nome ‘museu’, proscrito desde a destruição do Museu de Alexandria.

O terceiro momento acontece na segunda metade do século XVIII, quando surgem os dois representantes desse momento: o Louvre e o Museu Britânico. Reabilitando o nome museu, surge o Museu do Louvre, o mais rico do mundo, sob o pensamento Iluminista e alguns aspectos do Romantismo. Tem como suas principais características: a preocupação com a organização de museus; e a utilização social do museu (em 1749 manteve uma galeria pública, a primeira da França).

O Museu Britânico é o resultado de doações individuais e de aquisições pela Coroa. Ele é considerado efetivamente o primeiro museu realmente público. Diferentemente do Louvre, volta-se para a antiguidade, o que, com a coleta de seu acervo, resulta numa valorização da ‘Arqueologia nascente’.

Possas (2005) coloca que os cientistas do século XVIII passaram a perceber como o avanço de seu conhecimento sobre os seres e sua classificação os transportava da situação de espectadores da natureza para agentes possuidores de conhecimento.

Constituindo um legado incrivelmente centralizado do entusiasmo pela classificação e pelo conhecimento enciclopédico do século XVIII, os museus foram espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-os de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas em seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções (Lopes, 2009, p.14-15).

A autora enfatiza que “a constituição e ampliação dos museus de História Natural a partir do século XVIII têm raízes na consolidação da própria História Natural”. Dessa forma, os museus passaram a não só expor, mas a desenvolver e divulgar pesquisas, tendo uma forte influência no crescimento da ciência nos séculos XVIII e XIX.

Sendo assim,

[...], podemos dizer que o século XVIII foi o século da História Natural, com intenso desenvolvimento dos estudos sistemáticos da natureza. Tais estudos vinculam-se, intrinsecamente, às classificações de espécimes, que passam a ser fisicamente organizados de acordo com os princípios classificatórios em vigor. Daí resulta a prática das exposições como organizações visuais correspondentes a um pensamento lógico, explicativo da própria Natureza e assim do mundo. Tais organizações expositivas, exatamente pela clareza lógica que a visualidade proporciona, tornam-se didáticas por excelência. O ensino se dá por uma apreensão pela visão. Roland Schaer nos fala de uma “experiência sensível” e João Brigola de um “pensamento visual” e de uma “aprendizagem sensível”. É assim que o museu se institucionaliza como centro científico com papel pedagógico. (BARBUY, 2010, p. 124)

É ainda nesse período Romântico que surge em 1818 o primeiro museu brasileiro, por ato do regente Dom João (depois D. João VI) chamado de Museu Real (hoje Museu Nacional). E em 1825 é criado o Museu Nacional de Arqueologia do México.

Os museus dessa fase deixam de lado o Universalismo para se concentrar no Nacionalismo e no Regionalismo. Aflora “o interesse pelo ‘exótico’, pelo Oriente e pelo culto do passado, despontando as primeiras coleções arqueológicas que, posteriormente, viriam a se transformar em Museus abertos ao público.” (GUARNIERI *In* BRUNO, 2010) Com a coleta desses objetos emerge a preocupação com a preservação da memória. Ocorre nessa época a ideia dos museus comunitários, especializados, monográficos e biográficos. Sob essa demanda proliferam, na Europa e na América do Norte, museus em casas de homens ilustres, artistas e vultos históricos. É no período Romântico que nascem os primeiros museus antropológicos.

As principais características dos museus dessa época: possuem um acervo nacional, mesmo quando eclético; são abertos ao público; quando eclético não pretende o universalismo; dá prioridade à qualidade da peça exposta e não à quantidade; e são, em sua maioria, mantidos pelos governos.

O quarto momento é o atual, o período da industrialização. Para Guarnieri (1979) o museu hoje possui duas visões: a estrutural, na medida em que há uma preocupação com as unidades técnicas e de apoio dentro de sua organização; e a que ela chama de prospectiva. Um Museu Prospectivo é aquele que se preocupa com a projeção para o futuro (melhor percebido em museus de ciências) e o Aspecto Prospectivo de um museu é quando a instituição tem inserida em sua filosofia de trabalho “a compreensão das mudanças qualitativas nos vários níveis da sociedade.”

A autora enfatiza ainda que “é provável que o instante atual, de preocupação com o papel educativo dos museus e com a sua racionalidade organizacional, venha a constituir mais um momento no seu processo evolutivo”.

O século XX produziu museus cujas funções primordiais eram adquirir, preservar e expor. A relação mais próxima com o visitante vinha através da “dinamização das coleções sob sua guarda” no intuito de atrair grandes públicos. (BENCHETRIT, 2010)

Coelho (2012) vê a evolução do museu no século XX de simples depósito e local de conservação do objeto para o perfil de uma instituição que se preocupa com o público, buscando criar condições adequadas de exposição. O autor conta ainda que entre as décadas de 70 e 80 desse século os museus sofreram com a redução de verbas, e buscaram ampliar o número de visitantes para que com rubricas “atendimento ao público e à comunidade” e “serviços educacionais” pudessem suprir suas demandas econômicas.

Os museus viveram, nesse século, a necessidade de uma aproximação maior com seu público. Já não basta expor o objeto ao visitante. Benchetrit (2010) explica que se faz necessário o estabelecimento de canais de comunicação que promovam o deleite, além de “informar, estimular ideias e reflexões”. Para a autora, espera-se que os museus “demonstrem uma clara preocupação em interagir com o público”.

1.1.1 OS PRIMEIROS MUSEUS NO BRASIL

O século XIX foi também no Brasil a era dos museus. Importantes instituições surgiram nesse período sistematizando as ciências no país, e antecedendo em muitos anos o nascer das primeiras universidades brasileiras. (TAMANINI, 1998)

Guarnieri (1979, *in* BRUNO, 2010), porém, nos conta que ainda no século XVI o vice-rei do Brasil, Dom Luiz de Vasconcelos, criou a “Casa de História Natural”

conhecida popularmente como “Casa dos Pássaros”, uma coleção de animais empalhados.

Nosso primeiro museu data de 1818: o Museu Real, hoje Museu Nacional. Foi criado por iniciativa de D. João VI, tendo como seu primeiro acervo uma pequena coleção de história natural doada pelo próprio e, acredita-se, com peças remanescentes da “Casa de História Natural” (SEÇÃO DE MUSEOLOGIA, 2007/2008). O Museu se manteve modesto por alguns anos, iniciando um caráter mais científico apenas no final do século XIX (JULIÃO, 1998)

Na verdade, já anteriormente, Dom João, “por decreto de 1º de julho de 1815, mandou pensionar dois naturalistas alemães, Freysen e Selien, com a obrigação de apresentarem nesta Corte, ao fim de cada uma de suas viagens, não somente a memória descritiva delas, mas também os exemplares de todos os objetos...”.

Tais objetos, uma vez “analisados e coligidos”, seriam recebidos e abrigados no “real gabinete” que o príncipe regente pretendia estabelecer. Mas aí, era ainda a ideia do “gabinete de curiosidades”, de estudos científicos, que predominava, num critério de certa privacidade, ou seja, para acesso de uns poucos: “Assim anunciava o Rei a fundação, no Rio de Janeiro, do Museu Nacional, que veio a prestar serviços tão inquestionáveis à nossa história natural, antropológica e etnográfica”. (GUARNIERI, 1979, *in* BRUNO, 2010, P. 87)

Algumas curiosidades estão ligadas ao surgimento do Museu Real: assim como os Gabinetes de Curiosidades refletiam a predileção de seu dono, o novo museu é resultante principalmente das inclinações de Dona Leopoldina, apaixonada por História Natural; a influência inglesa em Portugal trouxe à nova instituição a preocupação com o cientificismo; e, da mesma forma que outros museus científicos sul-americanos, a predominância estará nas ciências naturais. (GUARNIERI, 1979 *In* BRUNO, 2010)

Dois museus foram muito importantes no cenário museológico brasileiro da época, principalmente “pelos avanços dos estudos arqueológicos no país, particularmente no que se refere à Paleontologia” (TAMANINI, 1998): o Museu Paraense Emílio Goeldi, criado pela iniciativa privada em 1866, foi estatizado em 1871 e reinaugurado em 1891; e o Museu Paulista ou Museu do Ipiranga surgido em 1894 incentivou ainda a pesquisa em ciências naturais.

Na segunda metade desse século houve ainda a criação: do Museu do Exército em 1864; do Museu da Marinha em 1868; e do Museu Paranaense em 1876 (surgido de entidade particular e posteriormente oficializado em 1883). Todos surgidos ainda no período Imperial, trazendo um fortalecimento das organizações culturais.

O Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia aparece em 1894, já no período Republicano, mantendo uma tendência que vinha do período Imperial de constituição de museus provinciais (depois, estaduais). (GUARNIERI, 1979 *In* BRUNO, 2010)

1.2. A EVOLUÇÃO DA MUSEOLOGIA

Possas (2005) conta que começou a haver uma preocupação com a ordenação, classificação e a conservação dos objetos a partir do aumento das coleções de estudo e investigação, e que “é nesse contexto os museus adquirem força e visibilidade” (POSSAS, 2005, p.158). É nesse momento que nasce a Museografia, que para Guarnieri (1979, *in* BRUNO, 2010) é “a soma de conhecimentos práticos servindo à finalidade de montagem de exposições e apresentação de objetos”. Porém, à medida que o Museu se desenvolve, surge a Museologia, uma ciência em construção: a ciência do Museu.

Para se entender melhor a diferença entre a Museografia e a Museologia há que se entender o Fato Museológico, que é um conceito criado por Guarnieri e que se constitui na relação profunda entre o Homem e o Objeto. Para a autora “essa relação comporta vários níveis de consciência, e o homem pode apreender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão, audição, tato, etc. Essa relação supõe, em primeiro lugar e etimologicamente falando, que o homem *admira o objeto*”. (GUARNIERI, 1981 *in* BRUNO, 2010). Para Guarnieri a Museografia é a “mera descrição do fato museológico”, enquanto que a Museologia é o estudo do fato museológico. (GUARNIERI, 1979 *in* BRUNO, 2010).

A evolução do Museu trouxe muitas perspectivas: o museu-templo, o museu-arquivo, o museu-laboratório, o museu-escola e o museu-centro de convívio cultural. E Guarnieri (s.d. *in* BRUNO, 2010) avaliou que a Museologia acompanhava essa evolução e não ficava limitada ao conhecimento técnico da conservação, preservação e da comunicação. A ciência do museu se enriquece com os atributos das ciências humanas e sociais, não apenas se atualizando, mas se alterando a partir do “crescimento da preocupação do Humano e do Social em relação aos museus”. E cita Hoghes de Varine-Bohan, que afirma que “mais do que existirem para os objetos, os museus devem existir para as pessoas”.

O conceito de Museologia passou a ser debatido a partir da década de 1950, muito por influência do ICOM⁵, que buscava respostas para os desafios que os

⁵ International Council of Museums, fundado em Paris em 1946 por profissionais de museologia.

museus enfrentavam para corresponder às necessidades culturais da sociedade contemporânea. (ARAÚJO, 2010)

Se o século XIX foi considerado a era dos museus, o seguinte foi a era da Museologia. Ainda no final do século XIX houve a primeira revolução no mundo dos museus com “a organização profissional, os códigos de ética e notáveis transformações nas exposições, entre outros elementos, com a primazia da quantidade dando lugar à oportunização do diálogo do público com os objetos expostos” (CÂNDIDO, 2010). Entretanto, essa nova perspectiva chegou na América Latina somente no século XX, com a criação do primeiro curso de Museologia no Brasil em 1932 e a influência do Icofom, o Comitê de Museologia do ICOM.

Cândido (2010), citando Peter Van Mensch, pontua a segunda revolução da Museologia na década de 1970 no surgimento da chamada Nova Museologia. Esse movimento renovador conceitua a Museologia de forma ampliada e “socialmente engajada”, considerando mais a função do museu como base da organização do que as coleções em si.

Vários momentos podem ser considerados fundadores dessas novas ondas na Museologia, mas aquele apontado como o mais importante, especialmente na América Latina, embora não tenha restringido a ela seu raio de influência, foi a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, de 1972. A realidade latino-americana serviu de base para a reflexão sobre “O papel do Museu na América Latina”, que acabou por ressaltar seu poder de intervenção social. (CÂNDIDO, 2010)

Portanto, a Nova Museologia traz o reconhecimento de que:

[...] função do museu não pode limitar-se ao ato de recolher, restaurar e expor os objetos que compreendem o seu acervo. Cada vez mais a pesquisa, a divulgação, a socialização do conhecimento e a participação da comunidade tornam-se elementos determinantes das funções sociais dos museus. (TAMANINI, 1998, p. 207)

O reconhecimento da função social do museu pelo movimento da Nova Museologia formalizou o pensamento e a discussão de vários especialistas em museus que ocorria desde o final da década de 1960.

Em maio de 1968, um grupo de profissionais de museus organizava-se espontaneamente, em Paris, para contestar os museus, considerados “instituições burguesas”. Os estudantes chegam a reclamar a supressão de todos os museus e a dispersão das suas coleções por espaços da vida cotidiana.[...]Pela mesma altura, nos Estados Unidos da América, alguns artistas organizavam-se para rejeitar a arte e os museus. As novas linguagens e expressões artísticas demonstravam uma não-empatia pela instituição e recorriam à utilização de espaços alternativos, como grandes armazéns vazios, numa aproximação a um modelo de anti-museu. [...]. (DUARTE, 2013, p. 100)

Como Duarte (2013) reforça o museu não passou incólume pelo “contexto social de forte questionamento”. Tais questionamentos, referentes aos museus, trouxeram a certeza de que um novo caminho deveria ser trilhado no relacionamento museu-visitante, com o intuito de democratizar o acesso de todos os públicos. Toda essa movimentação ocorreu uma década antes da reivindicação de inclusão de todos os cidadãos a todos os ambientes sociais, apresentado pelo Movimento Internacional de Inclusão Social, que contou com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O movimento da Nova Museologia como renovação do museu (sucedido na década de 1970) e o movimento social de inclusão (sucedido na década de 1980) como renovação da sociedade foram importantes para o século XX e continuam sendo para o século XXI, se complementando em prol do cidadão.

1.3 A COMUNICAÇÃO NO MUSEU

Roque (2010) reflete que um objeto ao ser musealizado, ou seja, retirado do espaço ao qual pertencia e tinha sua funcionalidade, é esvaziado de significação. O museu, entretanto, lhe confere uma nova funcionalidade, “essencialmente visual e estética, a que se anexa uma intenção pedagógica”. O objeto perde ao ser descontextualizado, porém há um ganho ao ser sublimado como objeto representativo de uma realidade, o que é chamado de “efeito museu”.

E essa revitalização do objeto, na intenção de torná-lo patrimônio, necessita mais do que preservação e estudo, é necessário disponibilizá-lo, transmiti-lo e comunicá-lo ao público do museu. “Enquanto repositório de memórias, o museu só poderá exercer, em plenitude, a sua função patrimonial se proporcionar o uso e o conhecimento dos seus espólios, conferindo-lhes um novo sopro de vida”. (idem)

[...] os museus e as exposições referenciam *presenças e ausências*, pois os objetos que são selecionados como eixos de ligação de sentidos referenciam outros idênticos, análogos, ambientes relacionais a ele, enfim, um universo de *ausências*. Isto posto, vemos que a comunicação museológica é uma teia de sentidos que parte da concretude de um objeto e se conecta, à medida da capacidade cognitiva, interpretativa, aliada à experiência vivida de cada visitante, reconstruindo um universo de *presenças e ausências* fascinantes. (FRANCO, 2010)

E o museu, ao recriar numa exposição o ambiente ao qual o objeto pertencia, contextualiza-o do ponto de vista factual, estrutural e funcional. Entretanto, alguma informação sobre o objeto pode ser perdida ao se estabelecer ligações com outros objetos. Porém, seja qual for a narrativa escolhida para a exposição, esta será apenas uma das hipóteses viáveis dentre tantas possíveis. (ROQUE, 2010)

O discurso museológico, de qualquer forma, nunca é neutro. Pelo contrário, traz em si uma parte de cada profissional envolvido em seu projeto: “suas crenças e ambições, os seus instintos e emoções”. O que não invalida o discurso, desde que haja “competência para veicular um ponto de vista, uma lógica racional e coerente, uma vertente do pensamento humano”. (idem)

Mas se no ambiente museal o emissor é o museu, a mensagem é o discurso museológico, quem são os receptores?

[...]. São os seus inúmeros visitantes: de crianças a idosos, de membros de comunidades a estrangeiros. Por mais que o museu defina seu público-alvo, os signos e recursos selecionados para dar vida às exposições devem estar em harmonia e articular conhecimentos que sejam ao máximo acessíveis a qualquer receptor; caso contrário, uma comunicação efetiva não é estabelecida, sujeita a ruídos e contaminações. (FARIA, 2010)

ROQUE (2010) observa que o museu é, sobretudo, um espaço comunicacional e que o discurso museológico “apresenta analogias com a comunicação verbal”. A autora, fazendo referência ao esquema de Roman Jakobson, relaciona o museu (ou grupo de profissionais responsáveis pela exposição e que codificam a mensagem) com o emissor, o receptor com o público, e a mensagem com o objeto.

A autora informa, ainda, que não há uniformidade na comunicação museal. O discurso sendo impositivo privilegia o emissor; monológico a mensagem; e dialógico o receptor. O primeiro modelo é considerado incomunicante, impondo ao público uma vivência “ritualizada ou sacralizada do espaço e da coleção” (Sic). Para Cury (2005) são exposições herméticas, onde cabe ao público um “comportamento passivo” diante da mensagem científica direcionada a poucos.

O segundo modelo é considerado comunicante, porém em nível intramuseal, centrado no objeto. Nesse caso, o emissor e o receptor efetuam monólogos separados, e a interpretação da mensagem pode não coincidir com a mensagem intencionada, a não ser que o receptor seja um erudito ou especialista no tema da exposição (ROQUE, 2010). O que, para Marília Xavier Cury (2005), é uma postura funcionalista e condutivista (Figura 1) onde o emissor é ativo e produz estímulo e o receptor é passivo, mas atingido pelo estímulo, reage a ele. Porém, a ideia central é que essa comunicação baseia-se num processo mecânico de transmissão de informações de um polo a outro.

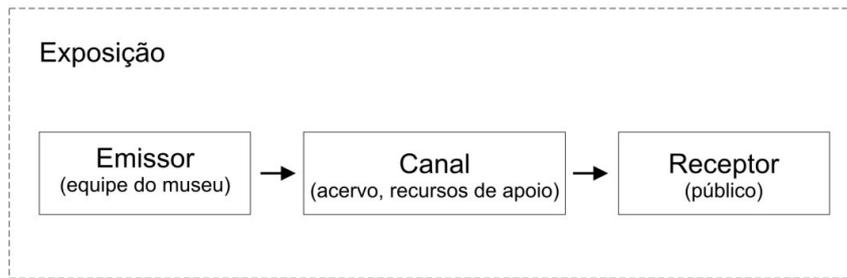


Figura 1: Postura comunicacional funcionalista e condutivista nas exposições
 Fonte: Faria, 2010

O terceiro modelo, também considerado comunicante, coloca-se em nível intermuseal. Sua mensagem procura atingir públicos diversificados, e “predominam as situações de diálogo activo (Sic), seja de índole intelectual ou sensível”.

Cury (2005, p.79 *apud* CURY, 2006/2007, p.75) diz que o “museu emergente é dialógico e defende o direito à (re)significação da cultura material, e com isto (re)significa a si mesmo”.

Sendo assim, a

Comunicação como interação é entendida como complexa e articulada com a vida cotidiana. Nesse sentido, constitui-se como um conjunto de processos, e não um único, por envolver, face à globalização, múltiplas e fragmentadas mediações multilocalizadas, que produzem significações e sentidos e adquirem sentidos para públicos específicos, pois o público não é uma massa homogênea com comportamento constante. Constitui-se, sim, em grupos com distinções sociais que manifestam suas diferenças na recepção. Segundo Orozco-Gómez (1993, p. 272), a comunicação e a recepção perpassam uma rede complexa de germinação de informações, negociação, consumo ou negação, onde há produção de sentido e, onde, para Canclini (1993, p. 34) prevalece o valor simbólico sobre os valores de uso e troca. (CURY, 2005, p.370)

A autora denomina interacionista (Figura 2) o modelo dialógico que rompe com o pensamento que entende o emissor e o receptor como polos opostos. Nesse modelo os polos se encontram através da comunicação, sem predomínio de nenhum sobre o outro: há a negociação sobre o significado da mensagem. Porém, o processo comunicacional se dá, não pela mensagem, mas pela interação entre emissor e receptor.

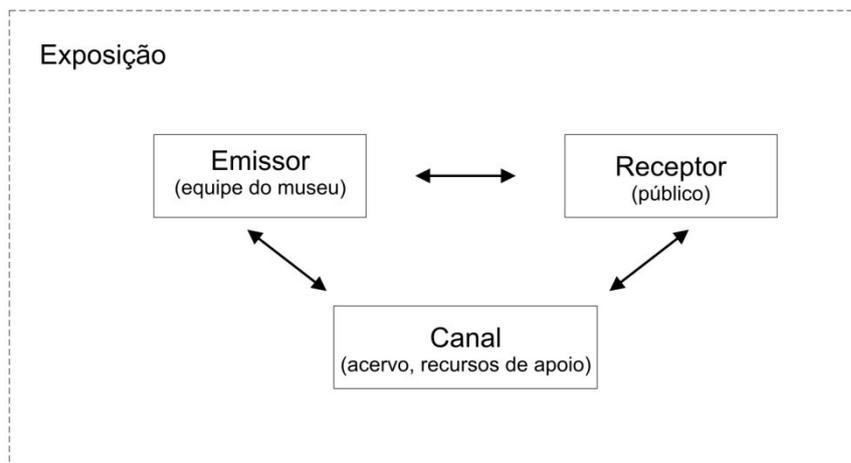


Figura 2: Postura comunicacional interacionista nas exposições (a)
 Fonte: Faria, 2010

Ainda para Cury (2010), pode-se entender o ‘fato museológico’ de Guarnieri como um “processo comunicacional”, e a exposição é o local de encontro e negociação da mensagem como diálogo, na busca por uma reciprocidade entre museu e público.

Faria (2010) avalia que:

Compreender as exposições nessa perspectiva eleva o museu a um espaço de construção social. Esse movimento é vital, pois somente assim os museus colocam em prática seu discurso enquanto instrumento social. A partir da possibilidade de o receptor interagir, as exposições saem do patamar da contemplação para a conversação.

Entende-se agora que o “produto” da comunicação não é o recebimento da mensagem, mas a criação de significados por indivíduos, por grupos e pela sociedade a partir de sua interação tanto com o emissor quanto com a mensagem. (SILVERMAN, 2010)

“Nesta perspectiva, estar no museu se torna uma experiência, a vivência de se aproximar aos bens culturais e, a partir destes, homenagear, denunciar, debater, despertar e manter viva a memória”. (FARIA, 2010, p. 351)

Faria (2010) coloca que os museus, cada vez mais, têm proposto metodologias que promovam a comunicação interacionista com seus visitantes. Uma delas é a mediação (

Figura 3), normalmente realizada por seus setores educativos. Essa proposta é um “gatilho para a curiosidade e o despertar de emoções” e vai além quando o receptor percebe que o objeto pode ser mais que um registro, uma informação passada, pode ser uma forma de diálogo com o museu e com o outro.

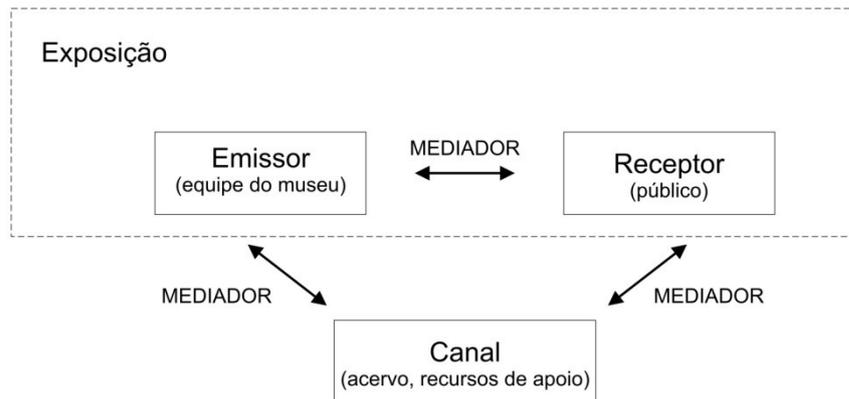


Figura 3: Postura comunicacional interacionista nas exposições (b)

Fonte: Faria, 2010

Essas apresentações e trocas das possíveis leituras de mundo fortalecem o museu enquanto um espaço de aprendizado coletivo. Numa exposição, cada agente que se propõe a interagir com os bens culturais e o discurso do outro se modifica internamente, não importa se produzindo certezas, incertezas ou possibilidades, pois se abre para a pluralidade de interpretações. Este movimento nos fortalece a partilhar a coletividade, reconhecendo-nos como iguais a partir de nossas diferenças. (FARIA, 2010, p.354)

A autora chama a atenção para o fato de que a mediação, embora potencialize a integração de saberes facilitando o diálogo, não é uma obrigação do museu, uma vez que as exposições já são o principal canal de comunicação entre o museu e seu público.

Tojal (2007, p.92) coloca que:

A partir desse paradigma comunicacional, o de proporcionar uma *interatividade* mais ampla entre o *objeto museológico e seu público*, as estratégias de mediação passam a redimensionar a forma de participação do *sujeito receptor* - de uma condição anteriormente *mais passiva*, como simples assimilador de uma mensagem – para uma condição *mais dialógica*, isto é, a de um participante mais ativo no processo apreensão e de resignificação do objeto cultural presente na exposição.

Havendo comunicação clara, o museu torna-se “protagonista da contemporaneidade, confirmando a sua legitimidade na posse do patrimônio (Sic) que recebeu do passado e se prepara para legar ao futuro. Já não é pó tudo aquilo que, no museu, nos cerca”. (ROQUE, 2010)

2. ACESSIBILIDADE DE TODOS E O DESENHO UNIVERSAL

Os conceitos de acessibilidade e Desenho Universal surgiram a partir da evolução dos processos sociais que afetaram a pessoa com deficiência, trazendo parâmetros a serem seguidos, valorizando o movimento social contemporâneo: a inclusão social.

2.1. HISTÓRIA DO MOVIMENTO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O SURGIMENTO DO CONCEITO DO DESENHO UNIVERSAL

A exclusão de uma parcela da sociedade aos ambientes públicos foi percebida no início da década de 1960 nos EUA. Nessa época, alguns estudantes universitários com deficiências severas iniciaram um movimento solicitando à Prefeitura de Berkeley, Califórnia, o rebaixamento das guias das calçadas. Tal movimento obteve êxito, trazendo para a história a primeira adaptação de calçadas às pessoas com deficiência. Algumas universidades, então, começaram a se preocupar com a inacessibilidade de seus prédios escolares, seus *campi* e transportes. A partir daí começou-se a falar em ‘adaptação ao meio físico’, ou seja, adaptar o ambiente físico existente para que pessoas com deficiência também pudessem utilizá-lo. (SASSAKI, 2010).

Sasaki (2010) chama a atenção para o fato de que já naquela época o movimento defendia a tese de que os ambientes adaptados serviriam também para as pessoas obesas, de baixa estatura, idosas e com mobilidade reduzida definitiva ou temporária.

Com o passar do tempo, porém, notou-se que os ambientes continuavam a ser construídos de forma que ainda não recebiam a todos, e mais adaptações precisavam ser feitas. Surgiu então o conceito de desenho acessível, de forma que novos projetos levariam em conta a acessibilidade voltada para as pessoas com deficiência, possibilitando sua autonomia e independência tanto nos “ambientes físicos (espaços urbanos e edificações) e transportes, agora adaptados, como os ambientes e transportes construídos com acessibilidade já na fase de sua concepção.” (SASSAKI, 2010, p.149)

Apesar de projetos baseados no conceito de desenho acessível ter sido um avanço na tentativa de inclusão das pessoas com deficiência nos meios sociais, eles “são destinados exclusiva ou preferencialmente para pessoas com deficiência, pois suas aparências lembram algo médico, institucional ou, em todo caso, especial. Neste sentido, eles são estigmatizantes apesar de bem-vindos.” (SASSAKI, 2010, p.149)

As pessoas portadoras de deficiência representam um segmento com especificidades que fogem ao padrão de normalidade estabelecida pela sociedade. Contudo, as soluções de acesso para atender a tais demandas específicas podem beneficiar todas as pessoas, independente de serem portadoras de deficiência ou não. A acessibilidade assume assim um caráter holístico, negando medidas

de atendimento exclusivo ou segregadoras. (BAHIA, COHEN, *et al*, 1998, p.11)

E esse caráter holístico é o que conceitua o Desenho Universal, ou *universal design*, termo cunhado por Ron Mace em 1985 nos Estados Unidos, o “arquiteto que articulou e influenciou uma mudança de paradigmas dos projetos de arquitetura e design” (CAMBIAGHI, 2012, p. 73). Nas palavras de Ron Mace “desenho universal é o desenho de produtos e ambientes utilizável por todas as pessoas, para a maior amplitude possível, sem a necessidade de adaptação ou desenho especializado”⁶

O grande diferencial do desenho universal para o desenho acessível é que, os produtos projetados sob esse prisma podem ser usados por qualquer pessoa, sem que se perceba, pela aparência, sua utilidade também para pessoas com deficiência.

COHEN *et al* (2012) contam ainda que, desde que o termo foi usado pela primeira vez por Ron Mace, a literatura especializada tem relacionado outros termos a ele: arquitetura inclusiva, desenho inclusivo e projeto inclusivo. Todos envolvendo a filosofia do desenho universal.

Não coincidentemente, o final da década 1970 e início da década 1980 foi importante na luta das PcDs no Brasil pela sua visibilidade como cidadão, principalmente pela “mobilização e conscientização não apenas das próprias pessoas deficientes, mas, também, da sociedade como um todo”⁷.

O Movimento Internacional de Inclusão Social ocorreu na década de 1980 com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), surgindo ali o termo ‘inclusão’, ligado às ações em que as pessoas com deficiência (PcDs) pudessem ser beneficiadas socialmente (exemplos: inclusão escolar, inclusão digital) (SARRAF, 2013). Com toda essa mobilização, o ano de 1981 foi, então, declarado pela (ONU) como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), o que colocou as PcDs como centro das discussões no mundo e no Brasil (BRASIL, 2010).

A partir daí houve o surgimento de programas, serviços ou atividades especiais voltadas exclusivamente para as PcDs, porém ainda de forma separada da população em geral. O conceito e a prática da inclusão vêm a ser, então, muito recente. Pois:

⁶ Tradução livre da autora: “Universal design is the design of products and environments to be usable by all people, to the greatest extent possible, without the need for adaptation or specialized design.” Retirado do site do renomado Centro para o Desenho Universal, da Escola de Design da Universidade do Estado da Carolina do Norte, EUA.

⁷ Lia Crespo. Depoimento oral, 16 de fevereiro de 2009, *In* BRASIL, 2010, p. 37

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro das instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais (SASSAKI, 1997, P. 16).



Figura 4 - Mudança, ao longo do tempo, no tratamento da Pessoa com Deficiência pela sociedade

Fonte: elaborado pela autora baseado em Sasaki (2013)

Desta forma, a inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir as pessoas historicamente alijadas dos sistemas sociais gerais (principalmente as pessoas com deficiência), possibilitando-as a se prepararem para assumir seus papéis na sociedade. É fundamental o entendimento do conceito inclusivista para que ações nas áreas de programas, serviços e políticas sociais possam ser analisadas à luz dos novos valores éticos e sociais, construindo uma sociedade que seja realmente para todos, independentemente de sua particularidade como pessoa e cidadão (SASSAKI, 1997).

Dentro do movimento de pessoas com deficiência há conceitos importantes e com significações bem específicas: autonomia, independência e empoderamento. Sendo assim, diz-se que a pessoa tem autonomia quando a pessoa domina o ambiente físico e social, tendo sua privacidade e dignidade preservada ao máximo. Um exemplo dessa autonomia se dá quando a pessoa consegue circular em ambientes internos ou externos sem ajuda de outra pessoa. Independência, apesar de ser entendida como um sinônimo da autonomia, tem aqui outro significado. Diz-se que a pessoa com deficiência independente é aquela que tem a faculdade de decidir sobre

situações que lhe afetam pessoalmente, socialmente ou financeiramente. O empoderamento diz respeito ao poder pessoal inerente à pessoa, que nasce com ela. Porém é um conceito interdependente do conceito da independência, pois se a sociedade (familiares, instituições, profissionais) não reconhece esse empoderamento consequentemente não permite sua independência, fazendo escolhas e tomando decisões por ela. Em oposição, quando a existência desse poder é reconhecida na pessoa com deficiência, diz-se que a pessoa é empoderada. (SASSAKI, 2010)

É fundamental ficar registrado que esse novo modelo social defendido pelo Movimento das Pessoas com Deficiência, obteve sucesso ao deslocar a luta pelos direitos da PcD do campo da assistência social para o campo dos Direitos Humanos, incluindo-as nos direitos de todos (BRASIL, 2010, p.16).

Até o momento, o Movimento de Inclusão Social continua sua militância liderada por pessoas com deficiência, que promovem ações de sensibilização e conscientização sobre a aplicação do conceito de acessibilidade nos mais diversos ambientes, serviços, produtos e nos relacionamentos, eliminando as barreiras que se configuram em atitudes de discriminação, buscando o respeito às suas reais necessidades e incentivando o desenvolvimento de potencialidades, o que proporciona, desse modo, oportunidades equivalentes para todos (SARRAF, 2013, p. 53).

O primeiro documento a oficializar o conceito de equiparação de oportunidades para todos foi o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 03 de dezembro de 1982 e publicado em 1983. (WERNECK, 2009). Nesse documento a equiparação de oportunidades fica definida como:

[...] o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade – o meio físico e cultural, a habitação, o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, inclusive as instalações esportivas e de lazer – torna-se acessível a todos.

E para Werneck (2009, p. 43),

Outro aspecto relevante do Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência foi ter definido o conceito de incapacidade como uma resultante da relação entre as pessoas (com e sem deficiência) e o meio ambiente. Incapacidade passava a ser, então, um problema de todos.

Por sua vez, em 2003, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da OMS “reflete uma nova postura, ao relacionar a deficiência com o meio ambiente, e uma evolução de paradigmas, ao abandonar um ‘modelo médico de deficiência’ para endossar o conceito de um ‘modelo social de deficiência’.”(COHEN *et al*, 2012, p.34)

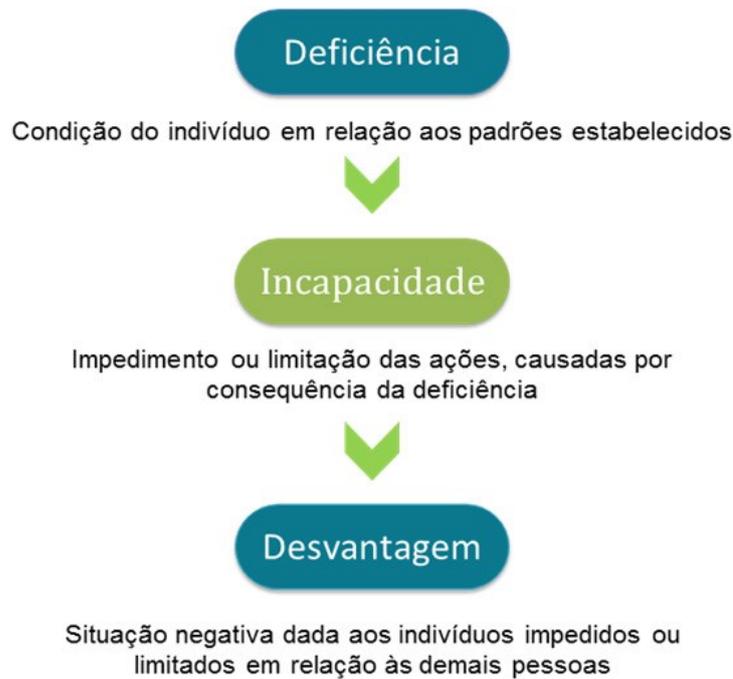


Figura 5 – Modelo Social da Deficiência
Fonte: elaborado pela autora, baseado em Sasaki (2013)

GUIMARÃES (1991) *apud* FERNANDINO (2006) afirma que nos ambientes que intimidam os condicionantes ambientais inibem a expressão das habilidades de indivíduos com deficiência, e oferecem poucas oportunidades para o desenvolvimento de seu potencial. O indivíduo tende a se tornar um incompetente ambiental.

Para FALZON, P. & MOLLO, V. (2009), do ponto de vista da ergonomia, um ambiente capacitante tem as características: **preventiva**, quando não produz efeitos negativos (físicos ou psicológicos) sobre o indivíduo, preservando sua capacidade de agir; **universal**, quando leva em consideração as diferenças interindividuais e compensa as deficiências individuais, prevenindo a exclusão; e **desenvolvimental**, quando permite que as pessoas desenvolvam novos saberes e saberes-fazer, proporcionando a autonomia. Para os autores um ambiente capacitante encoraja a aprendizagem.

A Organização das Nações Unidas (ONU), na resolução 37/52 de 03/12/1982, descreve a deficiência como '[...] toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica'. E Segundo a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, em seu artigo 1, pessoas com deficiência

[...] são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Sasaki (2002) esclarece que não há um termo que seja válido para todos os tempos. Os termos (Figura 6) mudam de significado de acordo com os valores da sociedade em seu tempo e espaço, da mesma forma que há a modificação no relacionamento dessa sociedade com a pessoa com deficiência.



Figura 6: Resumo da trajetória dos termos utilizados ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência. Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Sasaki (2002)

Sasaki (2003) conta que o termo 'pessoa com deficiência' foi escolhido mundialmente pelos movimentos de pessoas com deficiência no início desse século, e foi reconhecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)

- adotada pela ONU em 2006, ratificada e promulgada pelo Brasil em 2008 - sendo que os princípios básicos que os levaram a essa escolha foram:

- 1 – não esconder ou camuflar a deficiência;
- 2- não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
- 3- mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
- 4- valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
- 5- combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas dEficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”; “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (i. é. “aceitaremos vocês sem olharmos para as suas deficiências”);
- 6- defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direito e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
- 7- identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as restrições. (SASSAKI, 2003, p.16)

Cambiaghi (2012) esclarece que se percebeu há alguns anos que não só as pessoas com deficiência enfrentavam limitações com os ambientes construídos. Crianças, idosos, pessoas carregando pacotes, empurrando carrinhos de bebê, carrinhos de compras e aquelas que estão com alguma lesão temporária também tinham problemas de acesso e utilização de espaços, produtos e serviços. Para denominar esse grupo social, que também inclui a pessoa com deficiência, criou-se a expressão ‘pessoas com mobilidade reduzida’.

Na CDPD há em seu Preâmbulo o reconhecimento que a deficiência é ‘um conceito em evolução’, porém é principalmente o resultado da interação entre a pessoa com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais, ‘que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária’. Retirando, dessa forma, a ‘culpa’ pela não participação social das pessoas com deficiência. Contudo, o progresso da ‘participação social da pessoa com deficiência pode ser realizado’, segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011, p.4), eliminando-se essas barreiras.

Portanto, se há barreiras não há acessibilidade. E a acessibilidade é definida na NBR9050:2015 (ABNT, 2015) como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e

instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida”. E Duarte & Cohen (2006) chamam atenção para o fato de que essa definição compreende um conjunto de medidas que favorecem a todos, e não apenas às pessoas com deficiência, o que, do contrário, poderia aumentar a segregação desses grupos.

Observa-se, porém, que normas de acessibilidade não são suficientes para se abordar com profundidade a competência ambiental da pessoa com deficiência. Mas para muitos arquitetos, principalmente no Brasil, a obediência às essas normas é suficiente, e acabam por criar soluções ambientais restritas e isoladas umas das outras, o que não anula a situação de exclusão. (GUIMARÃES 1991 apud FERNANDINO, 2006)

Guimarães (1998) afirma, então, que a inclusão se manifesta através da acessibilidade quando há a “transformação das atitudes, do comportamento, da administração, do atendimento e da organização físico-espacial ao longo do tempo”.

E para Sarraf (2010, p.28)

Acessibilidade é uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos independente de suas limitações físicas e sensoriais, desenvolvida a partir dos conceitos do movimento de Inclusão Social. O conceito influencia a melhoria da qualidade de vida da população com e sem deficiência.

Ao longo do tempo o conceito de acessibilidade tem sofrido uma ampliação em suas perspectivas, e Sasaki (2013) as caracteriza em sete áreas, descritas na seguinte quadro:

Quadro 2: As sete áreas de acessibilidade e estratégias para eliminar as barreiras.

ÁREAS DE ACESSIBILIDADE	ESTRATÉGIA PARA A ELIMINAÇÃO DA BARREIRA
Arquitetônica	Desobstrução de barreiras ambientais físicas, no interior e no entorno das construções.
Atitudinal	Prevenção e eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos, discriminações.
Comunicacional	Adequação de códigos e sinais às necessidades especiais (linguagem de sinais, Braille, letras ampliadas, etc)
Metodológica	Adequação de técnicas, teorias, abordagens, métodos.
Instrumental	Adaptação de materiais, aparelhos, equipamentos, utensílios, tecnologias assistivas.
Programática	Eliminação de barreiras invisíveis existentes nas políticas, normas, portarias, leis e outros instrumentos afins.
Natural	Adaptação de logradouros naturais sem prejudicar ou destruir o ecossistema.

Fonte: elaborado pela autora baseado em Sasaki (2013)

Sasaki (2010, p.67) explica que, para que qualquer pessoa - seja ela com ou sem deficiência – circule com autonomia nos ambientes sociais (escolas, empresas, etc.), é importante haver acessibilidade em todas as áreas. E o Relatório Mundial sobre a deficiência (OMS 2012, pag.177) enfatiza que todas as áreas da acessibilidade estão interligadas e que ‘[...] as pessoas com deficiência não serão capazes de se beneficiar plenamente com as melhorias em uma área se as outras permanecerem inacessíveis’, ou seja, que o resultado da interação entre essas áreas será a incapacitação da pessoa com deficiência ou o fomento de sua participação e inclusão.

Porém, é importante salientar que:

Mesmo depois que as barreiras físicas forem removidas, as atitudes negativas podem produzir barreiras em todas as áreas. Para superar a ignorância e o preconceito em torno da deficiência, a educação e a sensibilização são necessárias. Essa educação deve ser um componente regular da formação profissional em arquitetura, construção design, informática e marketing. Os responsáveis políticos e aqueles que trabalham em nome das pessoas com deficiência precisam estar educados sobre a importância da acessibilidade. (OMS, 2012, p.177)

Em 1989, Ron Mace, já um conceituado arquiteto, foi além: fundou o Centro para o Desenho Universal na Escola de Design da Universidade do Estado da Carolina do Norte, EUA, escola onde se graduou na década de 1960. Em 1997 foi formado um grupo de arquitetos, desenhistas industriais, engenheiros e pesquisadores acadêmicos para a elaboração de princípios do Desenho Universal que “deveriam ser aplicados a todas as disciplinas de projeto, como arquitetura, urbanismo e design, e atender a todas as pessoas. [...] ajudando também a conscientizar os profissionais no processo de humanização de seus projetos”. (COHEN *et al.* 2012, p.42)

Os sete princípios estabelecidos são (COHEN *et al.* 2012):

- 1º princípio: Uso equitativo
- 2º princípio: Flexibilidade de uso
- 3º princípio: Uso simples e intuitivo
- 4º princípio: Informação perceptível
- 5º princípio: Tolerância ao erro
- 6º princípio: Mínimo esforço físico
- 7º princípio: Dimensão e espaço para aproximação e uso

Cambiaghi (2012) identifica que ainda hoje expressões como ‘eliminação de barreiras arquitetônicas’ e ‘acessibilidade ao meio físico’ são confundidas, por arquitetos e urbanistas, com soluções exclusivas para pessoas com deficiência, que

não entendem que os espaços devem ser comuns a todos - a acessibilidade deve ser inclusiva e não excludente. Pois:

[...] a essência do desenho universal está no propósito de estabelecer acessibilidade integrada a todos, sejam ou não pessoas com deficiência. Assim, o termo acessibilidade representa uma meta de ampla inclusão, não um eufemismo. (CAMBIAGHI, 2012, p.75)

Para Sasaki (2010),

O desenho universal pode ser chamado 'desenho para todos' [...]. Hoje, colocado dentro do movimento da inclusão social, o desenho universal poderia também ser chamado 'desenho inclusivo', ou seja, projeto que inclui todas as pessoas. Os produtos e ambientes feitos com desenho universal ou inclusivo não parecem ser especialmente destinados a pessoas com deficiência. Eles podem ser utilizados por qualquer pessoa, isto é, pessoa com ou sem deficiência. É até possível que pessoas sem deficiência nem percebam, nesses produtos ou ambientes, certas especificidades que atendem às necessidades de pessoas com deficiência. (SASSAKI, 2010, p. 151)

2.2. A ACESSIBILIDADE E O DESENHO UNIVERSAL NOS MUSEUS

Historicamente os museus desempenham um papel importante no lazer, no turismo cultural, na difusão do conhecimento e, contemporaneamente, atuam como promotores sociais e educacionais para a inclusão. Sandell (2003) coloca que a discussão sobre esse novo papel tem relevância internacional, e que museus em muitos países têm buscado desenvolver ações em parceria com agências das áreas da saúde, bem-estar, serviço social e outros. O objetivo é alcançar resultados sociais que eliminem a desvantagem, a discriminação e a desigualdade social.

O *International Council of Museums* (ICOM)⁸, órgão responsável por cuidar da proteção do patrimônio cultural em âmbito mundial, desde sua criação tem discutido o rumo dos museus e espaços culturais. Suas primeiras missões foram: salvar as coleções dos museus europeus que sofreram uma devastação cultural com as duas guerras mundiais e conquistar o público não especializado e elitizado, principalmente a população jovem. A partir da segunda metade do século XX, então, promoveu muitos encontros que discutiram principalmente “[...] a necessidade do desenvolvimento do potencial educativo e comunicativo fundamental à manutenção desses espaços a partir daquele momento.” (Sarraf, 2013).

Desde os anos 80 do século passado, principalmente devido ao surgimento da Nova Museologia, os museus buscam a maior participação dos visitantes. Essa busca

⁸ Foi criado (em 1946) pelo Conselho de Cultura e Patrimônio da Unesco preocupado com a devastação cultural devido às consequências das guerras mundiais, e pela pouca audiência do público jovem aos museus.

influiu no aparecimento do *marketing* em museus voltado a atrair a maior quantidade possível de público. (RUIZ & CARRATALÁ, 2005)

“Em 1992, com a Declaração de Caracas, proveniente de um encontro Regional do ICOM da América Latina, a comunicação é considerada um elemento-chave para o desenvolvimento de estratégias de acessibilidade para os diferentes públicos dos museus e espaços culturais e para a mudança do discurso vertical da museologia tradicional para um discurso horizontal e participativo que possibilitaria, de fato, considerar a pessoa como centro de atuação desses espaços.[...]” (SARRAF, 2013, p.46)

A partir daí começaram a surgir, pelo mundo, projetos e programas visando a inclusão social da pessoa com deficiência, porém ainda com tratamento de público especial.

O século XXI traz uma nova etapa que poderíamos caracterizar em muitos casos como “museus-espetáculo”, onde o mesmo edifício se converte em um atrativo que pode atuar tanto como demanda turística quanto como regenerador urbano (como é o caso do Museu Guggenheim na cidade de Bilbao e do Museu de Ciências Príncipe Felipe na cidade de Valência). O interessante dessa tendência de se fazer edifícios chamativos é que se a eles somarmos os princípios essenciais que conformam o que conhecemos como *desenho para todos*, estamos alcançando atrativos culturais que atuam em muitos casos como referência social. Além disso, se conseguirmos que sejam utilizados e visitados de maneira satisfatória por um número maior de pessoas, cumprimos com o propósito para o qual esses lugares foram concebidos: permitir o acesso ao patrimônio cultural a todo o conjunto da sociedade. (RUIZ & CARRATALÁ, 2005, p.5)

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem-se preocupado com a questão da democratização da cultura, o que inclui a preocupação com acessibilidade de todos os usuários aos bens culturais. Sendo assim, editou em 2003 sua primeira instrução normativa⁹ estabelecendo diretrizes, critérios e recomendações visando “equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência (sic) ou com mobilidade reduzida”, adequando-se dessa forma à legislação federal e baseando-se principalmente na Lei 10.098/2000, a também chamada Lei da Acessibilidade. Para Cohen & Duarte (2012), ‘este foi sem dúvida o momento em que a preocupação com a acessibilidade aos museus começou a tomar fôlego no Brasil [...]’.As autoras observam, porém, que foi uma movimentação tardia em relação uma preocupação internacional sobre a acessibilidade em museus e instituições culturais, notada há bastante tempo. Para Sarraf (2008)

⁹ Instrução Normativa nº1 de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. 2003.

[...] os museus precisam encarar sua necessidade de reabilitação frente ao desafio de tornar seus ambientes livres de barreiras; só assim obterão êxito na tarefa de proporcionar oportunidades para essa população e para todos os indivíduos que desejam se beneficiar do acesso aos museus.

No ano de 2009, com a Lei 11.904, o governo federal instituiu o Estatuto de Museus, que em seu Art. 2º coloca como seus princípios fundamentais a universalidade do acesso, o respeito e a valorização da diversidade cultural. E emprega em seu Art. 35 que “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”.

Também em 2009, a Lei nº 11.906 criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) uma nova autarquia ligada ao Ministério da Cultura (MinC) e que substituiu o IPHAN no que se refere aos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

Em pesquisa feita pelo IBRAM (IBRAM, 2011) em conjunto com o MinC entre os anos 2006 a 2010, foram mapeados 3.025 museus, distribuídos em 21% dos municípios do Brasil, sendo que o estado do Rio de Janeiro possui 254 museus dos quais 124 estão localizados na capital, porém menos de 1% do total oferece acessibilidade. E Sarraf (2013) registra que:

Na maioria dos espaços culturais brasileiros que se intitulam acessíveis as adequações oferecidas se limitam à acessibilidade física, compreendidas como eliminação de barreiras arquitetônicas. Nesses espaços a acessibilidade não é considerada universal, o que envolve a comunicação, o acesso à informação e à inclusão social praticada nas relações sociais.

Duarte, Cohen, *et al.* (2013) conceituam ‘a possibilidade de compartilhar o espaço e de efetuar trocas’ como ‘Acessibilidade Plena’, o que capacita o ‘Lugar’ a acolher, gerar empatia e afeto aos visitantes. E o Desenho Universal pressupõe um espaço que não exclui ninguém, ao contrário inclui a todos e pode contribuir para a ‘Acessibilidade Plena’. O que para as autoras,

No caso dos museus, levando também em conta a acessibilidade à informação e ao acervo, assim como a função de transmissão de conhecimento e informação inerentes ao espaço museal, a necessidade de adoção da Acessibilidade Plena torna o espaço inteligível, faz com que ele seja compreendido e usufruído por todos.

Mas para que o ambiente museal seja compreendido e usufruído por todos, cabe ao “gestor e planejador cultural conhecer a diversidade de experiências física, sensorial e emocional de Pessoas com Deficiência nos locais de exposição”. E

“estabelecendo-se as trocas e a transmissão de conhecimento leva o museu a cumprir sua função de forma plena”. (DUARTE *et al*, 2013).

Segundo Santos (2011) os museus devem atuar “como espaços de fruição, conhecimento, autoconhecimento e afirmação de identidade sociocultural de todos os seus frequentadores”.

Coelho (2012) chama de ‘público especial’ aquele que apresenta qualquer tipo de deficiência, e enfatiza que para que ele tenha um acesso físico e intelectual ao patrimônio cultural é necessário um atendimento especial. Esse atendimento passa por uma melhor compreensão sobre as necessidades, modos de aprendizado e centros de interesse desse público. Com esse conhecimento pode-se perceber “se os programas educativos e de ação cultural são eficazes e apropriados ou se devem ser modificados” para que haja uma apropriação desse patrimônio por todos.

O autor salienta que é muito recente na Europa e na América do Norte essa preocupação com o público especial, e que no Brasil é praticamente inexistente. Porém, a movimentação em torno do direito da PcD ao patrimônio cultural vem da constatação de que a verdadeira inclusão social acontece quando o indivíduo consegue construir sua própria identidade ao praticar a cidadania plena, que é ter o acesso a todas as áreas da sociedade.

O Desenho Universal é o conceito que tem como beneficiários mais óbvios as PcDs, porém seus princípios colocam em pé de igualdade todos os cidadãos: pessoas com e sem deficiência. A aplicação desse conceito garante que não haverá nenhum estigma, nenhum tratamento especial ou foco na deficiência, promovendo assim a inclusão das Pessoas com Deficiência na sociedade. (THE CITY OF CALGARY, P.12, 2010)

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa, realizada a partir de uma fundamentação teórica interdisciplinar, teve como metodologia a triangulação, que segundo Martins (2010) é a combinação de abordagens mais conhecida e comum nas pesquisas. A triangulação, segundo o autor, favorece o pesquisador por proporcionar uma visão ampla e completa ao combinar o que há de melhor de cada uma delas. A análise dos dados é feita em separado e posteriormente os resultados levantados são utilizados conjuntamente para responder a questão da pesquisa.

Martins (2010) coloca que:

De forma a complementar a visão dos indivíduos da organização, é necessário ao pesquisador delinear o contexto da pesquisa por meio de coleta de dados sobre a estratégia, políticas, estrutura organizacional, processos e atividades, sistemas de gestão etc.

O autor, citando Van Maanen (1979), diz que o resultado da reflexão do pesquisador sobre o “território” investigado, através das múltiplas fontes de evidências, pode resultar num “mapa” que evidencie o todo.

Buscando contemplar os objetivos dessa pesquisa e responder a questão colocada, o estudo foi dividido em três etapas: uma etapa documental, outra de entrevistas com visitantes do Museu Nacional e com atores envolvidos direta ou indiretamente com essas exposições, e a observação dos visitantes em situação real.

Dentre as exposições de longa e curta duração do Museu Nacional, observou-se em apenas duas uma preocupação com a acessibilidade do público, ambas inauguradas em julho de 2013, e que são intituladas: A (R)evolução das Plantas e O Mar Brasileiro na Ponta dos Dedos.

3.1. ANÁLISE DOCUMENTAL

Godoy (2005) coloca que em estudos de casos em organizações há que se destacar a importância em se conhecer um pouco da história, da estrutura e da organização antes do pesquisador se lançar ao trabalho de campo.

Sendo assim, na etapa inicial dessa pesquisa buscaram-se informações sobre a estrutura organizacional da instituição e o planejamento para o desenvolvimento das atividades. Tais informações foram obtidas de fontes primárias fornecidas pelo Diretor Administrativo da instituição, que foram: o Regimento Interno do Museu Nacional, e o Plano Diretor para o Museu Nacional.

Outras informações que complementaram o perfil da instituição foram adquiridas a partir da página do Museu Nacional na internet e através de entrevistas informais feitas ao Diretor Administrativo por e-mail.

Depois de identificadas as exposições a serem estudadas, obtiveram-se junto aos curadores os projetos encaminhados à FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) através do edital Pró-cultura e esporte 2014 da UFRJ, que foram ganhos e subsidiaram as montagens das mesmas. Pela análise documental pesquisou-se de que forma o projeto museológico e museográfico foi elaborado, e se já havia desde o princípio a preocupação com a inclusão da pessoa com deficiência.

Após uma aproximação maior junto à instituição, percebeu-se que não havia um estudo de público institucionalizado, há apenas uma contagem numérica obtida a partir dos dados da roleta de entrada. Porém, a Seção de Assistência ao Ensino (SAE) - que era a seção responsável pelo agendamento escolar e de outros grupos até o final de 2014 - utilizava um questionário para obter dados das escolas, dos professores e dos estudantes que visitavam o Museu Nacional. Esses dados eram analisados e inseridos em Relatórios anuais da SAE. Obteve-se acesso ao último documento finalizado que foi o Relatório de Atividades da Seção de Assistência ao Ensino – 2013.

3.2. ENTREVISTAS

Foram elaborados três roteiros semiestruturados para entrevistas a serem aplicadas aos atores envolvidos direta ou indiretamente com as exposições: um para visitantes outro para curadores e gestores.

A entrevista aplicada aos visitantes (Apêndice A) teve como respondentes: pessoas com deficiência, acompanhantes ou responsáveis por pessoas com deficiência, idosos, e o público em geral que procura o Museu Nacional em sua hora de lazer. O objetivo foi descobrir:

- como esses visitantes se sentiram nas exposições estudadas;
- se conseguiram usufruir dos bens culturais;
- se suas expectativas em relação ao Museu Nacional foram atendidas; e
- se houve alguma dificuldade em explorar os ambientes museais.

As entrevistas foram concedidas de duas formas: presencialmente ou por e-mail. Quando presencialmente (quase a totalidade das entrevistas) ou logo após a visita e ainda no ambiente museal, ou em local mais apropriado ao entrevistado, entre agosto e novembro de 2014. Todas as entrevistas presenciais foram gravadas em áudio. Apenas uma entrevista com uma pessoa surda foi por escrito, e com duas outras pessoas surdas gravadas em vídeo. Em sua maioria, as pessoas entrevistadas visitaram o Museu Nacional com um grupo.

Através da Seção de Assistência ao Ensino a pesquisadora ficou a par de algumas visitas realizadas em grupo com Pessoas com Deficiência ao Museu Nacional. Percebeu-se ali uma oportunidade de entrevistar várias pessoas com deficiência.

Um dos grupos era de pessoas com deficiência ligadas à Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD/Unidade Irajá. Esse grupo havia sido convidado pelo curador de uma das exposições estudadas. Através de e-mail houve o contato com a Unidade que orientou a pesquisadora a solicitar à SMPD autorização para entrevistar as pessoas que fizeram a visita. Na mensagem encaminhada à SMPD a pesquisadora esclareceu a importância da pesquisa. Foram anexadas à mensagem a entrevista proposta e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assim, com autorização da SMPD, a pesquisadora esteve por quatro vezes na Unidade Irajá para entrevistar os visitantes que se dispusessem a contribuir com a pesquisa. Descobriu-se que na verdade houve dois grupos que foram em dias diferentes. Os dois grupos eram formados de pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, seus responsáveis e profissionais da SMPD/Unidade Irajá. Havia PcDs tanto crianças quanto adolescentes e adultos. Não houve a oportunidade de entrevistar as pessoas com deficiência, ou porque eles não quisessem ou porque não tinham condições de responder aos questionamentos. Dessa forma, a quase totalidade das entrevistas foi respondida pelos responsáveis pelas PcDs. A exceção ficou por conta de uma profissional em terapia ocupacional que acompanhou um dos grupos e aceitou ser entrevistada. Infelizmente houve a perda de quatro entrevistas com responsáveis, devido a uma falha no equipamento utilizado nas primeiras conversas – um celular. Após essa importante perda a pesquisadora investiu no equipamento mais apropriado: o gravador.

O outro grupo era de alunos do Colégio Pedro II – Campus São Cristóvão. Esse grupo era misto, com alunos com e sem deficiência. Houve um contato inicial com a professora que os acompanhou. Autorizada, a pesquisadora foi até o colégio para tentar entrevistar os alunos. Quatro alunos se dispuseram a responder as perguntas: três com deficiência e um sem deficiência. As entrevistas foram feitas em apenas um dia, no próprio colégio na Sala de Recursos do Setor de Atendimento Educacional Especializado, num intervalo sem aula.

Num dia de muita visitação em 2014, pois se tratava do aniversário do Museu Nacional, a pesquisadora avistou em momentos diferentes duas adolescentes em cadeira de rodas. Elas estavam uniformizadas, pois vieram com o grupo escolar. Abordadas, foram receptivas a uma entrevista após a visita. Ambas foram entrevistadas em companhia de responsáveis da escola. Como eram menores, foi

pedido um contato para posterior solicitação de autorização aos pais. Infelizmente os pais de uma das visitantes não autorizou mesmo a pesquisadora encaminhando por e-mail o conteúdo da entrevista. O telefone dado pela outra visitante era da professora que a acompanhava e, mesmo tentando por diversas vezes, ela nunca atendeu às ligações. Sabendo de qual escola elas eram (uma escola municipal de São Pedro da Aldeia), tentou-se contato deixando recado, porém nunca houve retorno. Dessa forma essas duas entrevistas não foram levadas em consideração para fins de pesquisa.

Numa volta pelas exposições do Museu Nacional, notou-se uma família com uma moça em cadeira de rodas. A pesquisadora aproximou-se de grupo e solicitou uma entrevista após a visita, no que foi atendida. Era uma família de pai, mãe, filha maior com deficiência física (paralisia cerebral) e avô. Muito falante de início, ao ser questionada se poderia conversar com a entrevistadora a moça se recusou. O pai explicou que devido à paralisia cerebral a moça tem um comportamento mais infantil do que o esperado para a sua idade e é muito tímida. O pai e o avô, entretanto, aceitaram dar entrevista.

As outras entrevistas aconteceram a partir da visita de dois grupos distintos de pessoas com deficiência: um grupo do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e outro da Associação de Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu (ACENI). Em ambas as visitas, que por coincidência aconteceram no mesmo dia, a pesquisadora acompanhou os grupos, como será descrito no item 3.4 dessa pesquisa.

As pessoas surdas do INES foram entrevistadas na própria instituição em dia marcado pela coordenadora que acompanhou o grupo à visita. Contou-se com a ajuda de uma surda (mediadora do Museu Nacional, que se ofereceu em ajudar) que lia a entrevista e interpretava em LIBRAS para a entrevistada, e uma intérprete ouvinte que traduzia o que estava sendo respondido. As entrevistas foram gravadas em vídeo.

Os entrevistados do grupo ACENI, ou responderam logo após a visita e gravados em áudio ou por e-mail posteriormente.

Houve ainda outro contato pós-visita, desta vez com a Cuidadora Social responsável por dois abrigos municipais de Itaguaí que levaram cinco idosos abrigados ao Museu Nacional. O primeiro contato foi por e-mail e a profissional mostrou muito interesse pela pesquisa, principalmente por ter sido a visita dos idosos em questão um tanto conturbada (como pode ser avaliado pelo relatório entregue à pesquisadora para ser encaminhado à Direção do Museu Nacional – Anexo A).

Questionada sobre a possibilidade de entrevistar algum dos abrigados que visitaram o Museu Nacional a cuidadora foi assertiva. Foi combinado um melhor dia e horário, tanto para a profissional quanto para os possíveis entrevistados. A

pesquisadora então foi até o município de Itaguaí e encontrou-se com a profissional na Subsecretaria da Assistência Social, e de lá seguiram até os dois abrigos municipais.

O quadro abaixo apresenta o resumo das entrevistas e dá um panorama da diversidade conseguida.

Quadro 3: Resumo das entrevistas

Gênero	Idade	Pessoa com deficiência	Tipo de Deficiência	Responsável por pessoa com deficiência	Local da entrevista
Feminino	18 anos	Sim	Visual total	-----	Colégio Pedro II
Masculino	19 anos	Não	-----	-----	Colégio Pedro II
Feminino	18 anos	Sim	Visual Parcial (quase total)	-----	Colégio Pedro II
Masculino	18 anos	Sim	Síndrome de Asperger	-----	Colégio Pedro II
Feminino	60 anos	Não	-----	Sim. Filha de 36 anos, com deficiência múltipla – física e intelectual.	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	61 anos	Não	-----	Sim. Filha com 24 anos com deficiência física e dificuldade na fala.	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	54 anos	Sim.	Deficiência física, usuária de muletas devido a sequelas de Paralisia Infantil.	Sim. Avó de moça de 18 anos com deficiência múltipla – auditiva e intelectual.	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	62 anos	Não	-----	Sim. Prima de moça de 21 anos com deficiência intelectual.	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	61 anos	Não	-----	Sim. Mãe de rapaz de 17 anos com deficiência intelectual, Síndrome de Down	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	53 anos	Não	-----	-----	SMPD/Unidade Irajá (profissional que acompanhou um dos grupos)

continua

continuação					
Gênero	Idade	Pessoa com deficiência	Tipo de Deficiência	Responsável por pessoa com deficiência	Local da entrevista
Feminino	46 anos	Não	-----	Sim. Mãe de moça de 14 anos com deficiência intelectual.	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	44 anos	Não	-----	Sim. Mãe de rapaz de 15 anos com deficiência múltipla – física e intelectual.	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	40 anos	Não	-----	Sim. Mãe de gêmeas de 19 anos, ambas com deficiência física, uma delas usuária de cadeira de rodas	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	38 anos	Não	-----	Sim. Mãe de moça de 18 anos com deficiência física, usuária de cadeira de rodas.	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	38 anos	Não	-----	Sim. Mãe de moça de 18 anos com deficiência múltipla – física e intelectual, usuária de cadeira de rodas	SMPD/Unidade Irajá
Feminino	55 anos	Não	-----	Sim. Mãe de moça de 22 anos com deficiência intelectual	SMPD/Unidade Irajá
Masculino	56 anos	Não	-----	Sim. Pai de adolescente de 13 anos, deficiência múltipla – Síndrome de Asperger e auditiva leve.	SMPD/Unidade Irajá
Masculino	60 anos	Não	-----	Pai de moça de 27 anos com deficiência física – paralisia cerebral.	No Museu Nacional (após visita espontânea)
Masculino	86 anos	Não	-----	-----	No Museu Nacional (após visita espontânea)
Feminino	43 anos	Sim	Auditiva	-----	INES
Feminino	63 anos	Sim	Auditiva	-----	INES

continua

					continuação
Gênero	Idade	Pessoa com deficiência	Tipo de Deficiência	Responsável por pessoa com deficiência	Local da entrevista
Masculino	30 anos	Sim	Intelectual	-----	No Museu Nacional após visita em grupo
Feminino	22 anos	Sim	Auditiva	-----	No Museu Nacional, pois é estagiária da instituição
Feminino	Não identificada	Não	-----	Sim. Mãe de menino de 5 anos com deficiência física- usuário de cadeira de rodas.	Visitante do grupo ACENI, entrevistada por e-mail
Feminino	Não identificada, mas aparenta 60 anos.	Não	-----	Sim. Mãe do rapaz da ACENI de 30 anos que deu entrevista e de outro rapaz de idade não identificada, com deficiência intelectual, que não fala (não ficou claro se é surdo)	Acompanhante do grupo ACENI, entrevistada por e-mail
Feminino	56 anos	Não	-----	-----	Profissional responsável pela visita do grupo ACENI.

Fonte: A autora.

As entrevistas aplicadas aos projetistas - curadores e técnicos – (Apêndice B) foram usadas no intuito de descobrir:

1. se os atores envolvidos com os projetos das exposições têm conhecimento e incorporaram os conceitos de acessibilidade e Desenho Universal nas exposições de curta duração estudadas;
2. e se conhecem a diversidade (ou universalidade) do público do Museu Nacional.

Sendo duas exposições, foram identificados três responsáveis pelos projetos: cada uma tem um curador e o mesmo técnico auxiliou na questão da acessibilidade das exposições.

Entrevistas também foram aplicadas ao Diretor Administrativo e ao chefe do Escritório Técnico do Museu (Apêndice C), como atores indiretamente responsáveis pelas exposições estudadas, com a perspectiva de:

1. tomar conhecimento de possíveis projetos de acessibilidade para a instituição;
2. descobrir se conhecem o perfil do público do MN e sua satisfação com a instituição;
3. se conhecem o Desenho Universal;
4. e como entendem um ambiente museal acessível.

As entrevistas aplicadas aos curadores e gestores sofreram adaptações de acordo com o entrevistado uma vez que, sendo semiestruturada, alguns temas foram surgindo naturalmente e indagações foram ocorrendo à pesquisadora. Todas as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho, entre outubro de 2014 e janeiro de 2015.

Como forma de análise das entrevistas, a pesquisadora optou pela transcrição literal das falas, trabalho realizado pela própria. Os dados obtidos foram tabulados e codificados de forma a responderem às perguntas da pesquisa, facilitando a análise e interpretação.

As tabulações serão apresentadas no capítulo 5: As Exposições estudadas, o Desenho Universal e o ponto de vista observado, e embasarão a conclusão final dessa dissertação.

Observando-se as questões éticas na pesquisa qualitativa, formulou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D) baseado em Gibbs (2009) que coloca “que os participantes de pesquisas devem saber exatamente o que está em foco, o que lhes acontecerá durante a entrevista e qual será o destino dos dados que fornecerem depois que a pesquisa for concluída”. Antes de cada entrevista a pesquisadora se apresentou e apresentou a pesquisa. Para cada entrevistado foram impressos dois Termos, o assinado por ele ficou com a pesquisadora e o outro lhe foi entregue para que, havendo dúvidas ou desistência, o entrevistado pudesse entrar em contato.

3.3. OBSERVAÇÃO EM SITUAÇÃO REAL

Flick (2009) coloca a importância da seleção dos eventos e lugares onde se possam observar as práticas específicas relacionadas às questões da pesquisa.

“Principalmente, se estiver interessado em práticas dentro de situações institucionais, você deverá encontrar contextos, dentro dessas instituições, nos quais possa ter acesso às práticas que quer estudar”. (Idem)

E para Godoy (2005) “a observação tem um papel essencial no estudo de caso qualitativo”. No caso de uma observação não-participante o pesquisador, um espectador atento, deve procurar por ocorrências que interessem ao seu trabalho.

“[...]Incluem-se as observações realizadas durante visitas de reconhecimento do local, observações de reuniões, observações feitas por ocasião da realização das entrevistas e outras situações para as quais o pesquisador tenha sido convidado”.
(Idem)

O primeiro canal de contato da pesquisadora com a instituição foi o Diretor Administrativo, que sugeriu que se procurassem as profissionais da Seção de Assistência ao Ensino (SAE), que vinham promovendo ações de acessibilidade no Museu Nacional. A recepção por parte dessa seção foi a melhor possível, o que oportunizou a participação da pesquisadora como observadora em diversas atividades desenvolvidas por essa importante seção, fossem elas diretamente ligadas às questões de acessibilidade ou não, direcionadas ao grande público ou não.

3.4. ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram organizados da seguinte forma: a) histórico e a caracterização do Museu Nacional; b) informações sobre público: quantitativas sobre a visita espontânea, e informações quantitativas e qualitativas da visita programada; c) caracterização das exposições de longa e curta duração e sua acessibilidade; e d) Informações sobre os projetos das exposições estudadas.

A avaliação das exposições pelo conceito do Desenho Universal é feito no capítulo 5 (As exposições estudadas, o Desenho Universal e o ponto de vista Observado)

Fonte: A autora, baseado no organograma disponível no site do Museu Nacional.¹⁰

Um dos problemas do Museu Nacional reside na falta de espaço para a exposição de seus acervos, pois sendo também uma instituição de ensino e pesquisa, são necessárias salas que abriguem a população de aproximadamente 210 servidores, 63 terceirizados, 98 professores e 354 alunos, um total estimado de 725 pessoas¹¹.

No Museu, além das salas expositivas abertas ao público e as fechadas, há nove salas de aula para cursos de Pós-graduação LATO SENSU (Geologia do Quaternário, Gramática Gerativa e Cognição e Línguas Indígenas Brasileiras) e STRICTO SENSU (Antropologia Social, Arqueologia, Botânica e Zoologia), um auditório e departamentos que também servem de gabinetes de professores, além da área da direção. Todos esses ambientes estão espalhados em uma área útil de 13.616,79 m²¹². A Biblioteca está localizada fora do Palácio, pois tem edificação própria no Horto do Museu, onde abriga ainda um auditório e três salas de aula.

Muitas salas no segundo andar do Palácio estão servindo como depósito de acervo e mobiliário não utilizado, e não têm previsão para abertura (**Erro! Fonte de referência não encontrada., Erro! Fonte de referência não encontrada.**) muito embora para algumas já haja recurso disponível. Há uma proposta preliminar de Plano Diretor Institucional Global¹³ para o Museu, que estabelecia o período de 2008 à 2010 como meta para a elaboração final de um plano global de conservação e restauração do Museu Nacional. Uma de suas diretrizes seria a utilização do Palácio para uso exclusivo das exposições. Esse documento apresenta os serviços a serem realizados por níveis de prioridade: emergenciais, prioritário e outros solicitados. O item denominado Projetos de Infraestrutura no Palácio para o Museu do Futuro é apresentado como emergencial e inclui, além dos projetos de instalações e revisão estrutural geral, a categoria Projetos Especiais, que vem a ser o projeto e a execução de programação visual e acessibilidade para pessoas com deficiência. Entretanto, até setembro de 2015, o Plano Diretor Global não foi finalizado.

Segundo a estimativa do Diretor administrativo, esse é um projeto de longo prazo, que se espera seja contemplado em dez anos. Ele conta ainda que o projeto tem o custo estimado em cem milhões de Reais, e que não há viabilidade para ele a não ser através da Lei Rouanet. O museu conseguiu através dessa lei algumas obras importantes, como a reforma de grande parte do telhado do Palácio e o novo prédio da

¹⁰ Disponível em <http://www.museunacional.ufrj.br/o-museu/organograma>

¹¹ Informações cedidas por e-mail pelo Diretor administrativo em maio de 2012.

¹² Informações cedidas por e-mail pelo Diretor administrativo em maio de 2012.

¹³ Documento cedido pelo Diretor administrativo em 2012.

Botânica. O principal financiador ao longo dos últimos anos foi a Petrobras, que hoje enfrenta uma grave crise econômica. Com algumas alterações nessa lei, como não haver mais o retorno de 100% do investimento, está mais difícil conseguir patrocinador para a cultura, na opinião desse gestor.

A administração do museu tem tentado conseguir verbas através de orçamentos de bancada. Houve o aporte de vinte milhões para projetos de acessibilidade, mas que efetivamente ainda não se concretizou. Há um projeto de rampas para acesso às salas do térreo, orçado em setenta e cinco mil Reais, aguardando verba para sua execução.

O gestor conta ainda que há dez anos não se tinha nenhum tipo de orientação ou nada de especial para receber a pessoa com deficiência no Museu Nacional, mas que houve depois disso algumas iniciativas com essa preocupação: a ampliação do banheiro do segundo andar e a construção de banheiro (em *container*) no primeiro andar, próximo à exposição. Ambos dimensionados para pessoas em cadeira de rodas. Houve também a compra de um equipamento onde se acopla cadeira de rodas e podem-se subir escadas.

A fonte orçamentária da UFRJ, ainda segundo o Diretor administrativo, apenas mantém o prédio funcionando, suprimindo as necessidades com a manutenção das exposições e outras necessidades administrativas.

Alguns órgãos como a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) financiam apenas pesquisa, ou a exposição, que é considerada uma continuidade da pesquisa. Esses recursos, porém, financiam o pesquisador não a instituição. O montante varia de acordo com a qualificação e competência do pesquisador em montar um projeto. Quando o recurso é pouco a administração procura ajudar o pesquisador a viabilizar a montagem da exposição. Ainda segundo o Diretor administrativo toda vez que o MN participa de editais, ganha. A dificuldade está justamente em montar os projetos, falta pessoal qualificado para essa tarefa.

4.1. OS VISITANTES DO MUSEU NACIONAL

O número de visitantes tem crescido nos últimos anos, e sua maioria corresponde ao público familiar (adultos e crianças) de visitação espontânea que procura o Museu Nacional nos fins de semana. No ano de 2013 esse número correspondeu a 85% do público total.¹⁴

¹⁴ Relatório de atividades SAE - 2013

Tabela 1: Distribuição anual do número total de visitantes do Museu Nacional no período de 1999-2013

ANO	Nº TOTAL DE VISITANTES
1999	174.428
2000	123.334
2001	155.130
2002	126.874
2003	135.441
2004	130.777
2005	123.017
2006	148.327
2007	147.088
2008	166.082
2009	198.672
2010	195.348
2011	181.868
2012	249.103
2013	275.454

Fonte: A autora, baseado no Relatório de atividades SAE - 2013

Em 2014 a média de visitação se manteve, 275.592 pessoas visitaram o Museu Nacional, porém em três dias de comemoração do aniversário do Museu Nacional a visitação foi recorde: 15.580¹⁵ não pagantes (entrada livre).

Segundo o diretor administrativo o Museu Nacional só faz o levantamento numérico de seu público, não tendo o hábito de fazer pesquisa sobre o seu perfil. Ele, porém, disse ter conhecimento de duas pesquisas acadêmicas realizadas por servidoras do MN que tiveram essa preocupação, uma que traçou o perfil das famílias e outra do público em geral, mas que ele não tem o conhecimento profundo sobre esse perfil.

Descobriu-se posteriormente a existência de pesquisas de públicos no MN, coordenadas pelo Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC), com a

¹⁵ Relatório de atividades e resultados do projeto “Mediadores: vozes e ouvidos em busca da democratização do museu” 2014.

participação de servidores da casa, distribuindo os questionários para autoaplicação dos visitantes, conforme estipulado pelo OMCC.

O Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC), um programa pioneiro de pesquisa e serviços sobre museus e instituições afins foi formalizado em 2005, com a expectativa de embasamento para tomada de decisões e elaboração de políticas públicas. O programa contava com a parceria entre: Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Diretoria Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz, Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com colaboração da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins. (DAMICO, 2010)

Esse grupo de instituições realizou levantamentos nos anos de 2005, 2006/2007 e 2009 na intenção de conhecer a apropriação social dos museus por seus visitantes. Foi desenvolvido um protocolo de pesquisa de forma a alimentar um banco de dados compartilhado entre os associados.

O instrumento de coleta foi um questionário Perfil/Opinião autoaplicado, composto por questões fechadas e abertas, estruturado em quatro blocos. O primeiro abordava as circunstâncias da visita, o segundo sobre a visita realizada e os serviços do museu, o seguinte questionava sobre os hábitos de visitas aos museus e centros culturais e o último traçava um perfil socioeconômico e cultural dos visitantes que participaram da pesquisa (sexo, idade, estado civil, cor/raça, escolaridade, renda domiciliar mensal e local de residência). O questionário de 2009 sofreu pequenas alterações em relação ao anterior, porém, segundo Damico (2010), não comprometeu a comparabilidade das duas pesquisas.

A iniciativa, pioneira segundo Damico (2010), teve um início modesto e se manteve assim nas outras pesquisas realizadas (

Tabela 2). De um total de 254 museus¹⁶ no estado do Rio de Janeiro, 14 instituições participantes no ano de 2009 equivalem a apenas 5,5 % do total. Entretanto, para uma de suas coordenadoras¹⁷ deve-se levar em conta a importância das instituições que aderiram à pesquisa¹⁸.

Ela enfatiza, ainda, que o OMCC teve um início quase que a partir de um movimento militante - pelo interesse de pesquisadores e profissionais no estudo de público. Acredita também que a pouca aderência à pesquisa possa ter tido como um

¹⁶ Segundo IBRAM (2010)

¹⁷ Luciana Sepúlveda Köptcke, por e-mail.

¹⁸ Museus participantes no ano 2009: Museu Aeroespacial, Museu Antônio Parreiras, Museu de Arte Contemporânea de Niterói, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Museu Carmem Miranda, Casa da Descoberta/UFF, Museu Casa de Rui Barbosa, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial de Petrópolis, Museu Nacional, Fundação Planetário, Museu do Primeiro Reinado, e Museu da República. (KÖPTCKE & CESAR, 2012)

dos motivos o interesse das instituições pelo produto pronto - e não a parceria na aplicação dos questionários. Ela acredita que seria necessária uma equipe maior e mais verba para se alcançar resultados melhores no que diz respeito à ampliação da rede. Porém, percebe que o interesse vem crescendo e que “será maior na medida em que os editais para financiar projetos exijam componentes de avaliação”.

Tabela 2: Museus, por estado, participantes da pesquisa de Perfil socioeconômico dos visitantes

Ano	Estado/Museus colaboradores					Total
	RJ	SP	MG	ES	RS	
2005	11	-----	-----	-----	-----	11
2006/2007	04	13	06	01	01	25
2009	15	-----	-----	-----	-----	14

Fonte: A autora, baseado em Damico (2010) e de informações coletadas do site do Observatório de Museus e Centros Culturais¹⁹

O OMCC foi desfeito após a pesquisa do ano de 2009, segundo uma de suas coordenadoras²⁰, por questões de ordem política entre as instituições parceiras. Todavia, foi criado no ano de 2013²¹ o Observatório de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia – OMCC&T, tendo como parceiros além do Museu nacional, o Museu da Vida (Fiocruz), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MCTI), a Casa da Descoberta (UFF), a Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro – Museu do Universo e o Museu Aeroespacial. Foi nesse novo âmbito que houve uma pesquisa de público em 2013 no Museu Nacional com a participação da SAE.

A pesquisadora questionou o porquê, mesmo após dez anos do início do projeto OMCC, e agora no âmbito do OMCC&T o questionário disponível continue sem abordar as questões de acessibilidade, tanto do perfil da instituição quanto o da pessoa com deficiência.²² Uma das coordenadoras confirmou ser o questionário basicamente o mesmo, pois a intenção era poder comparar os resultados com os anos anteriores. Ela colocou que, na verdade, só estavam previstas pesquisas com essa dimensão quando o público alvo fosse de pessoas com deficiência, como ocorreu no Centro Dragão do Mar onde havia uma exposição voltada para pessoas com deficiência visual.

A Seção de Assistência ao Ensino tem se valido das informações colhidas pelas pesquisas coordenadas pelo antigo OMCC e pelo novo OMCC&T para traçar um

¹⁹ <http://www.fiocruz.br/omcc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=33>

²⁰ Luciana Sepúlveda Köptcke, por e-mail.

²¹ Informação retirada de <https://saemuseunacional.wordpress.com/2013/12/28/retrospectiva-sae-2013/>

²² Questionário padrão aplicado nos museus (último modelo): <http://www.fiocruz.br/omcc/media/Questionario-ultimomodelo.pdf>

resumo do perfil dos visitantes do MN nos últimos anos e poder projetar suas atividades.

Tabela 3 - Resumo²³ do perfil-opinião do público de visitação espontânea do Museu Nacional

Perfil-Opinião do público de visitação espontânea do Museu Nacional: comparação de alguns resultados obtidos em 2005, 2009 e 2013.			
Nº de respondentes maior de 15 anos em todos os anos: 1.395			
Ano	2005	2009	2013
Visitantes do sexo feminino	49,5%	55,6%	56%
Visitantes com nível superior	47,2%	48,5%	47%
Visitantes com pós-graduação	-----	21,5%	19%
Visitantes que se autodeclararam brancos	70,8%	62,4%	54%
Visitantes que se autodeclararam pardos	23,9%	28%	32%
Visitante que exerciam atividade remunerada	75%	80,4%	74%
Visitante que não trabalhavam	17,9%	19,6%	25%
Visitante que não trabalhava e era estudante	41,9%	41,4%	64%
Visitante que declarou estar acompanhado	91,4%	95,5%	97%
Média de duração da visita, entre 30 e 60 min.	36,3%	48,3%	38%
Média de duração da visita, entre 60 e 120 min.	28,1%	32,1%	32%
Visitante que se disse satisfeito com o museu	-----	55,1%	49%
Visitante que se disse muito satisfeito com o museu	-----	28,9%	35%
Visitante que declarou que certamente voltaria ao MN	70,1%	-----	78,2%

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Reis *et al* , 2014

Analisando-se a Tabela 3, podemos dizer que vem crescendo o número de visitantes do sexo feminino. O nível de escolaridade da maioria é alto, com nível superior e pós-graduação. O número dos que se declaram brancos vem diminuindo, e dos que se declaram pardos vem aumentando, entretanto a maioria ainda é branca.

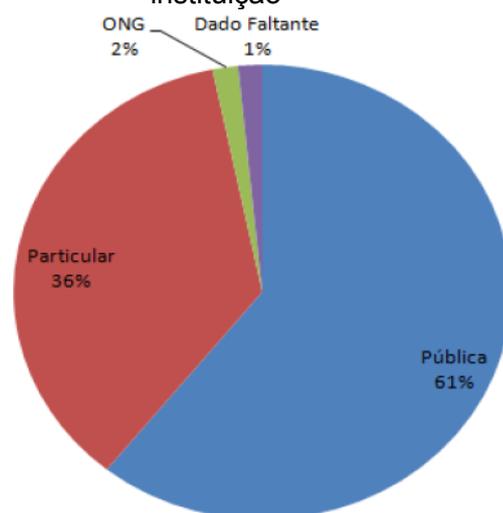
Algumas informações são muito importantes, quando se pensa em projetar para o público: a grande maioria vem acompanhada; a maioria passa em média de 30 a 60 minutos nas exposições; e em segundo lugar de 60 à 120 minutos.

O público escolar tem sido bem conhecido, pois a Seção de Assistência ao Ensino controla o agendamento desse público em particular e traça seu perfil para melhor atendê-los, uma vez que forma mediadores para esse fim.

No relatório de atividades da SAE – 2013 foram registrados 1.017 grupos programados, sendo 882 deles de instituições educacionais, trazendo ao Museu o montante de 40.423 pessoas.

²³ REIS, Yasmim; MONTEIRO, Raquel; CONSENTINO, Gabriella; MOREIRA, Luciana; COSTA, Andrea F.; RAMOS, Renato R.C. Perfil-Opinião do público de visitação espontânea do Museu Nacional: comparação de alguns resultados obtidos em 2005, 2009 e 2013. In: Anais da XVI Jornada Científica do Projeto Jovens Talentos, 2014, Arraial do Cabo – RJ. CD-rom da XVI Jornada Científica do Projeto Jovens Talentos, 2014.

Gráfico 5: Percentual de visitas programadas de acordo com o tipo de instituição



Fonte: Relatório de atividades da SAE 2013

Tabela 4: Público de visitação programada em 2013

Visitante	Números
Estudantes	36.171
Acompanhantes	4.252
Total: 40.423	

Fonte: A autora, baseado no Relatório de atividades da SAE 2013

Um dado importante que consta nesse relatório dá conta que as escolas que visitaram o MN nesse ano ficam situadas em 65 dos 92 municípios do Rio de Janeiro. Essa informação trouxe a percepção da dimensão do alcance da instituição para além dos limites do município no qual está inserido.

Os dados de 2014 sobre os grupos agendados ainda não foram totalmente estudados, mas alguns números foram apresentados²⁴ à comunidade do Museu Nacional no final de 2014. Foram 1.122 grupos agendados (escolares ou outros):

Tabela 5: Público de visitação programada em 2014

Visitante	Números
Estudantes (ou visitantes)	39.592
Acompanhantes	4.529
Total: 44.121	

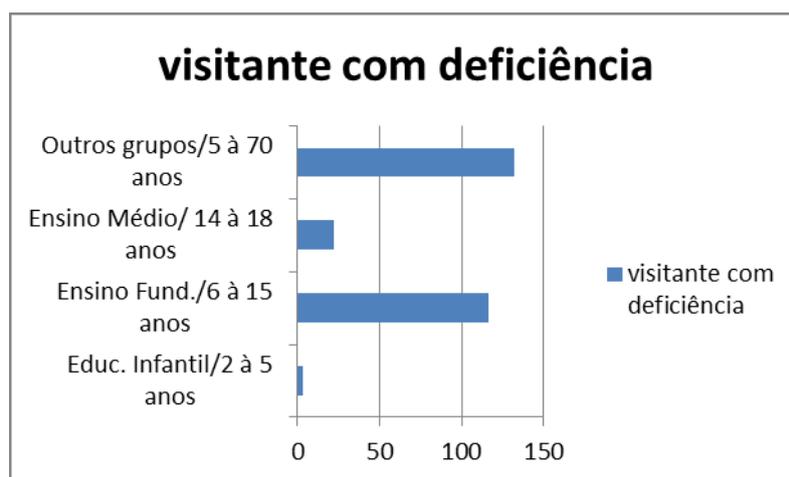
Fonte: A autora, baseado em informações cedidas pela SAE

²⁴ Apresentação Resumo de Atividades SAE 2014

Em 2014, de forma a conhecer mais a fundo os grupos recebidos, foi incluído no Questionário sobre Visitação Programada questionamentos sobre a presença de pessoas com deficiência no grupo. De 1.122 grupos, 94 declararam ter trazido pessoas com deficiência, cerca de 8% dos grupos agendados. A chefe da SAE desconfia não ser preciso esse dado, pois já testemunhou grupos onde percebeu pessoas com deficiência e posteriormente não viu o registro dessas pessoas no questionário. De qualquer forma acredita-se ser um registro importante, uma vez que a instituição não utiliza qualquer ferramenta que aponte o perfil do visitante espontâneo ou agendado, apenas a Seção de Assistência ao Ensino teve essa iniciativa.

Dos grupos que visitaram o Museu Nacional em 2014 (Gráfico 6), os que mais trouxeram pessoas com deficiência foram os classificados como 'outros' e referem-se a ONGs, Secretaria da Pessoa com Deficiência, escolas especiais, escolas para Jovens e adultos e etc. Observa-se que a faixa etária é bem extensa nesses grupos, e podem ser compostos de pessoas com a mesma deficiência, como o grupo do INES (Instituto Nacional de Ensino de Surdos) ou por pessoas com deficiências diversas, como a ACENI (Associação das Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu). No caso do INES, a idade variava entre 14 a 70 anos e na ACENI de 5 a 33 anos. O segundo grupo com mais pessoas com deficiência foi o de escolas do Ensino Fundamental (públicas e particulares).

Gráfico 6: Grupos de visitação programada que em 2014 levaram ao Museu Nacional pessoas com deficiência

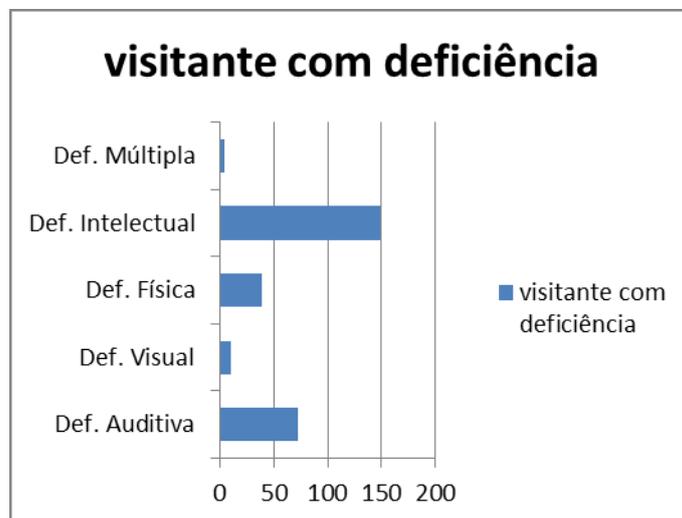


Fonte: A autora, baseado nos dados fornecidos pela SAE.

Em relação aos tipos de deficiência (Gráfico 7), os dados coletados informam que de um total de 274 pessoas com deficiência a grande maioria era de pessoa com

deficiência intelectual, porém pessoas com todos os tipos de deficiência visitaram o MN, inclusive com deficiência múltipla.

Gráfico 7: Pessoas com deficiência que visitaram o Museu Nacional em 2014 com grupos de visitação agendada



Fonte: A autora, baseado nos dados fornecidos pela SAE.

O que impressiona em tão poucos dados disponíveis é a capacidade que eles têm em passar a diversidade de público, sendo que esse público abordado se refere a apenas 15% dos visitantes do Museu Nacional.

4.2. AS EXPOSIÇÕES DE LONGA E CURTA DURAÇÃO E SUA ACESSIBILIDADE

As exposições públicas do Museu Nacional sobre Ciências Naturais e Antropológicas são dos tipos: permanente (atualmente denominadas de longa duração) e são representativas das coleções e pesquisas realizadas nos diferentes departamentos; e temporária (atualmente denominadas de curta duração) e que objetivam expor e divulgar temas circunstanciais de interesse científico e cultural.²⁵

As classificadas como de longa duração ficam situadas no segundo andar da edificação, cujo acesso se dá por uma escadaria de mármore (Figura 8) a partir do *hall* de entrada.

²⁵ Conforme especificado no Regimento Interno do MN, Título II, Capítulo IV, Artigo 23.



Figura 8 - Escadaria de acesso ao segundo andar do Museu Nacional.
Fonte: a autora (2014)

As exposições de curta duração normalmente são montadas nas salas do térreo, muito embora haja três exposições de curta duração atualmente montadas no segundo andar, uma sobre aves, outra sobre os Móveis da Monarquia, uma terceira inaugurada em 16 de abril de 2015, intitulada Arte com Dinossauros. São ao todo 23 salas expositivas abertas ao público até maio de 2015. As salas do térreo se localizam à esquerda e à direita do *hall* (Figura 9) da edificação, e também são acessadas por degraus. O acesso aos banheiros feminino, masculino e para pessoas com deficiência (unissex) no térreo é à direita do hall e há que se enfrentarem os mesmos degraus.

Dessa forma, percebe-se logo ao chegar ao MN que não há acessibilidade física a pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou conduzindo carrinhos de bebê. Só há elevador na área administrativa e somente abre-se uma prerrogativa para pessoas usuárias de cadeiras de rodas e um acompanhante. Porém o caminho (Figura 10) até a entrada da área administrativa é muito acidentado com pavimento em paralelepípedo, e um degrau alto.



Figura 9: Acesso à sala à direita do hall de entrada do Museu Nacional.
Fonte: A autora (2014)



Figura 10: Caminho até a área administrativa.
Fonte: A autora (2014)

Por todo o museu percebem-se problemas na acessibilidade metodológica, comunicacional e instrumental, além da já apresentada acessibilidade arquitetônica. Em nenhuma das exposições de longa duração há vídeo em LIBRAS, etiquetas em Braille ou áudio-descrição.

Há textos com letras ampliadas, porém com nenhum contraste (Figura 11). Em outra exposição houve a utilização de fonte não apropriada, muito rebuscada, de difícil compreensão para uma pessoa de baixa visão, agravado pelo fato de haver reflexo no vidro (Figura 12).

Encontram-se algumas etiquetas posicionadas de tal forma que uma pessoa de baixa estatura ou em cadeira de rodas não consegue ler, e nesse mesmo caso é utilizada uma etiqueta adesiva com pouco contraste e letra minúscula (Figura 13 e Figura 14).

Algumas salas são escuras, muito por conta das necessidades de conservação do acervo, o que acrescenta um quê de dificuldade ao que já não está acessível. Nesse exemplo o texto está colocado de forma totalmente horizontal, de forma que uma pessoa de baixa estatura ou em cadeira de rodas não consegue ler. O pouco contraste, texto longo e de corpo pequeno numa sala escura dificulta a leitura até por pessoas que não possuem problemas visuais (Figura 15).

É usual encontrarmos etiquetas e textos aplicados numa posição fora do alcance dos olhos, seja por estar muito acima (Figura 16) ou muito abaixo (Figura 17, etiquetas a uma altura de 20 cm do chão) do ângulo de conforto para a leitura.

Percebe-se em muitas exposições a comunicação científica, onde se privilegiam aqueles que detêm o conhecimento transmitido (Figura 18).



Figura 11: Exemplo de texto com pouco contraste (visão geral e visão aproximada).
Fonte: A autora (2014)

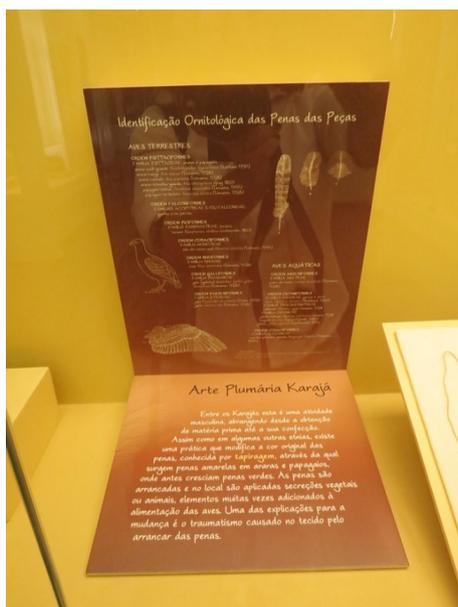


Figura 12: Exemplo de utilização de fonte não apropriada.
Fonte: A autora (2014)



Figura 13: Exemplo de inacessibilidade instrumental e comunicacional (visão geral e visão aproximada da etiqueta adesiva aplicada na parte superior do suporte).
Fonte: A autora (2014)

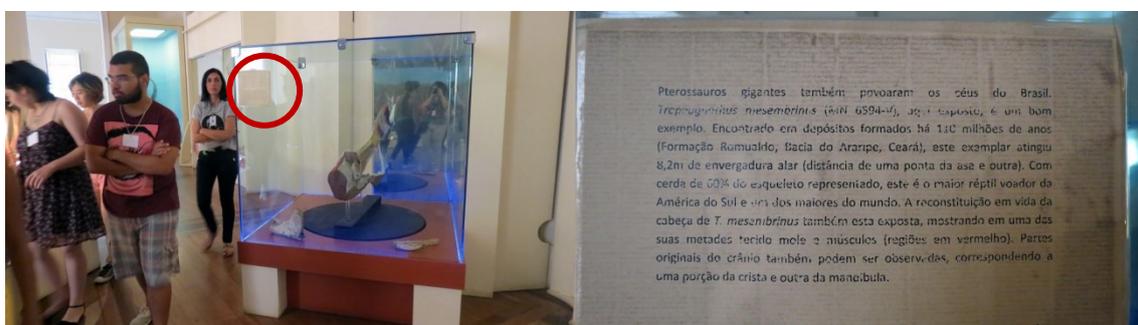


Figura 14: Exemplo de texto com letra minúscula (aproximadamente corpo 12) para uma exposição
Fonte: A autora (2015)



Figura 15: Exemplo de texto extenso com corpo pequeno e pouco contraste e localização indevida (visão geral e visão aproximada).
 Fonte: A autora (2014)



Figura 16: Exemplos de texto e etiquetas fora do alcance dos olhos.
 Fonte: A autora (2014)



Figura 17: Exemplo de texto e etiquetas fora do alcance dos olhos.
 Fonte: A autora (2015)



Figura 18: Exemplo de texto científico
Fonte: A autora (2014)

4.3. AS EXPOSIÇÕES ESTUDADAS

Houve em julho de 2013 as inaugurações de duas exposições de curta duração em que se percebe a preocupação com a acessibilidade. Por se verificar nelas um planejamento diferenciado de todo os outros ambientes de exposição do Museu Nacional, escolheu-se estudá-las.

As exposições serão apresentadas apontando-se os responsáveis e atores envolvidos e em seguida os objetivos e planejamento das mesmas.

4.3.1. A exposição de curta duração “O mar brasileiro da ponta dos dedos”

Essa exposição é de responsabilidade da Seção de Assistência ao Ensino (SAE), à qual cabem as atribuições de elaborar e implementar projetos educativos e culturais voltados para o público escolar (professores e alunos), universitários e público em geral²⁶. São, ainda, atribuições do SAE: agendamento de visitas escolares (o que ocorreu até novembro de 2014) e outros grupos organizados, empréstimo de material didático, e formação de mediadores para atuar nas ações educativas do Museu Nacional.

Essa importante seção da estrutura do Museu Nacional foi criada em 15 de outubro de 1927 pelo então diretor Edgar Roquette-Pinto (um dos pioneiros da difusão e popularização das ciências naturais no Brasil), tornando-se o primeiro setor educativo de um museu brasileiro. Roquette-Pinto se empenhou em criar a Coleção Didática de Empréstimo e cursos de especialização para professores. Produziu filmes educativos e trabalhou no desenvolvimento de conteúdos para as exposições.

Atualmente não há mais a produção de filmes educativos por parte da SAE, principalmente por falta de profissionais e equipamentos específicos. Mas a coleção continua ativa e crescendo a cada ano, principalmente devido a doações e pesquisas. A interface com as exposições se dá hoje por intermédio da mediação humana, onde

²⁶ Conforme especificado no Regimento Interno do MN, Título V, Capítulo II, Artigo 74.

alunos do Colégio Pedro II através do Programa de Iniciação Científica Junior (PIC Junior) e graduandos de diversas áreas da UFRJ através do Programa de Divulgação Científica e Cultural (PRODICC) são capacitados pela seção.

Os atores envolvidos no planejamento da exposição são ligados diretamente à seção: o curador, coordenador do Projeto, é biólogo marinho, mestre, doutor e pós-doutor em zoologia. Está ligado à SAE desde 2011 como pesquisador colaborador; e a servidora da mesma seção, graduada em Letras, mestre em Educação com a temática em acessibilidade, assistente em administração.

O projeto²⁷ foi apresentado e aprovado num edital Pró-cultura e esporte 2014 da UFRJ, financiado pela FAPERJ. O edital contempla, além da montagem da exposição: a reestruturação, modernização e ampliação das Coleções Didático/Científicas de Empréstimo do Museu Nacional, com ênfase na Zoologia, Paleontologia e Geologia; produção de material didático em formato multimídia (DVD) com vídeo científico sobre a diversidade marinha brasileira; e vídeo técnico sobre a exposição permanente do Museu Nacional.

A exposição O Mar Brasileiro na Ponta dos Dedos, definida como piloto do Espaço Ciência Acessível, possibilita acesso a materiais e conhecimentos sobre História Natural, e tem como principal objetivo a inclusão social das pessoas com deficiência no ambiente museal. O acervo disponibilizado faz parte da Coleção Didática da SAE, e são espécimes de animais marinhos conservados a seco para que possam ser disponibilizadas ao toque de todo público. Eles estão dispostos numa sequência evolutiva do animal mais simples, a esponja, ao animal mais derivado, o golfinho. Estes estão apoiados em caixas, com o fundo coberto com areia de diversas praias do litoral do Brasil, revelando também nesse item sua diversidade.

O projeto previu etiquetas em Braille, para que pessoas com deficiência visual pudessem ter acesso às descrições das peças expostas. Tais etiquetas foram feitas em parceria com o Instituto Benjamin Constant (IBC). A interface com a exposição se dá também por intermédio da mediação humana. Os mediadores formados pela SAE para receber diferentes públicos²⁸ são instruídos, ainda, em como se fazer áudio descrição das peças expostas às pessoas com deficiência visual, fornecendo maiores informações sobre forma, tamanho, cor, textura e ambiente natural das espécies. A

²⁷ Informações retiradas do Projeto FAPERJ intitulado Revitalizando o sonho de Roquette Pinto: a Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional como pólo difusor e popularizador das ciências naturais e de entrevistas semiestruturadas feitas pela autora com atores envolvidos com a exposição

²⁸ Atuam como mediadores no MN alunos do Ensino Médio do Colégio Pedro II vinculados ao Programa de Iniciação Científica Junior - PIC Jr e estudantes da UFRJ bolsistas do Projeto *Mediadores: vozes e ouvidos em busca da democratização do Museu*, apoiado pelo Edital do Programa de Divulgação Científica e Cultural - PRODICC/UFRJ, coordenado por Andréa Fernandes Costa.

mediação facilita também o entendimento do conteúdo por pessoas com deficiência intelectual e pessoas com baixa escolaridade. No ano de 2014 pode-se contar com uma mediadora cega que com muita desenvoltura apresentava a exposição a todos os públicos.

Os responsáveis pelo projeto acreditam que essa iniciativa inovará o atendimento aos alunos, professores, escolas e a população do Estado do Rio de Janeiro. E pelo alcance de público, já apresentado nessa dissertação, esperam que as ações desenvolvidas venham a ter uma significativa penetração na sociedade, atendendo o Rio de Janeiro como um todo e também aos estados fronteiriços (São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo) que foram representados no ano de 2013 por 45 escolas²⁹.

O que levou os autores do projeto a proposta de criação do Espaço Acessível foi a preocupação com a inexistência de acervo acessível para pessoas com deficiência visual nas exposições de longa duração do Museu Nacional. Para eles, essa tipologia apresentada pelo Museu exclui esse grupo de cidadãos e os impede de desfrutarem o conhecimento gerado e disponibilizado pela instituição, que é pública. Com esse projeto, pretendem reverter essa situação permitindo que pessoas com deficiência visual tenham “acesso ao patrimônio natural brasileiro e recebam instrução de qualidade acerca das ciências naturais, tais como zoologia, geologia e paleontologia”³⁰. É também seu objetivo sensibilizar, a partir dessa experiência, os demais setores da instituição para a questão da acessibilidade aos demais acervos e exposições do Museu, “contribuindo para o desenvolvimento de uma política mais inclusiva e democrática dentro da instituição”^{idem}.

O Espaço Ciência Acessível teve como eixo de desenvolvimento a política nacional de inclusão da Pessoa com Deficiência. Para tal, o projeto levou em conta a conceituação do Desenho Universal, numa perspectiva ampliada de atendimento à aos visitantes nacionais e estrangeiros com habilidades e capacidades diversas.

A estrutura de apoio das peças expostas é feita em bambu, no intuito de contribuir com a sustentabilidade ambiental. Suas dimensões foram projetadas de forma a possibilitar que tanto adultos, crianças, e pessoas usuárias de cadeiras de rodas, visualizem e toquem as peças de forma segura e confortável.

No intuito de apresentar uma maior ambientação, havia a proposta de se fixar próximo a cada exemplar uma foto da mesma espécie em vida, “permitindo que o hábito e algumas funções ecológicas sejam conhecidas pelos visitantes”^{idem}. De início

²⁹ Relatório de atividades da SAE 2013.

³⁰ Projeto aprovado pelo Edital FAPERJ 2012 intitulado Revitalizando o Sonho de Roquette Pinto: a Seção de Assistência ao Ensino Revitalizando o Museu Nacional como Pólo difusor e popularizador das ciências naturais. Documento cedido pela Seção de Assistência ao Ensino.

essa proposta não foi contemplada, somente um ano e meio depois da inauguração foi feita uma faixa em lona com essas informações.

Fazia parte também do planejamento da exposição a proposta de uma “rota acessível” que permitisse que pessoas em cadeiras de rodas pudessem acessar o espaço proposto, uma vez que o acesso pela porta principal até o local da exposição tem como barreira dois lances de escada. Outras ações como instalação de piso tátil e sinalização indicando a exposição são muito importantes na garantia da independência do visitante. Entretanto esses objetivos ainda não foram alcançados, porque, segundo o curador da exposição, depende de ações da instituição.

A exposição tem sofrido desdobramentos em relação ao atendimento à pessoa com deficiência. Visando proporcionar uma melhor comunicação da exposição com a pessoa com deficiência auditiva, um videoguia em LIBRAS sobre o acervo exposto foi desenvolvido pela SAE, através de seus profissionais e por uma bolsista surda e uma intérprete de LIBRAS, ambas do curso de Letras-LIBRAS da UFRJ. Esse vídeo será disponibilizado em *tablets* emprestados pela SAE durante a visita ou pode ser acessado pelo visitante por celulares que suportem aplicativos leitores de código QR.

No intuito de que a exposição se torne multissensorial, houve a instalação de equipamento de som que transmite o som do mar e de aves e animais marinhos. Pretende-se disponibilizar *display* com essência de cheiro de mar.

4.3.2. A exposição de curta duração “A revolução das plantas”.

Essa exposição é de responsabilidade do Laboratório de Paleoecologia Vegetal, o qual faz parte do Departamento de Geologia e Paleontologia, cuja principal função é pesquisar e ensinar a litodiversidade e paleobiodiversidade. Através dessas atividades forma e mantêm acervo de representatividade no campo da geologia e paleontologia nacional. Cabe também a esse departamento a inclusão de “funções sociais às iniciativas de conservação da natureza, educação ambiental e outras aplicações ou ações que envolvam geologia e paleontologia”³¹.

Embora o coordenador do projeto diante do FAPERJ seja um professor concursado do departamento a curadora é uma professora, bióloga, mestre em botânica e doutora em Paleobotânica. Seu vínculo com o MN à época do projeto era de pesquisadora colaboradora do Laboratório de Paleoecologia Vegetal. Seu vínculo atual é de professora concursada na mesma área, tendo assumido o cargo em janeiro de 2015. A outra pessoa envolvida no projeto é servidora lotada na Seção de Assistência ao Ensino, graduada em Letras, mestre em Educação com a temática em

³¹ Conforme especificado no Regimento Interno do MN, Título II, Capítulo VIII, Seção II, Artigo 40.

acessibilidade, auxiliou no contato com o Instituto Benjamin Constant para a confecção de um livreto em Braille sobre a exposição, disponível no espaço, e orientações à cerca dos textos.

O projeto³² foi apresentado e aprovado pelo Edital FAPERJ N° 30/2012 -. Programa “Apoio à Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro”, intitulado 1ª Exposição de Paleobotânica do Museu Nacional. Os responsáveis pela exposição tiveram como objetivo principal a divulgação da Coleção de Paleobotânica do Museu Nacional, nunca antes exposta. Esse acervo é um dos mais importantes da América do Sul, contando com mais de 4000 fósseis nacionais e internacionais, inclusive de importância histórica, como o primeiro fóssil vegetal coletado no Brasil. Além de tudo, há ainda a carência de divulgação do estudo de fósseis vegetais.

Foi a intenção da curadoria apresentar uma exposição didática, lúdica e acessível à pessoas com deficiência. A evolução das plantas na Terra é apresentada a partir das mudanças climáticas/ambientais desde o surgimento do planeta. Foi pensado um ambiente em forma de labirinto (Figura 19), de forma a trazer surpresa ao visitante à medida que passasse pelos cenários que reproduziriam os ambientes característicos do planeta ao longo do período geológico. A ideia era fazê-lo “vivenciar as mudanças vividas pelo planeta, pelas plantas e demais seres vivos durante a conquista do ambiente terrestre”. A sala disponível para tal fica localizada no térreo do MN, à esquerda do *hall* principal.

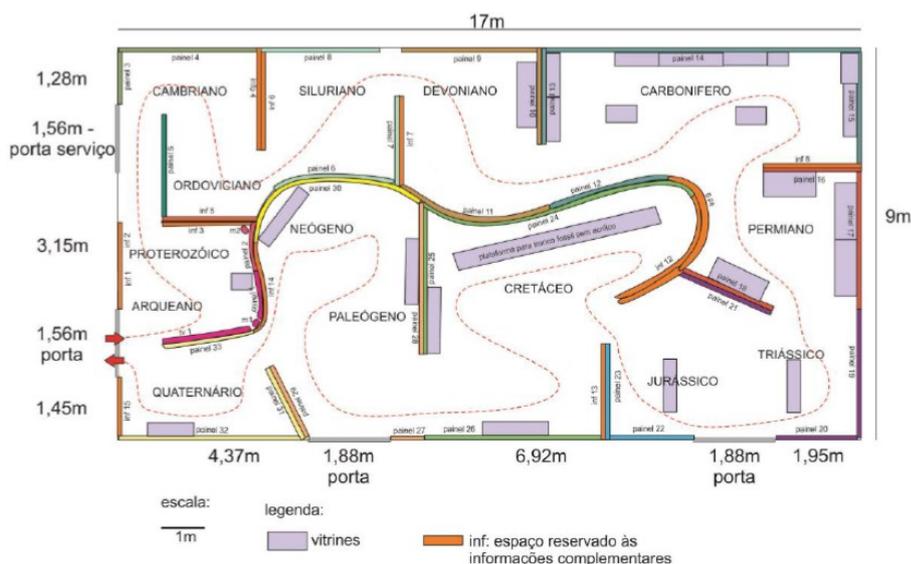


Figura 19: Planta baixa da exposição conforme foi apresentado à FAPERJ.
Fonte: Projeto encaminhado à FAPERJ

³²Informações retiradas do Projeto aprovado pelo Edital FAPERJ N°30/2012, intitulado 1ª Exposição de Paleobotânica do Museu Nacional e de entrevistas semiestruturadas feitas pela autora com atores envolvidos com a exposição.

A curadoria percebeu a oportunidade de mostrar ao público outra visão da Paleontologia, onde as vedetes são os vertebrados. E viu nessa iniciativa a oportunidade de “fortalecimento da Paleobotânica no Rio de Janeiro, uma vez que o Museu Nacional é a única instituição do estado que mantém pesquisas na área”. Fazem parte dessa exposição 140 peças recolhidas no Brasil, Europa e Península Antártica.

Algumas especificidades foram pensadas procurando atender às necessidades de pessoas com deficiência, tais como: vitrines com 1,20m de altura para que crianças e pessoas em cadeira de rodas pudessem visualizar os fósseis; troncos fósseis, cujas informações se perderam, foram disponibilizados ao toque do visitante para uma percepção da troca de textura do material – de madeira à rocha; réplicas de plantas extintas disponibilizadas ao toque; instalação de televisores com apresentações didáticas ilustradas e narradas.

Houve, entretanto, mudanças em relação ao projeto original. A começar pelo *lay out*, que não retirou a surpresa do visitante, mas perdeu as curvas, ficando em formato de “U”, mas com cantos retos. O motivo da mudança foi financeira, porém benéfica pois ganhou-se em espaço, ficando com corredores mais largos. Foram disponibilizados óculos bloqueadores de visão para que pessoas videntes pudessem usufruir do acervo tátil como experiência sensorial. Havia a proposta de se colocar aromatizadores com aromas de pinho e flores para caracterizar alguns períodos, mas foi mais um item retirado devido à verba disponível.

O projeto recebeu ao todo R\$ 45.000,00, dos quais R\$10.000,00 foram usados na compra de equipamentos. O restante foi usado no projeto, confecção e instalação da exposição em si.

5. AS EXPOSIÇÕES ESTUDADAS E O DESENHO UNIVERSAL

Nesse capítulo inicialmente apresentam-se as exposições estudadas através de fotografias e avalia-se pelo conceito do Desenho Universal. Posteriormente os resultados obtidos através das entrevistas com usuários e observação em situação real.

5.1. APRESENTAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES ESTUDADAS

Apresentam-se separadamente os acessos e as exposições em si.

5.1.1 – OS ACESSOS ÀS EXPOSIÇÕES

O acesso à exposição “O Mar Brasileiro na Ponta dos Dedos” é através de dois lances de escada,; o primeiro a partir do *hall* de entrada do museu (Figura 20), o segundo pela sala anexa (Figura 21) e por fim por um portal sem qualquer sinalização (Figura 22). Observa-se que o acesso não oferece independência ao visitante usuário de cadeira de rodas ou com deficiência visual. A falta de sinalização que indique a exposição, que se encontra fora do circuito expositivo, é um empecilho para a visitação de qualquer visitante, seja ela uma pessoa com deficiência ou não.



Figura 20 - Acesso à exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos- primeiro lance de degraus.
Fonte: A autora (2014)



Figura 21 - Acesso à exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos – segundo lance de degraus.
Fonte: A autora (2014)



Figura 22 - Acesso à exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos – entrada da sala expositiva.
Fonte: A autora (2014)

O acesso à exposição “A (R)evolução das Plantas” é através de duas rampas, a primeira a partir do *hall* de entrada (Figura 23) e a segunda (Figura 24) pela sala anexa. Não há identificação nem sinalização para a sala expositiva.

As rampas fora do padrão ABNT dificultam a independência da pessoa usuária de cadeira de rodas. A falta de sinalização tátil impede também a independência da pessoa com deficiência visual, principal foco do projeto da exposição.



Figura 23 - Acesso à exposição A (R)evolução das plantas através de rampa fora do padrão ABNT
Fonte: A autora (2014)



Figura 24 - Acesso à exposição A (R)evolução das plantas através de rampa fora do padrão ANBT
Fonte: A autora (2014)

5.1.2. AS EXPOSIÇÕES

A exposição “O Mar Brasileiro na Ponta dos Dedos” (Figura 25) foi projetada com dimensões que facilitam a aproximação de todos os usuários ao material exposto, sejam eles crianças, adultos ou pessoas usuárias de cadeira de rodas (Figura 26, Figura 27). Os animais expostos podem ser tocados por qualquer visitante, não é um privilégio dado à pessoa com deficiência.

Apesar de oferecer etiqueta em Braille e texto ampliado (Figura 28), sua posição não é intuitiva, muito pelo contrário, é posicionada por trás do objeto exposto. Não há etiqueta em Braille que fale sobre as areias das caixas onde os objetos estão posicionados.

Não há sinalização tátil que promova independência da pessoa cega.

O acréscimo de vídeo em LIBRAS acessado por QR Code ou visualizado em *tablets* disponibilizados pela SAE (Figura 28) em julho de 2015 ampliou o atendimento ao público e mostra o interesse dos curadores no desenvolvimento da exposição mesmo depois de dois anos de inauguração, não dando por encerrada sua contribuição para a acessibilidade de todos.

O ambiente ao ser visitado por grupos grandes causa uma certa confusão, principalmente quando é um grupo de pessoas usuárias de cadeiras de rodas (Figura 27).



Figura 25 - Exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos
Fonte: A autora (2015)



Figura 26 - Visitantes com deficiência na exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos.
 À esquerda, senhora cega lendo texto em Braille,
 à direita jovem surdo-cega usuária de cadeira de rodas.
 Fonte: A autora (2014)



Figura 27 - Visitantes com deficiência na exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos. À
 esquerda, grupo de jovens usuários de cadeira de rodas,
 à direita criança usuária de cadeira de rodas.
 Fonte: Foto da esquerda cedida pela SAE,
 foto da direita cedida por Fernando Moraes (ambas de 2014)



Figura 28 - Etiqueta em Braille afixado na prancheta e vídeo em LIBRAS
 Fonte: Foto cedida pela SAE (julho 2015)

A exposição “A (R)evolução das Plantas” foi projetada com corredores largos e dimensões que facilitam a aproximação dos visitantes ao material exposto (Figura 29). Há algumas réplicas e peças originais disponibilizadas ao toque de qualquer visitante (Figura 30, Figura 31).

Entretanto trata de um assunto denso e apresenta muito texto e quase a totalidade das peças em vitrine. São poucas peças disponibilizadas ao toque, sendo que algumas ficam posicionadas no chão, dificultando o toque por pessoas cegas, idosos e usuários de cadeira de rodas (Figura 31).

Não há etiquetas em Braille em nenhuma peça exposta, nem àquelas disponibilizadas ao toque. Há uma apostila em Braille e em letras ampliadas que apresenta a exposição e que ficam próximas às réplicas. Entretanto a falta de sinalização tátil não dá independência ao principal público alvo.



Figura 29 - Exposição A (R)evolução das plantas.
Fonte: A autora (2013)



Figura 30 - Peças disponíveis ao toque.

À esquerda, visitante vidente fazendo uso de óculos bloqueadores de visão, disponibilizados na exposição, para experiência sensorial.

À direita detalhe de réplica de caule de planta disponibilizado ao toque e apostila em letra ampliada e Braille.

Fonte: A autora (2013)



Figura 31 - Visitante com deficiência múltipla tocando réplicas e peças disponibilizadas.

Fonte: A autora (2014)

5.2. AS ENTREVISTAS

Nesse item serão apresentadas as tabulações feitas a partir das entrevistas realizadas com visitantes e atores envolvidos com as exposições estudadas. As tabulações foram construídas de forma a oferecerem respostas aos objetivos geral e específico. Apresentam-se também relatos importantes coletados nas entrevistas com os visitantes.

5.2.1- VISITANTES

A grande maioria dos 26 entrevistados informou sair sempre acompanhada, muitas vezes acompanhados com grupo da escola, igreja ou outro, principalmente quando o passeio é em museus ou centros culturais.

Mais da metade disse ir sempre a museus e centros culturais por vontade própria. A outra metade, ou não vai, ou só quando organizado pela escola ou grupo social.

Os visitantes reconhecem que os centros culturais são importantes para a sociedade. Entretanto, a mãe de uma moça de 36 anos com deficiência intelectual, observou:

“Acho que algumas pessoas com deficiência não se interessam muito, eles passeiam nesses lugares, mas não entendem o que está lá.” (E. – 60 anos)

Por outro lado, outra mãe de uma menina com deficiência intelectual de 14 anos relata:

“Eu acredito que é um objeto de informação e todas as pessoas deveriam ter acesso para aumentar o seu nível de conhecimento. Para a L., de acordo com a necessidade dela, ela tem um ganho que por menor que seja é um bom ganho. Ela sempre se entusiasma muito, quer voltar, levar a família. Mas quando o passeio é realizado em grupo, às vezes não dá para ficar o tempo que ela gostaria.” (C. – 46 anos)

A quase totalidade dos entrevistados se sente bem nos ambientes culturais e em relação aos outros visitantes. Destaque para os seguintes testemunhos:

“(Me sinto) Bem recebida. Tento colher o máximo de informações, mesmo que o ambiente não esteja adaptado à minha deficiência. É muito importante quando há mediação, mesmo que não haja peças disponibilizadas ao toque. Em relação aos outros visitantes, me incomoda o excesso de barulho que as outras pessoas ou grupos fazem.” (E. - 18 anos – moça com deficiência visual)

“Me sinto bem, principalmente quando há áudio descrição ou algo tátil, pois quando é tudo muito visual é necessário alguém para dizer o que está acontecendo. A mediação por si só não ajuda muito se não há nada para tocar ou não é descritiva. Nunca me atrapalhou ter outros visitantes no ambiente.”(T. – 18 anos – moça com deficiência visual)

“Ela curte e se questionada ela responde, é muito atenta. Quando a levo, procuro deixá-la à vontade, para ela explorar o ambiente. Tanto eu quanto N. não nos incomodamos com muita gente, quanto mais gente melhor.”(S. – 61 anos, mãe de uma moça de 24 anos com deficiência física e dificuldade na fala)

“Sozinha me sinto bem, curto de montão! Mas me sinto deslocada quando estou com ela, por causa da acessibilidade. A J. não reclama de nada, então acho que ela gosta! É cansativo mas ela gosta. Não me incomoda com os outros visitantes, nem a J.”(E. – 38 anos – mãe de J., moça de 18 anos com deficiência múltipla, usuária de cadeira de rodas)

“Olha, a parte visual é importante para a percepção da minha filha. Quando eu vou ao museu tudo o que eu vejo eu explico para ela, mesmo com a situação do entendimento comprometido dela. Mas muitas coisas ela olha e lembra que já estudou

na escola. Quando estou ajudando nos trabalhos da escola sempre fico lembrando do que ela já viu no museu e vice e versa.

O burburinho de muita gente me incomoda. Acho que a visitação para grupos deveria ter um dia restrito, que não fosse compartilhado com outras pessoas. O ambiente fica tumultuado, tira o meu foco.” (J. – 60 anos, pai de moça de 24 anos com paralisia cerebral)

“Bem. Eu acho que alguns ouvintes têm preconceito com surdos. Não há troca, compartilhamento com o ouvinte. Passear nesses lugares com surdos é melhor.” (C. – 62 anos – surda)

“Bem. Mas quando eu sou a única surda, no meio de outros ouvintes, me sinto boba, pois não tenho com quem conversar sobre o que estou vendo.” (F. – 43 anos, surda)

A maioria disse que as exposições permanentes atenderam às suas expectativas, outras pessoas não visitaram e duas pessoas cegas visitaram, mas como não havia nada que pudessem tocar, ficaram insatisfeitas. Algumas pessoas relataram dificuldades no acesso:

“Sim. Só que ficamos pouco tempo, pois estávamos com um grupo grande. Fiquei ajudando outras crianças, pois a minha filha anda sozinha, então ajudei às outras que tinham dificuldade de locomoção.” (C. – 46 anos, mãe de L. – 14 anos, pessoa com deficiência intelectual)

“Falaram que o elevador ficava do outro lado, que tinha que dar a volta, então eu não quis ir, desisti na mesma hora.” (M.C. – 38 anos, mãe de Y. – 18 anos, moça com deficiência múltipla, usuária de cadeira de rodas)

“Dessa vez eu não fui ao segundo andar, porque eu já tinha usado o elevador da outra vez e sabia que tinha que ir pela parte externa e pegar um elevador pequeno que só cabe uma cadeira por vez, então como éramos muitos e eu já conhecia o segundo andar preferi ir embora, assim como outras mães. Em relação ao atendimento foi bom, os mediadores nos acompanharam.” (E. -38 anos, mãe de J. de 18 anos, moça com deficiência múltipla, usuária de cadeira de rodas)

“Fiquei um pouco triste porque tem algumas salas fechadas. Como não há mediadores disponíveis em todas as salas, deveria ter folhetos explicativos que nos auxiliasse sobre os roteiros.” (A. - 56 anos, pai de B. – 13 anos, menina com deficiência intelectual)

Praticamente todos os entrevistados afirmaram ter gostado da exposição “O mar brasileiro na ponta dos dedos” e ter correspondido à sua expectativa. Houve entretanto algumas dificuldades no acesso e na exploração da exposição, como relatado a seguir:

“Atendeu. Mas a posição da prancheta com o texto em Braille não é boa. Gostei muito, me senti familiarizada, bem confortável. O fato de ter diferentes areias, as peças, a brincadeira da caixa. Frustrrei-me depois de descobrir que havia dois pássaros pendurados no teto e que não é possível tocar, gostaria de tê-los tocado. A sala poderia ser um pouco maior, poderia haver sonorização e a etiqueta em Braille poderia estar mais acessível.” (E. – 18 anos – moça cega)

“Sim. Foi muito bom, pois é difícil ter material tátil e eu não tinha muita noção do que era uma estrela-do-mar...então essa exposição ajudou bastante. O acesso foi tranquilo, porque havia pessoal do museu nos guiando. Seria legal ter independência, mas me senti bem acolhida.” (T. – 18 anos – moça cega)

“Ela ficou encantada, queria mexer em tudo! Eu também achei. Só achei essa sala muito apertada, muito pequena, mas deu para ver. Ela queria ficar mais tempo, mas como tínhamos que dar lugar para outras pessoas verem, tivemos que sair. Houve uma certa dificuldade para acessar a sala devido aos degraus, mas fui apoiando ela e deu tudo certo.” (S. – 61 anos, mãe de N. – 24 anos, com deficiência física e dificuldade na fala)

“Atendeu. Demorou um pouco porque tinha fila, mas foi legal. As crianças puderam tocar nas coisas. O que me incomodou foi o acesso até ela, chamaram muitas pessoas com deficiência e não tinha ninguém para ajudar. Dessa exposição gostei muito dos pássaros, mas não pudemos tocar. Gostaria que ali tivesse uma rampa, uma melhoria no acesso.” (T. 44 anos – mãe de Y. 15 anos, com deficiência múltipla)

Quanto às expectativas em relação à exposição “A (R)evolução das plantas” a grande maioria respondeu positivamente. Uma das pessoas cegas foi entusiasta:

“Amei aquela exposição! Tem um livro em Braille sobre a exposição. Embora tenha bastante vitrine, a mediação foi boa, então deu para explorar bem. Para mim, é uma das melhores. O fato de ter rampa ajuda muito na acessibilidade.”(E. – 18 anos, moça cega)

Houve, entretanto, pessoas que tiveram algumas dificuldades:

“Nessa exposição não encontramos mediação, então não foi interessante. Eu não gostei, não sei se foi porque não tinha ninguém para explicar. A maioria acha que a pessoa com deficiência não se interessa pela cultura e então pensam assim: “Por que eu vou explicar? Eles não vão entender mesmo!”. Mas eu acho que quando é uma pessoa de fora eles prestam mais atenção do que quando nós mães explicamos. Então o que ficou faltando também foi a comunicação conosco.” (M.C. – 38 anos, mãe de Y. – 18 anos, moça com deficiência múltipla)

“A J. não lê, e como tinha muita coisa escrita lá, ela não se interessou muito. Talvez se tivessem mais objetos ela se interessaria mais. O que era imagem ela perguntou, mas tem muito texto. Eu li tudo, entendi tudo. Ali não tinha mediação, quem não lê não se interessou muito. Eu queria ler, mas a J. não me deixou terminar, eles ficam ansiosos. Eu queria ler pra ela, mas ela não queria.” (E. – 38 anos, mãe de J. – 18 anos, com deficiência múltipla)

Houve muitas sugestões quanto a comunicação das exposições: oito visitantes disseram ter gostado da mediação e achar importante essa comunicação; cinco sugeriram sonorização ambiental; uma disse achar muito importante uma prancha comunicadora; outra disse que gostaria de ver atividades relacionadas às exposições. Outros falaram sobre etiquetas em Braille, vídeos legendados, vídeo em LIBRAS, intérprete de LIBRAS, letras ampliadas, mediadores surdos, mais exposições disponibilizadas ao toque.

Três pessoas consideram os profissionais que os atenderam um ponto positivo da visita, mesmo não havendo acessibilidade, pois houve muita reclamação quanto à inacessibilidade do Museu Nacional.

Alguns depoimentos são importantes ser destacados:

“Eu preciso de um tempo a mais que as outras pessoas para a compreensão do que é exposto, e quando vou em grupo fica difícil acompanhar. Eu gosto de mediação cultural e sonorização ambiente, além da etiqueta em Braille e peças que possam ser tocadas. A áudio descrição é boa se não há uma mediação cultural, pois a troca com o mediador faz diferença.” (E. – 18 anos, cega)

“A mediação e a sonorização eu acho muito interessante. No Museu Nacional os mediadores conseguiram chamar atenção dos meninos com deficiência intelectual. A maioria conseguiu prestar atenção. Pensando como terapeuta ocupacional, se houvesse uma atividade relacionada à exposição seria interessante, para todos.” (E. 53 anos)

“Como eu fui com o meu filho depois dele ter ficado cadeirante, eu não gostei do passeio, porque a acessibilidade é muito ruim. Não me senti muito legal lá. Pretendo voltar, um dia com meu esposo para ele ajudar, porque não tem rampa, né? Ficamos numa fila para entrar na exposição, mas ele se divertiu. Ele gostou do passeio, eu fui quem achei meio tumultuado. Os mediadores explicaram tudo bem direitinho.[...]

Depois que meu filho se tornou uma pessoa com deficiência eu percebi que ou ela é tratada como um bebê, independente da idade ou ela é ignorada.

As pessoas fazem as coisas mas não fazem pensando em todos, no idoso, no deficiente...Eles têm que fazer para todos, não é um lugar público?”(T. 44 anos, mãe de Y. – 15 anos, com deficiência múltipla)

“Eu não gostei da acessibilidade do museu. Nós fomos em grupo e o passeio era só até o meio dia, quem quisesse permanecer poderia, e eu escolhi ficar pois não pretendo voltar nunca mais. E teve toda a dificuldade de ir por fora com uma e a outra teve que ir por dentro...Mas chegando lá em cima eu gostei porque foi bom pra elas (as filhas) pois era novidade.

Os profissionais receberam a gente bem, o local é que não está adequado pra deficiente. Então nós vimos que mesmo com toda a dificuldade que tem lá, nós vimos o interesse do profissional em querer que a gente conhecesse a parte de cima. Esse foi o ponto positivo,gostei do profissionalismo.” (R. – 40 anos, mãe de M. e U. – gêmeas com 19 anos, ambas com deficiência física, uma delas usuária de cadeira de rodas)

”Eu já tinha ido ao MN com a Y. e quando nos convidaram para esse passeio, de cara falei que não era adaptado. No ano passado (2013) não havia rampa nem elevador e tivemos que contar com a ajuda de visitantes para levantar a cadeira, pois não tinha ninguém para ajudar. Não foi um passeio agradável. [...]

Acho que o mais importante num espaço cultural é a importância que se dá ao usuário, não só com o deficiente, mas com todos. Quando a gente chega num lugar a gente quer ser recebido bem.”(M.C. – 38 anos, mãe de Y. – 18 anos, usuária de cadeira de rodas)

“A única coisa de ruim que vejo aqui é a questão da acessibilidade. Tivemos a cadeira de rodas disponibilizada, mas o restante não. Você viu a dificuldade de andar com a cadeira em paralelepípedo. Tivemos que ir de ré, e para subir (os degraus que levam ao elevador) tivemos que pedir ajuda. Outra coisa, quem tem um problema desses quer ter sua independência preservada. Eu não quero estar pedindo ajuda de ninguém! Eu quero uma rampinha legal, poder movimentar legal.

Acho que o elevador poderia ser oferecido para outras pessoas além das pessoas com deficiência, como os idosos. É a questão de oferecer o serviço. A minha esposa, tem 60 anos, mas ela tem o maior problema de locomoção. Ela precisa de operar e colocar uma prótese. Ela subiu a escada na marra! Como me falaram que só poderia ir um acompanhante com a minha filha, ela teve de subir as escadas.” (J. - 60 anos, pai de L. – 27 anos, com paralisia cerebral)

5.2.2 – ATORES ENVOLVIDOS DIRETAMENTE COM AS EXPOSIÇÕES

Nenhum dos 03 entrevistados havia participado anteriormente no planejamento de exposições. Dois foram os curadores que planejaram a forma como o acervo seria apresentado, que peças seriam expostas. A terceira entrevistada foi a servidora que apoiou em ambas as exposições sobre a questão da acessibilidade.

O curador da exposição “O mar brasileiro na ponta dos dedos” disse que a preocupação com a acessibilidade aconteceu por influência da servidora da SAE que já vinha estudando essa questão há um tempo.

A servidora da SAE disse que na verdade a preocupação com a questão da acessibilidade se iniciou muito antes da exposição. Ela tratou desse assunto em duas de suas especializações e contou sobre ações de acessibilidade que vinha desenvolvendo em eventos do Museu Nacional que a seção participava. A servidora em um momento viu-se com um acervo que poderia ser disponibilizado ao toque e percebeu que o que faltava era um espaço. Ela conta que o espaço, que hoje é ocupado pela exposição, era desprezado pra fins de exposição, talvez por ser pequeno e escondido. Foi então que a seção solicitou à direção permissão para montar uma exposição acessível piloto. Sabia-se desde o começo que seria montada uma exposição acessível num local inacessível, mas esperava-se um apoio institucional para que, com o tempo, a acessibilidade ao espaço fosse melhorada. O que não ocorreu.

A curadora da (R)evolução das plantas disse que inicialmente a arquiteta que projetou o espaço dimensionou as vitrines de forma a que todos pudessem visualizá-las e sugeriu confeccionarem rampas. Alguns meses antes, ela havia conhecido a servidora da SAE numa atividade elaborada por essa seção dentro da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2012. Essa atividade consistia em disponibilizar ao toque peças do acervo didático da SAE ao público. A curadora então, ao elaborar a nova exposição, lembrou-se da servidora e a chamou para um auxílio na questão da acessibilidade.

Somente a exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos teve a avaliação de pessoas cegas antes da inauguração.

Questionados sobre o que deveria ter sido feito diferente na exposição da qual participou e o que faltou, o curador da exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos disse que faltou uma ambientação maior, com aplicação de adesivos com fotos do fundo do mar na parede e som ambiente. Lamentou a exposição não fazer parte do roteiro proposto para visitas mediadas. A servidora da SAE lamentou que as sugestões dadas pelas pessoas com deficiência e uma especialista que avaliaram a exposição não foram levadas em consideração pelo curador. Na opinião dela faltou

também um comprometimento da instituição em proporcionar acessibilidade ao espaço. Para ela, a exposição não evoluiu, ficou como piloto.

Na exposição A (R)evolução das plantas a curadora contou que essencialmente o que faltou foi dinheiro para a execução de algumas coisas que ela gostaria de ter feito, como: mapas táteis e áudiodescrição. Para ela faltou também um engajamento da instituição em proporcionar acessibilidade, pois a rampa foi projetada e executada conforme o dinheiro disponível, para ela é melhor ter uma rampa fora do padrão do que não ter nenhuma. Após a inauguração houve a insatisfação por parte de algumas pessoas da instituição que acharam que a rampa atrapalhava e a retiraram. Houve aí um embate e a rampa retornou, porém em pior estado.

Indagados se conheciam o perfil do visitante do Museu Nacional, o curador da exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos disse ser eclético, e conhece o número de visitação geral. A servidora da SAE conhece mais a fundo tanto o grupo de visitação programada quanto o público espontâneo, com detalhes sobre cor, condição financeira, gênero. A curadora da outra exposição disse ter ideia do número geral e acha que em sua maioria é de estudantes, trazidos por escolas.

Quanto ao grau de satisfação desse público, o curador da exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos disse que o retorno é ótimo, e que o senão fica por conta da acessibilidade à sala. A servidora da SAE diz que a receptividade do público em relação ao acervo em geral do museu é muito boa, mas que o problema fica por conta da comunicação desse acervo. Ela conta que aplicou um questionário sobre a exposição às pessoas com deficiência visual e houve um bom retorno, com sugestões que, infelizmente, não foram implementadas. A curadora da outra exposição disse não ter esse retorno, porque esteve fora do museu após a inauguração da exposição, só retornando esse ano, após ter passado no concurso. Conhece apenas o caso de uma estudante do Colégio Pedro II (entrevistada pela autora), que adorou a exposição, mesmo tendo pouco material tátil, e sugeriu algumas modificações que não foram implementadas devido a falta de recursos.

Sobre o Desenho Universal, o curador da exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos disse não conhecer tecnicamente o Desenho Universal, mas que para ele é o espaço acessível à todos, não só à pessoas com deficiência. A servidora da SAE conta que a proposta que o Desenho Universal traz é considerar a diversidade humana, implementando produtos que podem ser utilizados por uma maior parcela da sociedade possível. A curadora da outra exposição reconhece que não conhece nada da teoria, mas imagina um espaço que sirva para todos, sem distinção.

Ao ser perguntado sobre o que, para eles, seria um ambiente museal acessível, o curador da exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos considera

aquele em que o visitante tenha contato com o acervo através do toque e das informações. Para a servidora da SAE seria aquele onde o visitante, independente de suas capacidades, pudesse usufruir do que o museu tivesse a oferecer em relação a seu acervo. Para a curadora da outra exposição a imagem do museu perfeito é aquela onde tivesse o máximo de acervo a ser tocado, que pudesse ser ouvido, que passasse por todos os sentidos.

5.2.3 – ATORES ENVOLVIDOS INDIRETAMENTE COM AS EXPOSIÇÕES

O diretor administrativo disse ter influência indireta com as exposições através do gerenciamento de pessoal, dando suporte às necessidades da equipe de museologia tanto internamente quanto junto à administração da UFRJ, uma espécie de facilitador às necessidades da exposição, inclusive assumindo um papel que, a princípio não é dele, a responsabilidade pelo aporte de recursos. O chefe do Escritório Técnico disse ter influência direta, uma vez que é o responsável técnico pelas obras de arquitetura da instituição, e indireta, pois tem auxiliado a direção na captação de recursos.

Quanto ao seu conhecimento sobre o público (média anual, perfil, se pessoas com deficiência visitam o MN), o diretor administrativo disse ter conhecimento sobre os números, mas reconheceu não saber seu perfil. Indicou duas servidoras do MN que, por questões de pesquisa acadêmica, fizeram levantamentos distintos sobre o público do MN. O chefe do Escritório Técnico disse ter conhecimento da média anual pelo relatório do IBRAM de 2013, mas reconhece que a última informação que tem vem de uma pesquisa acadêmica feita por uma servidora do MN, mais ou menos em 2000, e que apontava as classes C e D como visitantes do museu, coincidindo na época, como ele enfatiza, ao perfil dos visitantes da Quinta da Boa Vista.

Questionados se tinham conhecimento se pessoas com deficiência costumam visitar o Museu Nacional, o diretor administrativo disse ter esse conhecimento e apontou algumas ações como reforma de ampliação do banheiro da exposição no segundo andar para atendimento da PcD, construção de banheiro acessível no térreo, compra de equipamento para acoplagem de cadeira de rodas, projeto de rampas, e busca de recursos para acessibilidade como desdobramento desse conhecimento e preocupação em atender a essas pessoas. O chefe do Escritório Técnico disse não ter dados, mas pela percepção ao circular pela instituição ele crê que o número de PcDs que visitam o Museu Nacional vem aumentando. Ele diz crer nessa hipótese também por conta das demandas que a direção da instituição tem feito ao Escritório Técnico em relação à acessibilidade física.

Indagados se têm conhecimento quanto ao grau de satisfação dos visitantes em relação às exposições, o diretor administrativo disse que lhe chega mais as insatisfações, mas que às vezes toma conhecimento de algum elogio em relação à instituição. Ele contou que solicitou aos funcionários da portaria que o livro de anotações disponível ao público para reclamações e/ou elogios fosse trocado semanalmente, e havendo alguma reclamação que ela fosse levada ao departamento responsável ou à direção, na intenção de dar uma resposta ao usuário e tentar resolver o problema apontado. O chefe do Escritório Técnico conta que pela sua visão, como usuário do prédio, e pela visão de alguns raros comentários que já presenciou, há uma insatisfação quanto ao acesso físico ao Museu Nacional.

Sobre o Desenho Universal, ambos disseram não conhecer. O chefe do Escritório Técnico disse que, pelo nome, imagina ser um desenho padrão que possa ser utilizado em todo mundo, como diretriz para projetos de várias áreas.

Ao ser perguntado sobre o que seria para ele um ambiente museal acessível, o diretor administrativo disse ser o ambiente que permite a todo cidadão usufruir do espaço, independente da sua condição física ou mental. O chefe do Escritório Técnico disse que para se ter um ambiente museal bom não é só uma vitrine bonita ou uma boa acessibilidade, mas um conjunto de coisas que deixam o visitante feliz: uma boa iluminação, condições favoráveis de entrada e alimentação.

Inquiridos sobre o que falta para o Museu Nacional se tornar um ambiente inclusivo, o diretor administrativo entende que falta muita coisa, mas coloca como vital a capacitação e qualificação dos servidores para o atendimento ao público. Para o chefe do Escritório Técnico a parte física é óbvia, mas, para ele, falta uma lojinha pra ter objetos que os visitantes possam levar como lembrança, ambiente de alimentação razoável, um ambiente de leitura onde pessoas possam vir para estudar, e uma iluminação adequada, por exemplo.

5.3. OBSERVAÇÃO EM SITUAÇÃO REAL

A pesquisadora realizou a observação em situação real em diversas atividades e eventos dos quais o Museu Nacional participou desde 2012.

Observaram-se as ações da SAE e seu relacionamento com o público em geral nos seguintes eventos anuais:

1. **Aniversário do Museu Nacional** (2013 e 2014) - o público tem acesso franco à produção científica desenvolvida no Museu e em outras instituições congêneres convidadas à participar do evento, proporcionando a interação entre ciência, cultura e lazer.

Nos dias comemorativos ao Aniversário do Museu Nacional, normalmente realizados num fim de semana (sexta feira, sábado e domingo) observa-se um grande público. No ano de 2014 foram em torno de 15.000 pessoas nos três dias. O apelo da gratuidade e as diversas atividades projetadas e executadas podem ser os motivos para o ótimo número de visitantes.

Na sexta feira normalmente o museu recebe um grande número de escolas, necessitando de um controle de entrada bem estruturado, para que não se exceda o número de visitantes ao mesmo tempo, e se mantenha a segurança do acervo. Como o Museu Nacional se localiza no parque da Quinta da Boa Vista, que recebe nos fins de semana um grande número de famílias, esse também é o perfil dos visitantes do MN nesses dias.

Mesmo que não haja uma divulgação maciça na mídia, sua localização privilegiada favorece o sucesso do evento. São montadas barracas em frente ao edifício com atividades ou atrativos para o público. Usualmente a SAE leva para esse ambiente externo sua Coleção Didática e incentiva o público a conhecer o museu por dentro.

Muitos departamentos participam com atividades nesses dias, apresentando um pouco do acervo que não é exposto usualmente (Figura 32). No ano de 2014 mediadores caracterizados se destacavam entre os visitantes, chamando atenção para as salas. Percebe-se nessas ocasiões a diversidade de público: idosos, crianças de todas as idades, adultos, pais com carrinho de bebê, pessoas com deficiência.



Figura 32 - Atividades realizadas no evento de aniversário do Museu Nacional
Fonte: A autora (2014)

2. **“O museu vai à praia”** (2013, na praia de Itaipú) - organizado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), que visa popularizar a ciência para além dos muros dos museus e centros de ciência participantes do projeto, tentando atingir o público que não tem o hábito de visitar museus. A SAE participa levando às praias itens de sua coleção zoológica de empréstimo. Há ainda a participação dos mediadores, que trabalham usualmente no

Museu, apresentando o material exposto. A média de público é superior a 1.000 pessoas num final de semana.

Foi permitido à pesquisadora acompanhar os funcionários da SAE desde a saída da instituição até a praia. As peças do acervo são dispostas em bancadas, sem vitrines, o que chama a atenção. A possibilidade de tocar nas peças, mesmo aquelas que estão em vidro encanta a todos. O público é também diversificado, porém o mais interessante foi perceber a aproximação daquele que pode ser considerado “visitante não usual” de museus. Como se tratava de uma praia alguns pescadores (Figura 33) apareceram, e se encantaram com o que para eles era novidade. Nenhum deles havia visitado um museu na vida. Porém, mesmo entre as famílias, muitos não haviam ouvido falar no Museu Nacional. Percebe-se nesse tipo de atividade a importância de se ir até o visitante, numa clara oportunidade de divulgação da ciência e da cultura, num espaço público e democrático.



Figura 33 - Senhor, pescador, visitando o stand da SAE no evento O museu vai à praia.
Fonte: A autora (2013)

3. **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (2014)** - a participação do Museu Nacional na SNCT tem se dado no âmbito da Quinta da Boa Vista, onde *stands* são montados na alameda principal, de forma a se aproximar do público que visita esse parque (Figura 34). Anualmente a SAE tem participado, e também nesse evento disponibiliza sua Coleção Didática e promove atividades relacionadas ao tema proposto para o evento.

Mais uma vez observou-se a diversidade de público que um evento como esse pode atrair: desde crianças bem pequenas, famílias, senhoras(es) com baixa escolaridade, meninos de comunidades e homens de todas as idades moradores de um abrigo próximo à Quinta da Boa Vista. O acolhimento que lhes é dispensado, tanto

pelos servidores quanto pelos mediadores (estudantes do nível médio e superior) os fazem se sentir à vontade para perguntarem mais sobre o que lhes é apresentado.

No ano de 2014 o tema foi: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. A Seção de Assistência ao Ensino participou com a atividade intitulada “O Museu e o Parque ao alcance de TOD@S: a fauna e a flora da Quinta da Boa Vista para ver, tocar, cheirar e entender”. A atividade proposta buscou promover a discussão acerca da riqueza histórica e ambiental da Quinta da Boa Vista, e ampliando o alcance social procurou-se promover a acessibilidade cultural através da disponibilidade ao toque em peças de fauna e flora encontradas na Quinta. O objetivo principal foi estimular os diferentes sentidos, como o tato e o olfato, favorecendo as pessoas cegas. Uma mediadora surda, fluente em LIBRAS, estava à disposição para a visita educativa com pessoas que necessitassem esse tipo de comunicação.



Figura 34 - Idosa e crianças pequenas no evento SNCT
Fonte: A autora (2014)

As outras atividades observadas deram-se no ambiente museal. Foram os encontros entre educadores e os profissionais da SAE, que objetivam a colaboração entre os espaços de educação não formal (museu) com o espaço de educação formal (a escola).

4. **Diálogo entre Educadores** (em 2012) - atividade considerada muito importante pela seção denominada “Diálogo entre Educadores”. Esse encontro promovido pela SAE objetiva a colaboração entre os espaços de educação formal e não formal, possibilitando o encontro entre educadores em museus, professores e outros profissionais que atuem em escolas e universidades.

Nesse encontro (Figura 35) são apresentadas propostas de trabalho voltadas ao público escolar objetivando contribuir para que os professores possam estabelecer práticas pedagógicas e proporcionar aos alunos visitas mais prazerosas.



Figura 35 - Diálogo entre educadores
Fonte: Cedido pela SAE

5. **Primavera de Museus (2014)** - O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) anualmente promove a Primavera de Museus e em 2014, em sua 8ª edição, chamou os museus e outras comunidades culturais a “refletir, discutir e trocar experiências sobre o tema Museus Criativos”.³³ A SAE propôs e realizou a atividade intitulada **I Encontro de Educadores de Escolas Especiais e Inclusivas e Educadores de Museus**.

A atividade, realizada em setembro de 2014 e acompanhada pela pesquisadora, objetivou discutir com os educadores das instituições de ensino formal e não formal a relação museu-escola, tendo como foco principal as especificidades da pessoa com deficiência no espaço museal. Após as palestras e visita mediada pelo Museu Nacional todos foram convidados a formar grupos e apresentar propostas que buscassem a acessibilidade aos bens culturais da instituição.

Foi apresentado no local parte do acervo tátil da SAE, que abrange as áreas: Egito; Aves; Lítio arqueológico; Cultura indígena; Conchas, corais e borboletas; Paleontologia; e Rochas e minerais. A atividade atraiu um público composto de professores de escolas especiais e regulares, educadores em museus, museólogos, estudantes de graduação e pós-graduação, e profissionais de Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, totalizando 57 inscritos presentes. A pesquisadora não fotografou esse evento, mas este foi registrado em fotos e vídeo pela Seção de Fotografia do Museu Nacional.

Como forma de ampliação dos debates a partir do I Encontro realizado, realizou-se o **II Encontro de Educadores de Escolas Especiais e Inclusivas e Educadores em Museus**, no qual a pesquisadora mais uma vez foi observadora. O evento teve 3h30min de duração e ocorreu em duas oportunidades (uma data em

³³ <http://www.museus.gov.br/tag/8a-primavera-dos-museus/>

outubro e outra em novembro de 2014), dessa forma os educadores puderam escolher dia e horário que julgaram mais convenientes.

O foco das discussões e das atividades práticas foi a preparação de visitas educativas mediadas, disponibilizadas para grupos de estudantes com deficiência ao Museu Nacional. Como atividade prática, apresentou-se o Museu Nacional pelas salas expositivas de forma mediada a partir do roteiro “De onde viemos?”, normalmente oferecido às escolas regulares e ao público em geral. Foi orientado que os participantes avaliassem de forma crítica e ao retornarem da mediação propusessem roteiros reduzidos para que pessoas com deficiência pudessem melhor usufruir do acervo do Museu Nacional. Mais uma vez o acervo acessível da SAE foi apresentado para conhecimento dos participantes do Encontro.

Nos dois dias de encontro, ao retornarem da visita mediada, os participantes observaram que o roteiro oferecido pelo Museu Nacional é muito extenso e cansativo para pessoas com deficiência, e que apresentado de uma forma homogênea não contempla as especificidades de cada deficiência. Porém não chegaram a um consenso sobre um roteiro específico ou ideal.

Houve então a proposta oferecida pela SAE, onde seriam disponibilizados dias específicos para o contato com o acervo acessível, com oficinas preparadas pelos bolsistas e com um roteiro curto e mediado, tudo de acordo com o tipo de deficiência e interesse do grupo.

Os participantes foram convidados a inscreverem suas turmas ou grupos de pessoas com deficiência, e como retorno para a instituição deveriam apresentar posteriormente um relatório sobre o grau de satisfação do grupo e propostas de melhoria. A atividade atraiu um público composto de professores de escolas especiais, educadores em museus e professores e estudantes de graduação. Houve um total de 28 presentes, sendo que muitos não haviam participado do I Encontro. Os dois encontros foram fotografados pela pesquisadora.

Como desdobramento do **II Encontro**, onde foi proposto aos participantes uma Visita Acessível Mediada, foi solicitado pelo CEJA-IBC (Centro de Estudos de Jovens e Adultos do Instituto Benjamin Constant) uma mediação para o dia 25 de novembro.

O perfil do grupo era de 20 alunos do ensino fundamental e médio (a escola atende fora da faixa etária- a partir de 15 anos para ensino fundamental e 18 para o ensino médio) entre jovens e adultos. Eram em sua maioria pessoas com deficiência visual, porém, havia uma moça com deficiência múltipla (surdo-cega e usuária de cadeira de rodas).

A pesquisadora pode observar toda a dinâmica da atividade, que se iniciou ainda no *hall* do museu, da mesma forma como são recebidos todos os grupos para

mediação. A partir dali, ao invés de serem guiados pelo MN através do roteiro padrão “De onde viemos?”, a proposta foi levá-los às duas únicas exposições onde há peças que podem ser tocadas, uma vez que em nenhuma exposição do MN há áudioguias, etiquetas em Braille ou qualquer outro instrumento que auxilie ao cego a compreensão mínima do acervo exposto e que não pode ser tocado.

A SAE preparou-se para recebê-los, com a produção de pranchas táteis, disponibilização de peças da Coleção Didática ao toque, e preparação dos mediadores para receber esse público específico. O retorno foi muito bom, tanto em relação à mediação, onde a todo o momento os visitantes diziam como queriam ser mediados (pediam explicação sobre a sala, sobre a cor das peças, etc), quanto em relação às pranchas táteis, com sugestões de melhorias.

Optou-se por dividir o grupo em dois, já que é mais complicado percorrer as salas com um grupo muito grande com essa deficiência, uma vez que não se dispõe de piso tátil para direcioná-los. Dessa forma, cada grupo de 10 cegos (e mais acompanhantes da escola) foi direcionado para uma das salas das exposições de curta duração localizadas no térreo da edificação. O tempo de mediação nas duas salas foi praticamente o mesmo, o que facilitou a troca do grupo.

Após as visitas, os grupos foram encaminhados ao Auditório onde o material acessível estava disponível (Figura 36). A professora, responsável pelo grupo, confessou à pesquisadora que antes da atividade estava apreensiva, pois o grupo era grande. Mas sentiu-se aliviada com a dinâmica implementada e percebeu que seus alunos aproveitaram de maneira satisfatória o que o museu pode lhes proporcionar.

Embora a atividade tenha se dado em apenas duas salas expositivas seu tempo de duração foi de duas horas, desde o acolhimento no *hall* até a avaliação do acervo e pranchas táteis. Fato que reforça a necessidade de se pensar em roteiros e atividades que levem em conta o tempo diferenciado que a pessoa com deficiência leva para a apropriação do acervo.

Há que se registrar que a presença na SAE de uma mediadora cega, estudante do ensino médio, trouxe mais propriedade à atividade, pois foi sob sua avaliação que se preparou as pranchas e se escolheu o acervo a ser disponibilizado.



Figura 36 - Visitantes cegos experimentando as pranchas táteis e Coleção Didática disponibilizados pela SAE.
Fonte: A autora (2014)

A pesquisadora fotografou toda a atividade e pode contar com a ajuda de mediadores na gravação de áudio, tanto para registrar a mediação quanto a reação dos visitantes.

Não houve a possibilidade de entrevistar nenhum visitante após a atividade, que embora tenha sido num espaço bastante reduzido, durou cerca de duas horas devido ao tempo necessário para que pessoas com deficiência visual pudessem se apropriar do material disponível. Houve a tentativa, junto à professora que foi acompanhando o grupo, de marcar um encontro para possíveis entrevistas. Entretanto, por se tratar do final de ano letivo, com diversas atividades escolares programadas, não foi possível. Houve outras tentativas, sempre adiadas pela professora, por um motivo ou por outro.

6. Observação de grupos de pessoas com deficiência nas salas expositivas

- os outros momentos de observação foram com dois grupos agendados de pessoas com deficiência que ocorreram no mesmo dia.

O primeiro, pela manhã, foi um grupo de surdos. A SAE encaminhou dois mediadores, porém eles não se comunicavam em LIBRAS, o que causou certo constrangimento junto ao grupo, pois uma das coordenadoras que os acompanhava se revoltou diante da deficiência da instituição em não oferecer um intérprete. Por fim, aceitou ela mesma interpretar em LIBRAS o que fosse passado pelos mediadores.

O grupo era formado por alunos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), de diversas idades, em torno de 26 pessoas, sendo três acompanhantes (Figura 37). A pesquisadora solicitou, à responsável pelo grupo, acompanhá-los e fotografá-los em sua visita, a resposta foi positiva. Não houve tempo hábil para

entrevistas, o que foi feito posteriormente, como já relatado no item 3.3 dessa pesquisa.

Foi-lhes perguntado pelos mediadores o que gostariam de ver no museu, uma vez que eles já sabem que o roteiro normalmente apresentado ao público agendado é extenso, e impossível de apresentar a um grupo de pessoas com deficiência.

Foi consenso que gostariam de ver animais e os dinossauros. Foram levados inicialmente à exposição O mar brasileiro na ponta dos dedos, onde, embora fossem muitos, todos puderam usufruir do acervo com tranquilidade. Chamados a visitar a outra exposição acessível, não quiseram, pois queriam ver logo os animais. Subiram então para as exposições permanentes e visitaram primeiramente a sala de Conchas, Corais e Borboletas onde se encantaram com a diversidade dos animais.

Houve um primeiro momento onde foram apresentados à sala pelos mediadores, o que foi traduzido pela responsável pelo grupo. Posteriormente se espalharam pela grande sala e tiravam fotos a todo o momento, inclusive solicitando que a pesquisadora tirasse fotos deles também, pois muitos não trouxeram máquina fotográfica. O grupo era muito receptivo e procurou interagir com a pesquisadora todo o tempo, mesmo que não falassem a mesma língua.

A próxima sala foi a dos dinossauros, onde os mediadores pediram que sentassem para que eles pudessem falar um pouco sobre o que veriam. Mais uma vez houve a interpretação da responsável.

A mediação é orientada para que haja troca com o visitante, e nesse caso, perguntados sobre questões relativas aos dinossauros, muitos quiseram participar. Percebeu-se que estavam se divertindo com essa disponibilidade em escutá-los.

Após passearem por essa sala, foram chamados a irem embora, pois o tempo de permanência havia se esgotado. Mais uma vez o tempo de visita girou em torno de duas horas. Após um início tumultuado, com indignação pela falta de intérpretes de LIBRAS, percebeu-se a satisfação dos visitantes após um passeio bem sucedido.



Figura 37 - Grupo de surdos sendo mediados na sala dos dinossauros
Fonte: A autora (2014)

O segundo grupo de PcDs no dia em questão foi à tarde. Um grupo misto, com pessoas com deficiência intelectual e física, e outras com déficit de atenção (Figura 38). Mais uma vez foram recebidos pelos mediadores no *hall* e perguntados sobre o que gostariam de ver. Embora também fosse um grupo bem grande, eram menos agitados que o grupo de surdos da parte da manhã. Deixaram-se ser mediados nas duas exposições acessíveis de forma tranquila.

Subiram posteriormente para a sala de Conchas, Corais e Borboletas onde após a apresentação da sala pelos mediadores, puderam circular à vontade. Havia um menino com Síndrome de Down que se mostrou agitado e uma das mediadoras logo se aproximou para dar-lhe um pouco mais de atenção. Mais uma vez foi solicitado por muitos que a pesquisadora tirasse foto deles na exposição.

A próxima sala escolhida por eles para visitar foi a do Egito. Foi uma visita tranquila, onde todos prestavam muita atenção à mediação.

Há que se colocar que o único visitante com deficiência física era um menino de cinco anos e mesmo assim houve dificuldade de acesso. Uma mediadora auxiliou a mãe do menino levando-o no colo enquanto a mãe subiu com a cadeira.

Devido a sua condição e por ser muito pequeno foi muito ruim para ele visualizar uma grande parte do acervo, que ficou fora de sua visão.

O tempo de duração da visita ficou perto das duas horas constatadas nas outras observações.

Novamente a pesquisadora solicitou a autorização para acompanhar e fotografar o grupo, e mais uma vez esse contato foi permitido. Houve tempo para uma rápida entrevista com um dos rapazes com deficiência intelectual não identificada. Na

presença da mãe, que autorizou a entrevista, a pesquisadora procurou reformular as perguntas de modo a simplificar as questões. As outras entrevistas, como relatado no item 3.3, foram respondidas por e-mail em outra oportunidade.



Figura 38 - Integrantes do grupo de pessoas com deficiência intelectual e física nas dependências do MN.
Fonte: A autora (2014)

Em todas as atividades observadas a Seção de Assistência ao Ensino teve participação ativa, cumprindo as missões que lhe são determinadas no Regimento Interno da instituição.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa propôs olhar a acessibilidade museal por uma perspectiva ampliada e interdisciplinar, entendendo que o museu tem hoje várias facetas além da guarda e preservação dos objetos. É a casa onde o homem contemporâneo procura o lazer, a cultura, o turismo, o convívio social e a educação não formal.

6.1 UM MUSEU UNIVERSITÁRIO E SUA COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO

O Museu Nacional, por ser um museu universitário, além de organizar, conservar, documentar, guardar e expor, é a casa da educação formal, pesquisa e divulgação científica.

Guarnieri (in BRUNO 2010, vol.1, p.50) na década de 1970 apontava o caráter elitista dos museus universitários, o que os colocava, segundo a autora, “fechado quase que totalmente à comunidade”. Quase meio século dessa afirmativa e o que se observou, em parte das salas expositivas do MN foi uma comunicação dos estudiosos para seus pares. E para Roque (2010, in BENCHETRIT *et al*) quando o museu falha na comunicação com o público torna estereis as ações de conservação e estudo, desfigurando sua função de promotor de conhecimento.

Essas multifacetadas de um museu universitário não podem ser dissociadas das características inerentes aos processos museais, demandando da instituição uma articulação entre profissionais muito afinada e uma boa infraestrutura (BRUNO, 1997).

Todos esses temas, porém, não podem ser concebidos de forma isolada, mas, ao contrário, devem ser pensados a partir de uma *política cultural* que tome por paradigma as concepções *museológicas contemporâneas*. Tais concepções compreendem, além das funções tradicionais (pesquisar, preservar e comunicar), o conceito da *responsabilidade social*, exigindo *ações interdisciplinares* que envolvam todas as áreas dessas instituições, o que no caso da frequência de públicos especiais demandará a participação de *todas as instâncias* do museu – um processo democrático que reúna além das áreas de trabalho, os profissionais nela envolvidos incluindo também a comunidade em geral. (Tojal, 2007, p. 20)

Caso contrário corre-se o risco do museu não ter cumprida a função social que dele se espera.

Observaram-se no Museu Nacional algumas situações que, somadas, pode ser as responsáveis pela não interatividade entre os profissionais e conseqüentemente pela falta de comunicação eficiente com o público. Em primeiro lugar não há um Plano Museológico³⁴, muito embora a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o

³⁴ O Plano Museológico trata de estabelecer a missão e os programas do museu, as suas diretrizes de funcionamento e as orientações necessárias para o desenvolvimento de projetos e atividades específicos. (definição segundo o Art. 2º da Portaria Normativa nº1, 05/07/2006 - Plano Museológico dos Museus do IPHAN)

Estatuto dos Museus tenha dado o ano de 2011 como prazo para que as instituições federais elaborassem seus planos.

Em segundo, embora conste no Regimento Interno da instituição que para o planejamento das exposições a Comissão de Exposição deva se reunir periodicamente, houve um hiato de aproximadamente quatro anos, onde problemas administrativos dificultaram sua realização. O retorno se deu há bem pouco tempo.

A falta de verba específica para o projeto e execução de exposições leva o museu a uma situação bem particular: à mercê da captação de recursos através de projetos individuais de professores da casa. Dessa forma, em certas situações, a Seção de Museologia não tem qualquer inferência sobre sua expografia, o que dificulta, por muitas vezes, também a manutenção.

6.2 A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

[...] Conhecer o público e também o não público dos museus, é fundamental para a análise e o debate sobre a democratização das instituições museológicas, e o seu uso (ou não uso) por parte dos diferentes setores da sociedade contemporânea. (IBRAM, 2011, p.93)

Eis aqui talvez a questão crucial de toda discussão sobre a comunicação para o público do museu. Mas que público é esse? Se a instituição não promove regularmente uma pesquisa para conhecê-lo, ou não se utiliza de dados levantados por terceiros, deduz-se que esta não ache essa informação essencial para se projetar para o seu público.

Conhecer apenas os números gerais de visitação, ter a percepção errônea de que a maior parte dos visitantes é de visitação programada - escolas e outros grupos, ou achar que todos os problemas de acessibilidade serão resolvidos colocando-se rampas, são barreiras atitudinais que mesmo involuntárias só farão retardar o processo de democratização e inclusão social.

Esse não conhecimento mais profundo sobre o visitante vem a interferir diretamente nas outras áreas da acessibilidade, como por exemplo: na física, quando não se coloca como prioridade os projetos e a execução de obras para o acesso de pessoas usuárias de cadeiras de rodas ou com mobilidade reduzida, permanente ou temporária; na comunicacional, quando se utiliza de texto erudito, mesmo que disponibilizando-o em Braille, letra ampliada ou LIBRAS; na metodológica, quando não disponibiliza em LIBRAS as informações, sem saber que grande parte dos surdos só é alfabetizado na língua de sinais; na instrumental, quando ao disponibilizar um equipamento ele só poderá ser utilizado por uma pessoa em sua plena condição física ou intelectual; e na programática, quando só é permitido um acompanhante com o

usuário de cadeira de rodas ao utilizar o elevador, por vezes separando uma família no acesso ao museu.

Quando os visitantes entram num museu trazem consigo expectativas em relação ao espaço físico que os acolhe, às colecções (sic) que vão encontrar e à forma como irão interagir com todo o contexto que os rodeia. [...] Se as experiências forem negativas, criar-se-á um movimento de insatisfação que conduzirá ao afastamento progressivo da vida cultural. Daí, que seja imprescindível que os equipamentos culturais estejam devidamente preparados para receber todos os públicos e provocar-lhes satisfação que conduza aos seu regresso.” (SANTOS, 2011)

E a expectativa é alta, em se tratando do maior museu de história natural da América Latina. Pôde-se, através de entrevistas, ter conhecimento de algumas decepções com o MN. Em sua maioria foram os responsáveis por pessoas com deficiência física e intelectual que demonstraram esse sentimento. O primeiro grupo, pela total falta de acesso físico e o segundo grupo por perceber o pouco interesse de seus filhos em muitos ambientes, não preparados para recebê-los. Mas de uma forma geral houve reclamações, menores ou maiores, mas sempre relatando uma dificuldade. Uma das mães chegou a dizer que fez questão de subir ao segundo andar com sua filha em cadeira de rodas mesmo com toda dificuldade, pois pretende nunca mais voltar.

A democratização do acesso à cultura de forma igualitária, segundo Cohen & Duarte (2010a) pode vir através do projeto de ambientes, produtos e tecnologias pelo conceito do Desenho Universal. Entretanto as autoras relatam que no Brasil, e em especial no Rio de Janeiro, poucos museus têm se preocupado com a inclusão de todos. E o Museu Nacional, infelizmente, parece fazer parte desse grupo.

Por essa constatação de inacessibilidade na maior parte dos museus do nosso estado, vê-se que ter uma legislação avançada no que tange a acessibilidade e o Desenho Universal não garante o direito de fato. Cambiaghi conta que:

Ao contrário do que se pode pensar, os países que tiveram os maiores avanços na eliminação das barreiras físicas não são os que têm legislação rígida sobre o assunto, mas, sim, os que têm consciência técnica e política aliada à sua aplicação. (CAMBIAGHI, 2012, p.187)

E apesar da inacessibilidade constatada, observaram-se algumas iniciativas de promoção de inclusão social no espaço museal. São duas exposições de curta duração, coordenadas por departamentos distintos e que por coincidência inauguraram à mesma época.

Não há relação alguma entre serem temporárias e apresentarem certa acessibilidade, pois outras exposições temporárias foram inauguradas nesse mesmo

período, ou posteriormente, e não havia qualquer traço de preocupação com o tema. Esse fato parece confirmar o que já foi dito anteriormente, que a falta de um Plano Museológico deixa espaço para que cada coordenador/curador projete a exposição da forma como lhe parece mais correto.

Ambas tiveram como público alvo inicial a pessoa com deficiência visual, disponibilizando peças ao toque e texto em Braille. Entretanto, em nenhum momento essa disponibilidade foi exclusiva da pessoa com deficiência ou disponibilizada apenas em dias especiais. São ambientes onde todos podem usufruir o que lhes é disponibilizado e no momento que lhes for mais apropriado.

Andrade & Lessa (2010, p.89) chamam de “memoráveis” as experiências que o visitante tem ao ter contato com objetos raros e autênticos, principalmente quando há “o confronto sensorial/cognitivo com itens que suscitam interesse e o acesso ao conhecimento derivado da pesquisa estimulada por essas coleções”.

Os responsáveis pelas exposições reconhecem que os espaços não estão acessíveis a todos, encontraram algumas dificuldades até mesmo para oferecer condições básicas para o público alvo inicial. Fora a pouca verba, que não permitiu a utilização de áudiodescrição, por exemplo, houve divergências de opinião entre profissionais. Entretanto encaram a experiência como um embrião de acessibilidade no Museu Nacional e planejam formas de torná-las acessíveis ao maior número de pessoas possível.

Nesse sentido, a SAE qualifica, anualmente, mediadores capazes de oferecer uma comunicação dialógica com o público geral e públicos especiais, ou como Cury (2005) coloca: uma comunicação interacionista. No curso de formação, além de serem apresentados aos conteúdos das salas expositivas pelos especialistas de cada área, há a introdução dos seguintes assuntos: a especificidade da educação em museus, mediação humana em museus, estudo de públicos no MN, acessibilidade em museus, e algumas palestras sobre a pessoa com deficiência. Sendo assim, são preparados a receber e mediar o público programado e espontâneo em todas as salas do museu.

A SAE em 2014 conseguiu alunos com deficiência para trabalhar na seção na condição de estágio: uma jovem cega, e um rapaz com Síndrome de Asperger, estudantes do último ano do Ensino Médio do Colégio Pedro II, e uma estudante surda da Faculdade de Letras/LIBRAS da UFRJ. O rapaz ficou responsável por ajudar na manutenção da Coleção Didática e as duas jovens atuaram como mediadoras.

A pesquisadora pode ser testemunha de diversas mediações realizadas pela jovem cega, que tinha um especial talento para falar com diversos públicos. Uma mediação em especial lhe chamou atenção: com jovens e adultos com deficiência intelectual. Com uma sensibilidade incrível ela conseguiu apresentar a exposição O

Mar Brasileiro na Ponta dos Dedos de forma a prender a atenção de todos, travando uma comunicação dialógica, buscando saberes do público em questão.

Atualmente apenas a estudante surda continua trabalhando na seção, uma vez que os outros estudantes acabaram o curso e por consequência o estágio. Entretanto, a SAE está em busca de outros estudantes do Pedro II com deficiência para que possam vir a trabalhar com mediação e no auxílio do planejamento de atividades voltadas para PcDs.

A pesquisa trouxe à tona algumas situações que se acredita ter prejudicado as duas exposições estudadas. Na exposição A (R)evolução das Plantas a falta de manutenção levou à morte as plantas disponibilizadas ao toque e as que completavam o ambiente. Houve o desaparecimento dos óculos disponibilizados para que pessoas videntes pudessem ter uma experiência sensorial, sem se fazer valer da visão.

A exposição O Mar Brasileiro na Ponta dos Dedos, em relação ao acervo, teve uma boa manutenção, pois era cuidada diretamente por funcionários ou estagiários da SAE. Há também alguns projetos de desdobramento, como já relacionado anteriormente. A principal dificuldade constatada está relacionada à inacessibilidade do espaço, algo que dependia da instituição para ser resolvido.

Ambas foram prejudicadas pela ausência de sinalização aos espaços, pois chegando ao *hall* de entrada fica impossível visualizar qualquer exposição mais adiante.

Dois situações ocorridas chamaram atenção e estão relacionadas à barreira atitudinal. Num dos dias do evento do aniversário do MN em 2014, a pesquisadora circulava pelas salas do museu quando avistou uma jovem em cadeira de rodas, sozinha, parada na primeira sala logo após a escadaria. Perguntada se já havia visitado todo o museu, ela respondeu que não, que havia sido levada pelos vigilantes diretamente para lá, e estava esperando sua turma do colégio subir, pois eles estavam nas salas do térreo. Disse, ainda, estar chateada, pois estava há pelo menos 30 minutos sozinha. A pesquisadora soube de outras situações semelhantes, onde os vigilantes/porteiros ao verem uma pessoa em cadeira de rodas já a direcionam ao elevador, sem lhe oferecer o equipamento de acoplagem de cadeira (Figura 39) existente no museu ou informar que existem exposições acessíveis próximas ao *hall*.



Figura 39: Equipamento de acoplamento de cadeira de rodas para ascender escadas.
Fonte: Cedido pela Seção de Assistência ao Ensino/SAE (sem data)

Da última vez que a pesquisadora questionou ao vigilante em serviço sobre o funcionamento do equipamento este constatou que o mesmo estava descarregado e não sabia onde estava o cabo de força para carregá-lo. O diretor administrativo está ciente dessa situação e disse que apesar da instrução em manter o equipamento carregado, do treinamento para operar o equipamento, e de terem sido oferecidas oficinas de sensibilização pela Seção de Assistência ao Ensino a esses funcionários, há um problema de gerenciamento de pessoal nessa área. O novo contrato firmado pela administração da UFRJ para as portarias do Museu Nacional acabou trazendo pessoal pouco qualificado, com baixa remuneração, que, talvez por isso, sofra com constantes mudanças no quadro, quase que mensalmente. O que, para ele, influencia na dificuldade da instituição em orientar esses profissionais quanto às questões referentes ao público.

Em sua opinião a solução está na vinda de servidores responsáveis pela portaria, no cargo de Auxiliar em Administração – horário diferenciado. Esses servidores se revezarão e estarão presentes enquanto o museu estiver aberto ao público, inclusive domingos e feriados, o que hoje não é possível com o quadro de funcionários da instituição. Esses servidores serão o contato do museu com o público e deverão estar capacitados a resolver os problemas que surgem nessa relação. Essas vagas devem ser preenchidas no concurso em andamento, cuja homologação deve ocorrer ainda no primeiro semestre de 2015.

A outra situação também aconteceu nesse mesmo evento. Como parte das atividades planejadas para o atendimento do público nesses dias de aniversário, foi montado um planetário inflável (Figura 40) na antessala da exposição A (R)evolução das Plantas. As dimensões do objeto impediam o acesso de pessoas em cadeiras de rodas na exposição em questão.

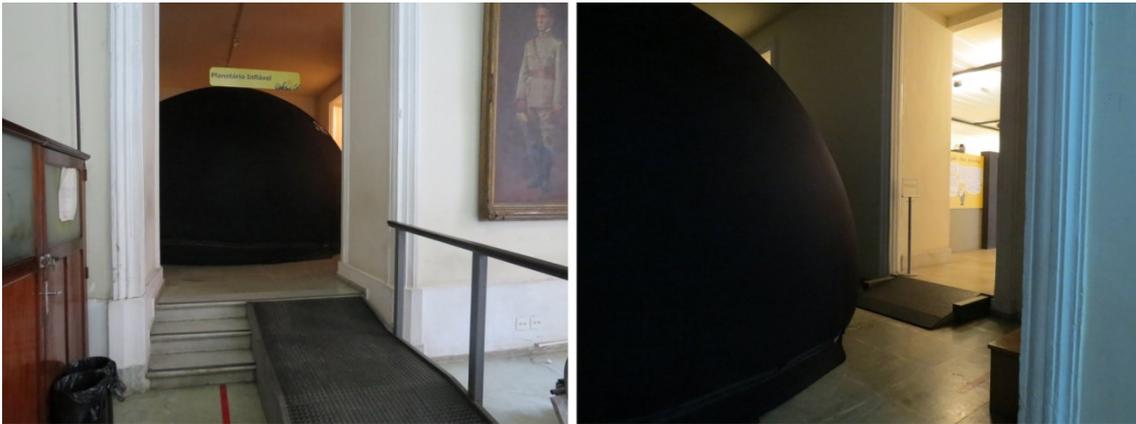


Figura 40 - Planetário inflável montado na antessala da exposição A (R)evolução das Plantas
Fonte: A autora

[...]O que é certo, é que se temos um apoio institucional, podemos desenvolver uma série de ações inclusivas que beneficiam tanto os espaços permanentes como os temporários, mas, sem esse apoio, os projetos se tornam frágeis e logo se diluem ou desaparecem. O importante para a permanência de uma ação educativa inclusiva em museu é que essa ação seja abraçada por todas as instâncias do museu e, não somente pelos educadores que estão mais diretamente ligados ao público, como diretores, pesquisadores, curadores, museólogos, restauradores, recepcionistas, atendentes de sala, enfim, uma conscientização profissional de todo corpo de funcionários e das diretrizes da instituição. (TOJAL, 2008)

Coelho (2012) explica que a democracia cultural não é a ampliação de público por si só, mas a possibilidade de acesso à produção cultural. Para o autor, uma política de democracia cultural não é pautada em **serviços culturais**, que para ele são aqueles que, frágeis e ilusórios, quando se dissolvem não são lamentados por ninguém, não fidelizam um público. Em contrapartida, quando há um projeto de ampliação e sustentação do **capital cultural** podem-se criar condições para práticas culturais duradouras.

7. CONCLUSÃO

Com o objetivo de investigar de que forma as questões de acessibilidade e inclusão da diversidade do público são tratadas no Museu Nacional, escolheu-se estudar as exposições de curta duração por serem mais atuais, com maior possibilidade de acesso aos seus curadores e projetos.

A pesquisa identificou duas exposições temporárias que buscaram disponibilizar acessibilidade ao público do Museu Nacional. Pelos documentos dos projetos disponibilizados pelos curadores/coordenadores à pesquisadora, observou-se esse objetivo desde a sua concepção.

Em ambos os projetos optou-se por oferecer acervos ao toque, privilegiando de forma inicial a pessoa cega. Essa escolha deu-se uma vez que os responsáveis identificam nas exposições de longa duração uma disponibilidade de acesso unicamente visual aos objetos.

Dos três atores envolvidos diretamente com as exposições, apenas uma tem o conhecimento do que vem a ser o Desenho Universal, e é justamente a pessoa que transitou entre as duas exposições, dando orientações sobre acessibilidade e Desenho Universal e fazendo contato com o IBC para uma parceria com o Museu Nacional no que disse respeito às exposições especificamente. Essa pessoa já vinha há anos envolvida com questões sobre acessibilidade, fazendo inclusive especialização na área.

Os outros dois envolvidos não têm muita proximidade com as questões que envolvem acessibilidade e inclusão social. Entretanto a curadora da exposição A (R)evolução da Plantas mostrou-se já ser uma pessoa sensibilizada para as questões da pessoa com deficiência pois, no início de sua carreira de professora, lecionou em uma escola especial para uma turma onde havia várias crianças com deficiência. Assim, quando soube pela arquiteta que com o dinheiro disponível daria para construir rampas, mesmo que de forma improvisada, buscou parcerias dentro do próprio museu para aumentar a disponibilidade de acessibilidade. Conseguiu junto ao Departamento de Paleontologia a confecção dos modelos em 3D e com a SAE o contato com o IBC.

Percebeu-se pelas entrevistas que os curadores/coordenadores das exposições estudadas sabiam desde o início não estarem proporcionando em seus projetos a acessibilidade necessária para se receber todo o público, independente de suas capacidades e incapacidades. Entretanto, pensam se tratar de um embrião, e desejam que outros profissionais percebam que nem tudo precisa de muita verba para ser executado.

As avaliações das exposições com as ferramentas escolhidas revelaram que:

1. Pelas entrevistas realizadas com pessoas com deficiência e com responsáveis/acompanhantes de pessoas com deficiência, as exposições não contemplaram nem ao público alvo inicial, principalmente por não lhes proporcionar independência na visita;
2. Pelas observações realizadas pela pesquisadora em diversas situações, e por algumas falas de entrevistados, percebeu-se que quando o visitante foi bem recebido (por profissionais ou

mediadores) o constrangimento com a inacessibilidade pareceu ficar amenizada. Como no caso do grupo de surdos e dos cegos. Muitos responsáveis ficaram muito chateados com a falta de acessibilidade, pois o passeio acabou se tornando uma tarefa hercúlea, mas ao mesmo tempo admitiram que seus filhos se divertiram, pois não têm a percepção pelo o que passaram.

Chega-se, então, ao objetivo geral dessa pesquisa:

Como as questões de acessibilidade e inclusão da diversidade do público são tratadas em projetos de exposição de curta duração do museu?

Por tudo o que já foi exposto até aqui, percebeu-se que não há planos ou diretrizes institucionalizadas, quer sejam para exposições de longa ou curta duração, que objetivem a acessibilidade a todos. As exposições que apresentaram esse objetivo foram investimentos isolados (de recursos, de tempo, de projeto, de dedicação) sem a participação e apoio da instituição no que tange a garantia de acesso físico às salas expositivas em questão. E até por isso, estas acabam proporcionando a integração da PcD e não a inclusão social/cultural desejada por seus curadores.

Há que se investir em pesquisa de público do Museu Nacional, até para que se desfaça a falsa impressão de que o público de PcDs e com mobilidade reduzida não procura esse aparelho cultural em seus momentos de lazer. Crê-se que com esses dados podem-se conseguir mais aportes financeiros através dos canais já experimentados pela administração do museu, e também subsídios para a constituição de melhores e mais eficazes políticas de atendimento ao público.

Em oposição, caso a instituição não se empenhe nessa descoberta e deixe por conta dos curadores a decisão para quem projetar, corre-se o risco de elaborar-se para um público não conhecido ou supostamente conhecido. A instituição não pode deixar que as iniciativas de promoção de acessibilidade observadas tornem-se 'serviços culturais', conforme Coelho (2012) apontou. Deve-se apostar na conscientização profissional de todos os envolvidos direta e indiretamente com as exposições, para que o direito à cultura se estabeleça de forma perene e não haja mais a necessidade de adjetivar de acessível uma exposição para todos.

Entretanto, faz-se necessário haver uma equipe responsável pelas questões de acessibilidade na instituição, reconhecida por todos os profissionais como referência no assunto. Dessa forma, evitam-se experimentos desnecessários ou erros primários.

Há que se entender que os projetos de acessibilidade devem integrar todo o museu, em todas as áreas, incluindo-se o site institucional, uma vez que esse também é um ambiente de trabalho e estudo, no caso do Museu Nacional.

Os gestores devem compreender a importância em se ter pessoas com deficiência trabalhando diretamente com as exposições. Não se experimenta uma deficiência, apenas aquele que a vivencia no dia a dia pode validar uma solução proposta.

Porém, acima de tudo, a instituição deve ficar atenta a possíveis atos que constituem a barreira atitudinal, caso contrário, qualquer movimento em direção a promoção e garantia de acessibilidade será ineficaz, retardando a inclusão do grande grupo dos hoje excluídos.

7.1. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Os documentos cedidos pela administração e as entrevistas com o Diretor Administrativo e com o chefe do Escritório Técnico (informal e semiestruturada) auxiliaram no entendimento da estrutura da instituição, das questões de gerenciamento de recursos e de pessoal no que se refere à montagem e manutenção das exposições, atendimento ao público e nas questões de acessibilidade. Entretanto, por se tratar de uma unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sua autonomia é limitada. Para uma avaliação mais abrangente sobre a política cultural e de acessibilidade para o Museu Nacional (ou sua ausência) seria necessária a inclusão na pesquisa de entrevistas com a Diretora do Museu Nacional, com o coordenador do Fórum de Ciência e Cultura – FCC (ao qual o Museu Nacional está ligado diretamente na estrutura da UFRJ) e com o Reitor da UFRJ, que acumula a função de presidente do FCC. Interessante também seria investigar a existência de documentos, em nível de Reitoria, que trouxessem objetivos definidos e planos traçados para a implementação de uma política cultural e de acessibilidade para os museus e espaços culturais da UFRJ. Essa busca poderia lançar luz sobre a localização dos gargalos que impedem a plena realização dos planejamentos existentes no Museu Nacional e nunca alcançados, fossem eles burocráticos ou personificados em gestores ou servidores não capacitados. A barreira atitudinal e o pouco ou nenhum conhecimento sobre as necessidades das pessoas com deficiência também é uma possibilidade para esses impedimentos. Porém, esse aprofundamento delinea-se como algo difícil de ser realizado no período proposto para o mestrado.

Além disso, esse estudo não inclui a percepção de outros curadores, de museólogos ou outros atores ligados às exposições que não foram estudadas por não apresentarem a preocupação com a acessibilidade de todos os públicos.

7.2 PROPOSTA PARA TRABALHOS FUTUROS

O Desenho Universal é ainda um conceito pouco conhecido e aplicado por profissionais de arquitetura e design no Brasil. Entretanto, não se podem colocar sob sua conta todas as ações necessárias para a equiparação de oportunidades e acessibilidade a todos.

Essa responsabilidade deve ser dividida por todos os profissionais, quer sejam professores, gestores, atendentes, museólogos ou outros. Ou seja, todos aqueles que de forma direta ou indireta interfiram na vida do ser humano.

Nessa pesquisa pode ser constatado o desconhecimento desse conceito pela maioria dos atores entrevistados. Observou-se, também, uma falta de unidade entre as exposições de longa e as de curta duração no Museu Nacional, conforme colocado nas conclusões.

Sendo assim, considera-se uma proposta para trabalhos futuros uma pesquisa com os diversos atores envolvidos direta e indiretamente com as exposições, desde membros da Congregação, diretoria, chefes de departamento, curadores e museólogos, buscando conhecer seu ponto de vista sobre o que é um museu acessível e seu grau de conhecimento sobre o Desenho Universal. Importante seria descobrir que atividades esses profissionais desempenham que venham a interferir nas exposições.

A partir desse resultado seria interessante propor diretrizes baseadas no Desenho Universal e que auxiliassem cada ator, em seu campo de trabalho, a planejar para receber todo o público, mesmo que ele não venha a ter um conhecimento profundo sobre esse conceito. Essas diretrizes, sendo incorporadas e cobradas pela administração, poderiam tornar-se um protocolo.

De forma ampliada, essas diretrizes deveriam contemplar qualquer perfil de museu, quer seja ele um museu universitário, museu comunitário, museu casa e etc. A sociedade, e principalmente os profissionais que projetam produtos e serviços, precisam entender o Desenho Universal como a única forma de se atender as necessidades do Homem Real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria A.D. & LESSA, W.D. A importância da gestão estratégica e comunicação da marca na construção da imagem do museu. In: **Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo**. BENCHETRIT, Sarah F.; BEZERRA, Rafael Z.; MAGALHÃES, Aline M. (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. 400p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – Agente da Utopia. In: BRUNO, Maria Cristina O.(Org.) **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. 2010. Vol.2
- BARBUY, Heloísa. A comunicação em museus e exposições em perspectiva histórica. In: **Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo**. BENCHETRIT, Sarah F.; BEZERRA, Rafael Z.; MAGALHÃES, Aline M. (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. 400p.
- BENCHETRIT, Sarah F. Os museus e a comunicação. In: **Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo**. BENCHETRIT, Sarah F.; BEZERRA, Rafael Z.; MAGALHÃES, Aline M. (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. 400p.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf> acessado em 07/04/2014
- BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tradução oficial/Brasil. Brasília: CORDE- Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acessado em 11/04/2014.
- BRASIL. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos de Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

- BRASIL. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil.** Compilado por Mário Cléber Martins Lanna Junior. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- BAHIA, Sergio Rodrigues (Coord.); COHEN, Regina; VERAS, Valéria. **Município e Acessibilidade.** Rio de Janeiro: IBAM/CORDE, 1998.
- BRUNO, Maria Cristina O. A indissolubilidade da pesquisa, ensino e extensão nos museus universitários. In: **Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos.** Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997 (Série Cadernos de Sociomuseologia, n. 10). Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3634/a%20indissolubilidade.pdf?sequence=1>. Acessado em 19/04/2015.
- BRUNO, Maria Cristina O.(Org.) **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** Colaboração de Maria Inês Lopes Coutinho, Marcelo Mattos Araújo. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. 2010.
- CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.** – 3ª Ed. Ver. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012
- CARTILHA DO CENSO 2010 – **Pessoas com Deficiência.** Luiza Maria Borges Oliveira/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)/ Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso: junho de 2013.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário.** 2ª Ed., [ver. E ampl.], São Paulo: Iluminuras, 2012.
- COHEN, R. & DUARTE, C. Museu, Cultura e Identidade: uma perspectiva da acessibilidade de pessoas com deficiência aos museus tombados pelo patrimônio. In: **ANAIS do 2º Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus: identidades e comunicação.** GUIMÃES, Cêça & AMORA, Ana Albano, organizadoras. – Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2010 (a).
- COHEN, R.; DUARTE, C. & BRASILEIRO A. **Acessibilidade a Museus.** Cadernos Museológicos vol.2. Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012.

- CURY, Marília Xavier. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. In: **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos. v.12 (suplemento), p. 365-80, 2005. Rio de Janeiro.
- CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP**. Revista CPC, São Paulo, n.3, p. 69-90, nov. 2006/abr. 2007
- CURY, Marília Xavier. **Novas perspectivas para a comunicação museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus**. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, vol.1, p. 269-279. 2010.
- DAMICO, José S.; MANO, Sonia M. F.; KÖPTCKE, Luciana S. **Quem são e o que pensam os visitantes de fins de semana do Museu da Vida: comparativo entre resultados das pesquisas de 2005 e 2009 do Observatório de Museus e Centros Culturais – OMCC**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Museu da Vida, 2010. (Cadernos Museu da Vida; 3). Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/media/caderno%203.pdf>. Acesso: 04/05/2015
- DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. In: Revista Museologia e Patrimônio. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/MAST – vol.6 n.1 – 2013.
- DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. In: **Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade**. São Paulo, USP: 2006.
- DUARTE, Cristiane; COHEN, Regina; BRASILEIRO, Alice. LIRA, Elza. **“ACESSIBILIDADE PLENA” A MUSEUS: perspectivas de uma acessibilidade cultural, sensorial e emocional**. IV Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído. V Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral.. In Anais...Florianópolis: ENEAC 2013
- FALZON, P. & MOLLO, V. **Para uma ergonomia construtiva: as condições para um trabalho capacitante**. Revista Laboreal, Volume V, nº 1. (2009). Disponível em: http://www.laboreal.up.pt/files/editions/2009_07/laboreal_2009_07_pt.pdf. Acesso: junho 2013.
- FARIA, Ana Carolina G. Exposições do monólogo ao diálogo tendo como proposta de estímulo a mediação em museus. In: **Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo**. BENCHETRIT, Sarah F.; BEZERRA, Rafael Z.; MAGALHÃES, Aline M. (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. 400p.

- FERNANDINO, Sandra F. - **Acessibilidade Ambiental: das Disposições Legais à Inclusão Espacial das Pessoas com Deficiência** – Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.
- FLICK, Uwe. **Desenho de pesquisa qualitativa**. Porto Alegre. Bookman; Artmed. 2009. [Cap. 1 à 5, p. 15-85]
- FRANCO, Maria Ignez Montovani. Sobre os dilemas de expor em nosso tempo. In: **Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo**. BENCHETRIT, Sarah F.; BEZERRA, Rafael Z.; MAGALHÃES, Aline M. (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. 400p.
- GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman; Artmed. 2009. [cap. 1 a 4, p. 15 a 78] & cap.8 e 9, p. 135-182]
- GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA DE MELLO, Rodrigo; SILVA, Alieson Borbosa da. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. Paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2005. [Cap.4: p.115-146]
- GONÇALVES, Maria Livia; AMORIM, Antônio C. Gabinete de curiosidades: paradoxos das maravilhas. Artigo apresentado no VIII Encontro Nacional de Pesquisa. Universidade Estadual de Campinas. 2011. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1276-1.pdf>. Acesso: 04/08/2014
- GUARNIERI, Waldisa R. C. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. 1974. In: BRUNO, M. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol.1. 2010
- _____. Museologia e museu.1979. In: BRUNO, M. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol.1. 2010
- _____. A interdisciplinaridade em Museologia. 1981. In: BRUNO, M. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol.1. 2010
- _____. Museologia e ciências humanas e sociais. [19--]. In: BRUNO, M. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol.1. 2010
- GUIMARÃES, Marcelo Pinto. **Acessibilidade: diretriz para a inclusão**. 1998. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=2248> acesso: 30/06/2014
- IBRAM. **Museus em Números/Instituto Brasileiro de Museus**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Vol.1. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf. Acesso: 11/04/2014

- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa nº 1, 25 de dezembro de 2003.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>. Acesso: agosto de 2013.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **CADERNO de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições e ação educativa.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2008. 168p. http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf. Acesso: 29/09/2014
- MARTINS, Roberto A. Abordagens Quantitativa e Qualitativa. In: CAUCHICK MIGUEL, Paulo A.(coord.) **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações.** Rio de Janeiro: Elsevier; ABREPO, 2010.
- ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência/World Health Organization, The World Bank;** tradução Lexicus Serviços Linguísticos – São Paulo: SEDPCD, 2012. 334p. Título original: *World report on disability*, 2011
- POSSAS, Helga. 2005. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves, VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna.** Belo Horizonte, MG. Argumentvm; Brasília, DF: CNPq, pp. 151-162.
- **Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries;** [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza], - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; [Fundação] Vitae, 2005 – Série Museologia 8 Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/downloadarquivo/roteiro8.pdf>. Acessado em junho de 2012.
- ROQUE, Maria Isabel Rocha – Comunicação no museu. In: **Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo.** BENCHETRIT, Sarah F.; BEZERRA, Rafael Z.; MAGALHÃES, Aline M. (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. 400p.
- RUIZ A. E. & CARRATALÁ, D. G. **La acesibilidad al patrimonio cultural.** Asociación para la Interpretación del Patrimonio. AIP. 2005. Artigo apresentado no Curso Básico de acessibilidade ao ambiente físico, organizado pela Direção-Geral de Valência, e O Conselho Real para a Deficiência, na Universidade de Alicante, em Abril de 2005. Disponível em <http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/pdf/accesopatri.pdf>. Acesso: 02/07/2014
- SANDELL, Richard. **Social inclusion, the museum and the dynamics of sectorial change.** *Museum and Society*, v.1, n.1, p. 45-62, 2003. Disponível em

<http://www2.le.ac.uk/departments/museumstudies/museumsociety/documents/volumes/mands4.pdf>. Acesso: 04/05/2015

- SANTOS, Sônia – **Museus Inclusivos: realidade ou utopia?**. 2011. Artigo baseado na dissertação de Mestrado, apresentado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal : SANTOS, Sônia – **Acessibilidade em Museus – Dissertação de Mestrado do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia**, apresentada à Faculdade de Letras da Faculdade do Porto, Portugal, em 2009.
- SARRAF, Viviane Panelli. **Ação Educativa para Pessoas com Deficiência**. Palestra In: Jornada Cultural Ação Educativa para Pessoas com Deficiência. 2008. Disponível em <http://www.fundacaobunge.org.br/busca/?q=A%E7%E3o+Educativa+para+Pessoas+com+Defici%Eancia>. Acesso: 02/07/2014
- SARRAF, Viviane Panelli – **Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio de acessibilidade – Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração, Cultura e Informação – Linha de Pesquisa Mediação e Ação Cultural, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – SP – 2008a
- _____. **Acessibilidade cultural: abrindo trincheiras**. In: **Diálogos entre Arte e Público: caderno de textos**. Organizado por Anderson Pinheiro Santos. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, v. 3, 2010. 136p.
- _____. **A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas e suas diferenças**. 2013. 235 f. – Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – 2013
- SASSAKI, Romeu kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2002. Artigo disponível em: <http://pt.extpdf.com/sasaki-pdf.html#a7>. Acesso: julho de 2013.
- _____. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo. RNR, 2003.
- _____. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. Disponível em <http://pt.extpdf.com/sasaki-pdf.html#a3>. Acesso: julho de 2013.
- _____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 8ª Edição- 2010
- _____. Entrevista concedida a Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XVI, mar./abr. 2013, p.10.

- SEÇÃO DE MUSEOLOGIA. **Os diretores do Museu Nacional/UFRJ.** 2007/2008. http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf. Acesso: 29/09/2014
- SILVA, Débora A. M.; et al. **Importância da recreação e do lazer.** Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011 (Cadernos interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo; 4). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128023/CADERNO%20INTERATIVO%2004.pdf?sequence=1>. Acesso: 29/04/2015
- SILVERMAN, LOIS H. **The social work of museums.** New York. NY. Routledge. 2010.
- SIMÕES, J. & BISPO, R. **DESIGN INCLUSIVO Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes.** Manual de apoio às ações de formação do projeto Design inclusivo – Iniciativa EQUAL. 1ª edição da Divisão de Formatação da Câmara Municipal de Lisboa – 2003
- TAMANINI, Elizabete. O museu, a arqueologia e o público: um olhar necessário. In: **Arqueologia histórica e cultura material.** FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org.). Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. 317p. (Coleção Ideias)
- THE CITY of Calgary – Community & Neighbourhood Services (CNS). Social Policy & Planning Division. **Universal Design Handbook** 2010. Disponível em: http://www.calgary.ca/csps/cns/documents/universal_design_handbook.pdf?noredirect=1. Acesso: 07/12/14.
- TOJAL, Amanda P. da Fonseca. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus.** Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção de Título de Doutor em Ciência da Informação. Área de concentração: Cultura e Informação. São Paulo, 2007.
- _____. **Entrevista Amanda Tojal.** Florianópolis: Revista Educação, Artes e Inclusão. 2008. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/1626/1315>. Acesso: 03/04/2015
- WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 3ª ed. 2009
- WISNER, Alain. **Por dentro do trabalho.** Ergonomia: método & técnica. (tradução: VEZZA, Flora Maria G.). São Paulo. FTD. Oboré, 1987.

SITES

- ESPECIALIZAÇÃO EM ACESSIBILIDADE CULTURAL. <http://www.medicina.ufrj.br/acessibilidadecultural/sitenovo/>. Acessado em 04/04/2014.
- MUSEU NACIONAL. Visão geral. <http://www.museunacional.ufrj.br/o-museu/visao-geral>. Acessado em 22/04/2014

- OBSERVATÓRIO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS (OMCC).
<http://www.fiocruz.br/omcc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home#> Acessado em 04/05/2015
- SAE - Seção de Assistência ao Ensino/Museu Nacional/UFRJ
<http://saemuseunacional.wordpress.com/> Acessado em agosto de 2013
- *THE CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN – The Environments And Products For All People.* <http://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/index.htm> acessado em 14/06/2014

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM VISITANTES DAS EXPOSIÇÕES DO MUSEU NACIONAL

1. Qual o seu nome?

2. Qual é o seu sexo?

a. () Masculino	b. () Feminino
------------------	-----------------

3. Idade: _____ anos completos

4. Estado Civil / situação conjugal atual:

a. () Solteiro(a)	b. () Casado(a)
c. () União estável	d. () Separado(a)
e. () Divorciado(a)	f. () Viúvo(a)
g. () Outros – Qual?	

05. Qual é o seu nível de escolaridade?

a. () Sem instrução escolar	b.() Ensino Fundamental incompleto
c. () Ensino Fundamental completo	d. () Ensino Médio incompleto
e.() Ensino Médio completo	f. () Ensino Superior incompleto
g. () Ensino Superior completo	h.() Pós-Graduação

06. Caso você seja pessoa com deficiência, de que tipo? **(Não sendo uma pessoa com deficiência passe para a próxima questão)**

<p>1. () FÍSICA</p> <p>1.1. Caso utilize órtese, de que tipo?</p> <p>a.() cadeira de rodas b.() muletas c.() andador d.() outro _____</p>
<p>2. () VISUAL</p> <p>2.1 a. () parcial b. () total</p> <p>2.2. a.() lê em Braille b. () lê em letras ampliadas com relevo</p> <p>2.3. Possui memória visual? a. () sim b. () não</p>
<p>3. () AUDITIVA</p> <p>3.1 a. () parcial b. () total</p> <p>3.2 Utiliza órtese? a. () sim b. () não</p> <p>3.3 Comunica-se por LIBRAS? a. () sim b. () não</p> <p>3.4 Faz leitura labial? a. () sim b. () não</p>
<p>4. () INTELLECTUAL. Qual?</p>

7. Em suas atividades de lazer você costuma sair:

1. () Sozinho	2. () Acompanhado por familiar(es)
3. () Acompanhado por amigo(s)	4. () Outro. Qual?

8. Você costuma visitar museus e centros culturais?

<p>1. () Sim</p> <p>1.1 () sempre que posso, mas sempre acompanhado por amigo ou familiar.</p> <p>1.2 () sempre que posso, mesmo que sozinho.</p> <p>1.3 () sempre que organizado por meu grupo escolar ou grupo social</p>	2. () Não – Por que?
---	-----------------------

9. Que importância você acha que os museus e os centros culturais têm para a sociedade? Por quê?

10. Como você se sente visitando museus e centros culturais? Por que se sente dessa forma?

11. Como você se sente em relação aos demais visitantes desses espaços culturais durante a sua visita?

12. Caso você já tenha participado de visitas mediadas em museus e espaços culturais, qual o instrumento que mais lhe agradou?

1. () Etiquetas em Braille	2. () Etiquetas com letras ampliadas
3. () Sonorização	4. () Mediação Cultural
5. () Tradução em Libras	6. () Outro. Qual?
7. () Nunca participei de visitas mediadas	

13. Que outras ferramentas específicas para pessoas com deficiência você conhece e que lhe parecem úteis para integrar uma exposição?

14. É sua primeira visita ao Museu Nacional?

a. () sim	b. () não.
------------	-------------

15. Que exposições visitou?

<p>1. longa duração (2º andar)</p> <p>() África e Pacífico</p> <p>() América Pré-colombiana</p> <p>() Arqueologia Brasileira</p> <p>() Egito antigo</p> <p>() Etnologia Indígena</p> <p>() Evolução Humana</p>	<p>2. curta duraç (no térreo)</p> <p>() “O mar brasileiro na ponta dos dedos”</p> <p>() “A Revolução das Plantas”:</p>
--	--

<input type="checkbox"/> Grécia e Roma	
<input type="checkbox"/> História do Brasil Império	

16. No caso das exposições de longa duração:

1. Atendeu às suas expectativas? Por quê?
2. O que mais lhe despertou interesse?
3. Sentiu alguma dificuldade em explorar as exposições? Qual (ais)?
4. Qual é a sua sugestão para melhoria das exposições de longa duração?

17. No caso da exposição de curta duração “O mar brasileiro na ponta dos dedos”:

1. A exposição atendeu às suas expectativas? Por quê?
2. O que mais lhe despertou interesse?
3. Sentiu alguma dificuldade em explorar as exposições? Qual (ais)?
4. Qual é a sua sugestão para a melhoria de exposições dessa natureza?

18. No caso da exposição de curta duração “A Revolução das Plantas”:

1. A exposição atendeu às suas expectativas? Por quê?
2. O que mais lhe despertou interesse?
3. Sentiu alguma dificuldade em explorar as exposições? Qual(ais)?
4. Qual é a sua sugestão para a melhoria de exposições dessa natureza?

19. Caso sinta necessidade de falar sobre algo não abordado nessa entrevista, esteja à vontade para colocar suas considerações.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATORES DIRETAMENTE ENVOLVIDOS COM AS EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS ESTUDADAS

Essa é uma pesquisa de mestrado, na área de Engenharia de Produção, que busca descobrir se as exposições de curta duração do Museu Nacional têm procurado garantir a acessibilidade e inclusão de todos os públicos, principalmente das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Solicitamos sua participação, colaborando com sua experiência e vivência no Museu Nacional. Gostaríamos de pedir sua autorização para a gravação dessa entrevista, reforçando que as informações coletadas são confidenciais e serão utilizadas exclusivamente nessa pesquisa.

- 1- Informações pessoais:
 - a. Nome:
 - b. Formação profissional:
- 2- Informações sobre as atividades profissionais exercidas no Museu Nacional
 - a. Qual é a sua atividade profissional no Museu Nacional?
 - b. A que seção ou departamento você está ligado?
 - c. Você participa do planejamento de exposições de longa e curta duração?
 - d. Em que exposição curta duração, atualmente aberta, você teve participação?
 - e. Qual foi a sua participação?
 - f. Que outros atores fizeram parte desse projeto? A que seção ou departamento eles estão ligados? Quais foram suas contribuições?
 - g. De que forma foi conceituada, planejada e executada essa exposição?
 - h. Em sua opinião, qual foi o diferencial dessa exposição em relação a outras das quais você tomou parte, sendo elas de longa ou curta duração?
 - i. De que forma a questão da acessibilidade foi incorporada ao projeto, uma vez que não se percebe nas exposições de longa duração essa incorporação?
 - j. Houve a participação de pessoas com deficiência no planejamento dessa exposição?
 - k. Houve algum mecanismo institucional que tenha sido usado e que tenha facilitado a execução do projeto acessível?
 - l. Avaliando todo o processo (conceituação, planejamento e execução), o que você acha que deveria ter sido feito de forma diferente?
 - m. Avaliando o processo, o que, na sua opinião, faltou?
 - n. Avaliando o processo, o que você achou que foi positivo e construtivo?

3- Sobre o público do Museu Nacional

- a. Você tem ideia da média anual de visitantes e do seu perfil?
- b. Em algum momento já chegou ao seu conhecimento o grau de satisfação do público com as exposições? Você acha importante essa
- c. Você tem conhecimento se pessoas com deficiência costumam visitar esse museu?
- d. Você tem conhecimento se pessoas com deficiência visitaram a(s) exposição(ões) da(s) qual (ais) você participou?
- e. Em caso afirmativo, houve um retorno quanto ao grau de satisfação do visitante em relação à acessibilidade?
- f. Pensando na diversidade do público, que dificuldades você encontra na realização de suas atividades profissionais que envolvem as exposições?
- g. Para você, o que é o Desenho Universal?
- h. Para você, o que seria um ambiente museal acessível?
- i. O que você acha sobre o museu ser totalmente acessível, mesmo que pessoas com deficiência não tenham o costume de visitá-lo? Por quê?

Caso sinta necessidade de falar sobre algo não abordado nessa entrevista, esteja à vontade para colocar suas considerações.

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ATORES ENVOLVIDOS INDIRETAMENTE COM AS EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS ESTUDADAS

Essa é uma pesquisa de mestrado, na área de Engenharia de Produção, que busca descobrir as exposições temporárias do Museu Nacional têm procurado garantir a acessibilidade e inclusão de todos os públicos, principalmente as pessoas com deficiência . Solicitamos sua participação, colaborando com sua experiência e vivência no Museu Nacional. Gostaríamos de pedir sua autorização para a gravação dessa entrevista, reforçando que as informações coletadas são confidenciais e serão utilizadas exclusivamente nessa pesquisa.

1. Informações pessoais:
 1. Nome:
 2. Formação profissional:
2. Informações sobre as atividades profissionais exercidas pelo entrevistado
 1. Qual é a sua atividade profissional no Museu Nacional?
 2. Há quanto tempo exerce essa função?
 3. Em sua atividade cabem-lhe decisões que têm influência direta ou indireta com as exposições? Em caso positivo, que decisões são essas? São decisões individuais ou são divididas com outros profissionais do museu? Quais profissionais?
3. Sobre o público do Museu Nacional
 1. Você tem ideia da média anual de visitantes?
 2. O que você sabe sobre o perfil do visitante?
 3. Você tem conhecimento se pessoas com deficiência costumam visitar esse museu?
 4. Em algum momento já chegou ao seu conhecimento o grau de satisfação do público com as exposições?
4. Sobre acessibilidade
 1. Você já ouviu falar em Desenho Universal?
 2. Para você, o que seria um ambiente museal acessível?
 3. Você desenvolve ou participa de algum grupo que desenvolva projetos que tornem as exposições acessíveis a todo tipo de público?
 4. Para você, o que falta para o Museu Nacional se tornar um ambiente inclusivo?
 5. Você acha importante o museu ser totalmente acessível, mesmo que pessoas com deficiência não tenham o costume de visitá-lo? Por quê?

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa, na área de Engenharia de Produção, que busca descobrir se as exposições temporárias do Museu Nacional estão proporcionando acessibilidade e inclusão a todo o seu público, principalmente às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

As perguntas que seguem têm a intenção de entender seu perfil, de que forma você se sente em relação aos ambientes culturais, e se suas expectativas em relação às exposições do Museu Nacional foram correspondidas. Nenhuma delas é de resposta obrigatória. Você não deve responder a nada que o constranja ou que não se sinta suficientemente confortável para fazê-lo.

Esclarecemos que todo e qualquer material obtido durante as conversas, tais como, transcrições de diálogos e gravações de áudio e/ou vídeo, estarão sob sigilo e serão utilizadas unicamente para os objetivos desta pesquisa, sem que jamais seu nome seja divulgado, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa específica.

Ao responder às questões, você estará automaticamente aceitando os termos expostos e ajudando-nos a avaliar as exposições sob a ótica de seu público, possibilitando que o resultado obtido por essa pesquisa ajude aos que projetam as exposições a aperfeiçoá-las para que atendam às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, de acordo com suas reais necessidades.

Você receberá uma cópia deste termo, na qual consta o telefone do pesquisador responsável, com o qual você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa a qualquer momento.

Desde já, agradecemos sua disposição em nos ajudar.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador Responsável por esta Pesquisa.”

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2014.

Nome do participante (em letra de forma):

Assinatura do participante:

OBS: Caso o participante seja menor de idade, ou incapaz, esse documento deve ser assinado pelo seu responsável (pai, mãe ou outro responsável legal)

Pesquisadora Responsável: Patrícia Lameirão Campos Carreira – tel.: (21) 98843-2904

ANEXO A - RELATÓRIO SOBRE VISITA DE GRUPO DE ABRIGADOS SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAGUAÍ



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaguaí
Secretaria Municipal de Assistência Social

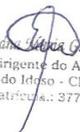
RELATÓRIO

A Casa Lar do idoso Sr. Tymbira, localizado no município de Itaguaí esteve no Museu Nacional, com cinco idosos, no dia 25/09/2014, dentre eles um deficiente físico. No entanto, observamos certo desconforto no momento que identificamos que o museu não possuía acessibilidade para cadeirante. Tivemos inúmeras dificuldades para que o nosso idoso deficiente pudesse visitar o interior do museu, constatamos que não havia nenhum tipo de rampa na entrada principal o que víamos eram inúmeros degraus que ao nosso ver impossibilitava qualquer deficiente de visitar a instituição. Foi quando pedimos auxílio a um funcionário da segurança para que pudesse nos auxiliar na locomoção do idoso. Nos instruíram então a levá-lo pelo elevador, porém no caminho que dá acesso ao elevador o chão era todo de paralelepípedo, ou seja, era realmente impossível um cadeirante transitar naquele espaço, pois as rodas travavam no chão, com risco do idoso cair, ou até mesmo o funcionário se machucar uma vez que foi necessário uso de bastante força. Chegando no acesso ao elevador nos deparamos com um outro problema, o degrau aparentava ter no mínimo uns 40 cm de largura, foi preciso mais uma vez o uso de força para que enfim pudéssemos possibilitar que o idoso entrasse no museu. Entendemos ser essa uma grave forma de exclusão, uma vez que ter acessibilidade foi um direito que os deficientes físicos conquistaram seja em um espaço público ou particular. O intuito de nós relatarmos tudo isso nesse documento é refletirmos, para que esse público tenha de fato acesso a cultura e lazer.

Experiências comentadas através da Cuidadora Social, Cíntia Cristina M. Silva, que os acompanhou ao passeio.

Cíntia Cristina M. Silva

Atenciosamente,


Edna Maria G. da Costa Dias
Dirigente do Abrigo Casa Lar
do Idoso - CRESS: 10415
Matrícula.: 37791 - PNH - SPAS